

Portugal **Socialista**



N.º 237
MAIO 2024

DIRETOR
PORFÍRIO SILVA

ANO 2024 | SEMESTRAL

REVISTA DE REFLEXÃO POLÍTICA | ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO SOCIALISTA

A Europa Conta Connosco



Portugal Socialista

Revista de Reflexão Política

N.º 237, Maio de 2024

Diretor: Porfírio Silva

Propriedade do título: Partido Socialista

Sede: Largo do Rato, n.º2, 1269-143 Lisboa

E-mail: portugalsocialista@ps.pt

Pré-impressão: Âncora Editora

Av. Infante Santo, 52, 3.º esq.

1350-170 Lisboa

geral@ancora-editora.pt

Impressão: Locape - Artes Gráficas

Periodicidade: semestral

Tiragem: 300 exemplares

Depósito legal: 356422/13

Registo de Título n.º (ISSN): 2976-0585

Portugal  PS
Socialista

*A Europa
Conta Connosco*

Índice

Editorial Porfírio Silva	07
TEMA DE CAPA – A EUROPA CONTA CONNOSCO	
9 missões para o Futuro de Portugal na Europa Marta Temido	13
Virar a Europa do avesso – uma epopeia Miguel Costa Matos	19
Mulheres de Abril na União Europeia Edite Estrela	29
Transformar as crises em avanços da Europa Social Ana Paula Bernardo	34
O Custo da União Europeia Margarida Marques	49
Transição Verde: a diversidade europeia num puzzle ainda incompleto N. A.	59
O Pacto Europeu sobre Migrações e Asilo na perspetiva das eleições europeias António Vitorino	71
O populismo e a popularidade da extrema-direita Pedro Silva Pereira	79
Europa, ator da governação mundial? É imperativo, parece impossível, mas há uma oportunidade Maria João Rodrigues	95
DOCUMENTO	
Um original histórico de Jorge Sampaio	109
LIVRO	
José Neves, Partido Socialista – Da Génese à Refundação, 1875-1973	135

Editorial

Porfírio Silva

Diretor do Portugal Socialista

A Europa Conta Connosco

Mais de dez anos depois, o Portugal Socialista regressa ao convívio dos seus leitores no seu suporte tradicional, em papel. Num momento político particularmente desafiante, no plano nacional, no plano europeu, e também no plano global, é oportuno que o histórico órgão central do Partido Socialista regresse como espaço de reflexão política das mulheres e dos homens cuja ação contribui para a dinâmica política do socialismo democrático.

Não apenas pela proximidade das eleições para o Parlamento Europeu, mas também pelo compromisso dos socialistas com uma União Europeia mais determinada a concretizar a prosperidade partilhada que está sempre à frente daquilo que já conseguimos concretizar, este número foi construído essencialmente em torno da temática da construção europeia.

A construção europeia está ainda incompleta, é ainda imperfeita – e nunca deixará de ser um caminho com escolhos, uma ferramenta a aperfeiçoar. Quando escolhemos para mote deste número “A Europa Conta Connosco”, marcamos esse terreno com várias ideias que traduzem o empenhamento dos socialistas em continuarem a ser agentes determinantes desse caminho de construção constante e em aberto.

Porquê “A Europa *Conta Connosco*”? Primeiro, porque desse modo afirmamos a memória do tempo histórico da palavra-de-ordem “A Europa *Connosco*”, quando o PS se tornou decididamente na força política portuguesa mais ativamente consciente de que o sucesso político, social e económico da democracia portuguesa passava por termos a nossa parte na vida comum da Europa organizada. Dissemos “A Europa *Connosco*” por querermos, e por termos conseguido, a solidariedade de outros partidos socialistas e social-democratas no nosso processo de substituição do isolamento nacional pela integração – o que fomos capazes de concretizar, com o contributo decisivo, e a liderança determinada, de Mário Soares.

Em segundo lugar, “A Europa *Conta Connosco*” na medida em que afirmamos que “A Europa *Conta*”: num mundo global, tão densamente interligado, tão interdependente, onde as democracias e os países dotados de Estados de Direito funcionais sofrem a ameaça (potencial ou concretizada) de autoritarismos e totalitarismos de velhas e de novas espécies, não faz sentido – não serve a nossa prosperidade nem a nossa segurança – estarmos isolados ou permanecermos amarrados a conceções nacionalistas da soberania nacional. Num mundo de interdependências profundas, onde empresas mais vastas e mais poderosas do que muitos países criam verdadeiras armadilhas aos direitos dos trabalhadores e criam dificuldades à defesa das condições do trabalho digno, onde é também no plano transnacional que se joga a necessidade de não aceitar que o poder económico domine o poder político, onde os países e as regiões têm de trabalhar para não perderem a autonomia indispensável à defesa do seu rumo próprio, estarmos na União Europeia conta. Faz a diferença.

Em terceiro lugar, afirmar que “A Europa *Conta Connosco*” é lembrar, e renovar o compromisso, de sempre e de agora, dos socialistas e sociais-democratas (precisamente, no sentido europeu de “social-democrata”) com uma União Europeia focada na construção das condições concretas de uma prosperidade partilhada entre cidadãos, entre regiões, entre países, entre gerações. É lembrar e renovar o compromisso dos socialistas com soluções para os problemas comuns dos europeus que sejam soluções equitativas, que tenham em conta as diferenças das situações nacionais, onde não se apliquem políticas cujos efeitos assimétricos em diferentes Estados-membros agravem as dificuldades pré-existentes (como aconteceu com a crise das dívidas soberanas, onde a austeridade serviu certos preconceitos ideológicos, mas se revelou contraproducente e injusta face à situação que havia a resolver). Infelizmente, há em Portugal um discurso da direita política que é objetivamente cúmplice de alguns egoísmos nacionais de outros Estados-membros que objetivamente nos são prejudiciais.

A questão é que aqueles que se caracterizam como “contribuintes líquidos” para a União Europeia, por, aparentemente, numa análise superficial, contribuírem mais para o orçamento comunitário do que aquilo que depois recebem dos fundos comunitários, são aqueles que, pelo seu perfil de inserção na economia internacional, mais beneficiam com a União Europeia – por serem aqueles que estão em melhores condições para tirar partido das liberdades económicas próprias do Mercado Interno. É por isso que importa que a União Europeia conte connosco: para irmos trabalhando, como temos trabalhado, para que a nossa pertença europeia seja mutuamente vantajosa para os portugueses e para os outros cidadãos europeus. Como sempre, faremos isso com voz própria, refletida, assumida.

É neste horizonte que, respondendo ao apelo para uma reflexão séria sobre este complexo de questões políticas, os autores que aceitaram colaborar neste número do Portugal Socialista – cujo currículo e resultados alcançados na sua ação pública são sobejamente conhecidos e dispensam mais justificações – dão-nos uma perspetiva ampla de alguns desafios centrais e atuais da construção europeia. De algumas vitórias, mesmo que sejam pequenos passos. Também de algumas dificuldades, escolhos. Ao mesmo tempo, com os contributos que nos deixam, levam-nos a pensar o papel da União Europeia também no mundo global, onde somos portadores de valores que fazem de nós a região onde, apesar de tudo, a Liberdade, a Igualdade e a Solidariedade mais perto estão de serem vetores reais da nossa vida em comum.

Acreditamos que nesta encruzilhada, onde ação e reflexão se encontram, é a posição certa para estar o histórico órgão central do Partido Socialista, agora nas suas vestes de revista de reflexão política.

A EUROPA CONTA
CONNOSCO

9 missões para o Futuro de Portugal na Europa

Marta Temido

Cabeça de lista do Partido Socialista nas eleições para o Parlamento Europeu

Desde a nossa adesão e ao longo das quase quatro décadas de integração de Portugal na União Europeia, o PS sempre apoiou processos de maior integração e de alargamento, cumprindo o designio de uma Europa de todos e para todos.

O PS apresenta-se a estas eleições europeias com um manifesto progressista. Um manifesto que ambiciona uma Europa socialmente mais justa e solidária; uma Europa capaz de implementar as transições verde e digital sem deixar ninguém para trás; uma Europa competitiva que valoriza o talento, a inovação, a ciência e a cultura; uma Europa que respeita o Estado de direito e as liberdades fundamentais; uma Europa que não esquece o seu passado e que não se amedronta face aos desafios e riscos presentes e futuros. É fundamental deixar claro que papel queremos que a Europa desempenhe.

Quando o continente europeu se vê novamente confrontado com os horrores da guerra, é fundamental deixar claro que futuro queremos para a Europa. O projeto europeu foi, é e deve manter-se um projeto de paz. Não tenhamos ilusões: a defesa da UE e do projeto europeu é um combate urgente e contínuo. Existem inúmeras ameaças ao projeto europeu, tanto vindas de fora, de potências hostis, como vindas de dentro, do crescimento das forças populistas e eurocéticas.

Como socialistas e progressistas, cabe-nos demonstrar o que está em causa para o próximo mandato no Parlamento Europeu e apresentar propostas sólidas, credíveis e de longo prazo.

Para preparar o que está em jogo nas próximas eleições europeias de 9 de junho, propomos 9 missões centrais que iremos defender para o Futuro de Portugal na Europa:

Defender uma Europa de Valores. Neste mandato, iremos contribuir para o aperfeiçoamento de mecanismos que visam garantir o respeito pelo Estado de direito na UE. Não apenas como uma condição de adesão para os países candidatos, mas como uma condição permanente de participação no projeto europeu. Vamos trabalhar com as restantes instâncias europeias, defendendo o condicionamento no desembolso de fundos europeus sempre que esteja em causa o cumprimento de padrões essenciais do Estado de Direito, como recentemente aconteceu na Hungria. Iremos também centrar o nosso trabalho na criação de instrumentos que evitem a manipulação de atos eleitorais ou a difusão de desinformação. Seremos também absolutamente intransigentes na defesa e promoção da igualdade de género, com salvaguarda dos direitos das mulheres, igualdade salarial, direitos reprodutivos e proteção contra a violência e discriminação em função do género. Mas também defender os direitos de todas as famílias, tradicionais ou não-tradicionais.

Defender uma Europa Solidária. Defenderemos uma atitude solidária nas migrações, através da adoção de uma postura humanista e realista relativamente ao fenómeno migratório. Vamos procurar garantir condições adequadas de acolhimento e integração, trabalhando com os países de origem e de trânsito para lidar com as causas que estão na raiz das pressões migratórias, e combater as redes de exploração e tráfico de seres humanos. Estaremos muito atentos aos desafios que decorrem da aplicação do Novo Pacto para as Migrações e Asilo. Iremos participar ativamente no debate sobre o futuro da Política de Coesão, trabalhando por modernizar um dos principais instrumentos europeus de convergência social e territorial, sem esquecer as especificidades dos territórios ultraperiféricos, como é o caso das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. A revisão do regime e implementação das Ajudas de Estado e a criação de um fundo europeu de soberania, garantindo condições iguais para todos e protegendo o mercado interno serão outra das nossas prioridades.

Defender uma Europa mais verde e digital. Avançaremos na concretização do Pacto Ecológico Europeu em diálogo com todas as partes envolvidas, do mundo rural ao mundo industrial, de modo a alcançar um apoio abrangente a esta causa. Apoiaremos os esforços de mitigação e de adaptação às alterações climáticas. Por exemplo, através da adoção de um programa ReWaterEU, à semelhança do bem-sucedido RePowerEU. Procuraremos contribuir para assegurar maior investimento na infraestrutura digital de alta capacidade, garantindo uma plena conectividade, mesmo em zonas de baixa densidade. E acompanharemos a atividade das grandes plataformas digitais, evitando abusos de posição dominante, combatendo a desinformação e sancionando a propagação de conteúdos ilegais, como os discursos de ódio ou violência. Iremos estimular e acompanhar o desenvolvimento da Inteligência Artificial em todas as suas dimensões, promovendo a regulação da sua ação condicente com padrões éticos harmonizados em benefício da inovação e do bem-estar social. Na energia, queremos garantir o acesso de todos os europeus a energia limpa, segura e económica e instituir uma autêntica União da Energia, capaz de alcançar a soberania energética, proporcionar preços mais uniformes e uma maior segurança de abastecimento a todos os europeus.

Defender uma Europa Social que não deixa ninguém para trás. Vamos reforçar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, prosseguindo a concretização dos respetivos planos de ação, propor a criação de um fundo europeu de apoio à reconversão e requalificação profissional e a criação de um complemento europeu ao subsídio de desemprego. Estamos também comprometidos com a valorização da atividade agrícola e do rendimento dos agricultores, ao mesmo tempo que não desistimos dos objetivos de proteção do planeta e de segurança alimentar. Queremos reforçar os mecanismos europeus de combate à pobreza, em especial a pobreza infantil, e promover a criação de Programas de Inclusão Social de pessoas em situação de sem-abrigo através de programas de habitação emergencial. Iremos promover o reequilíbrio das relações laborais, mediante uma diretiva europeia que torne obrigatória a representação de trabalhadores no conselho de administração das grandes empresas e apoiar os direitos dos trabalhadores em toda a UE através de legislação europeia que acabe com a exploração laboral e o *dumping* social. Vamos ainda prosseguir o caminho iniciado durante a pandemia de reforço das políticas europeias de saúde para responder em conjunto aos principais desafios de saúde pública.

Defender uma Europa para os jovens. Ambicionamos um Plano Europeu para a Habitação Acessível que, embora não seja uma matéria atribuída à UE pelos tratados, concretize o direito à habitação em condições dignas e a preços comportáveis, não só para os mais necessitados, mas também para as classes médias. Simultaneamente, procuraremos combater a fuga de cérebros, mediante instrumentos europeus que reconheçam a necessidade de garantir empregos de qualidade na UE, em linha com o conceito de “liberdade para permanecer”. Mas também ambicionamos aumentar a participação democrática dos jovens e ter uma agenda europeia para o trabalho digno, juntamente com mais programas europeus: Garantia Jovem, abolição de estágios não remunerados, acesso generalizado a cuidados de saúde mental ou um Erasmus+ acessível a todos de forma a alargar e diversificar as oportunidades dos jovens para um futuro mais estável, justo e digno.

Defender uma Europa mais próspera e competitiva. Reconhecemos a importância dos alertas dos relatórios Draghi, sobre a competitividade da UE, e Letta, sobre o reforço do mercado interno, para o lançamento de uma nova agenda de fortalecimento da economia europeia. Estaremos atentos à aplicação das novas regras de governação económica da UE. Daremos prioridade à criação de um mecanismo permanente de investimento e resposta a crises para que a UE esteja mais bem preparada para ultrapassar uma recessão económica ou choques imprevisíveis. Tal como não desistiremos da criação de novos recursos próprios, como uma taxa sobre as transações financeiras ou sobre as grandes plataformas digitais, que permitam amortizar os empréstimos do NextGenerationEU, aliviando a pressão sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual 2028-34, onde iremos participar ativamente nas negociações.

Defender uma Europa mais autónoma. Queremos implementar uma Autonomia Estratégica Aberta, que reforce o poder e a força da UE sem se fechar sobre si própria, aumentando a capacidade e autonomia da União, não numa lógica de autossuficiência, mas da sua afirmação enquanto potência global. Pugnaremos pela criação de um Fundo Europeu de Investimento, que permita financiar as enormes necessidades de investimento ao longo dos próximos anos na transição climática, na transição digital e na investigação e desenvolvimento, através de recursos europeus destinados a fazer da UE uma das economias mais dinâmicas, inovadoras, criativas, limpas e tecnologicamente mais avançadas do mundo.

Defender uma Europa mais alargada e reformada. Uma das grandes prioridades da próxima legislatura será o alargamento a leste e aos Balcãs Ocidentais, prioridade que acompanhamos plenamente. Defendemos também que alargamento e reforma devem caminhar lado a lado, avançando nos processos dos países candidatos, e explorando a flexibilidade já existente no Tratado de Lisboa de modelos de integração diferenciada. Vamos participar ativamente no processo de reflexão e debate sobre a reforma da UE, contribuindo com ideias e sugestões que permitam responder ao impacto do alargamento em, pelo menos, três domínios: nas principais políticas da UE, como a PAC e a Política de Coesão; no orçamento da UE; nos processos de decisão da UE

Defender uma Europa mais forte no mundo. É importante que a União Europeia se assuma como uma potência global, capaz de se relacionar com todos e de falar a uma só voz. Reafirmamos o apoio humanitário, financeiro e militar à Ucrânia e a condenação da Rússia, mediante aplicação e reforço de sanções. Tal como reafirmamos uma solução estrutural e sustentável para o conflito israelo-palestiniano, apelando a um cessar-fogo imediato, que abra a porta a negociações de paz assentes na solução de dois Estados. E compreendemos bem a necessidade de assumir uma maior responsabilização pela nossa própria defesa, sempre em articulação com a NATO, bem como de reforçar uma política comum nesta área, em particular investindo na indústria europeia. Mas queremos ainda impulsionar a política comercial da UE, visando a celebração de acordos de comércio livre e de investimento com outras partes do globo, designadamente com o Mercosul e com a Índia.

Estas missões centrais que apresentamos mostram a Europa que queremos: uma Europa de valores, uma Europa de soluções e resultados que transforme e melhore a vida concreta dos europeus. Uma Europa que acredita que os problemas de uns são também os problemas de todos e que a solidariedade entre Estados-Membro nos permite alcançar resultados que não alcançaríamos sozinhos

Estamos prontos para construir juntos o **Futuro de Portugal na Europa**.¹

¹ Este foi o texto que serviu de base ao discurso de apresentação pública do Manifesto Eleitoral do PS para as Eleições Europeias 2024, em Lisboa, a 9 de maio

Virar a Europa do avesso – uma epopeia

Miguel Costa Matos

Secretário-Geral da Juventude Socialista
Deputado à Assembleia da República

A minha geração cresceu com uma Europa já feita. Nascida depois do Tratado de Maastricht, já temos pouca memória de moedas nacionais e atingimos a maioria com uma liberdade ímpar para estudar, trabalhar e viver em qualquer parte da União. Nesse sentido, somos a primeira geração que nasceu europeia.

Vítima das suas contradições, a Europa haveria de revelar um outro papel histórico para a sua atual juventude. Nunca chegámos a conhecer as “vacas gordas” da chegada dos fundos de coesão e sucessivas descidas da taxa de juro. Pelo contrário, as nossas memórias são de crise após crise. Depois da crise do imobiliário de 2008, veio a crise das dívidas de 2011, a crise da Covid em 2020 e a crise inflacionista de 2022, nascida do cruzamento das disrupções na oferta causadas pela Covid e das consequências da invasão russa da Ucrânia. Somos, por isso, quem sofreu, na primeira pessoa e no momento mais definidor das nossas vidas, as consequências de uma Europa dividida sobre si mesma, que se autoinfligiu a austeridade, a estagnação e a subalternização.

A austeridade imposta a Portugal, Grécia e Irlanda entre 2011 e 2014 não foi tanto um sádico castigo pelos seus pecadilhos financeiros. Como se viu nos casos de Espanha e Itália a ela poupadas, a austeridade é filha do impasse político que a Europa então vivia e que só se resolveu com a famosa

frase de Mário Draghi, de que “faria o que fosse preciso” para salvar o euro. Também Mário Draghi, numa recente intervenção sobre o relatório que se encontra a preparar acerca da competitividade da União Europeia, aponta para o grave prejuízo económico causado pela “estratégia deliberada de reduzir os custos de trabalhos relativos uns aos outros” e por “nos virarmos para dentro, vendo os nossos concorrentes entre nós mesmos.”¹

Este facto releva não só no plano económico como também, e em consequência deste primeiro, no plano político, com a Europa incapaz de responder à afirmação tecnológica, industrial e diplomática das potências americanas e chinesas, nem tampouco à interferência que a Rússia vai fazendo notar. Em cada um destes planos, os povos europeus figuram, uma vez mais, como vítimas na “dramaturgia política europeia”.² Talvez, como escreveu Marx, desta vez seja farsa e não tragédia.

Uma questão de identidade

A divisão interna da Europa coloca em crise a adesão das pessoas e dos Estados a um projeto europeu que, sobretudo depois do Brexit, já pareceu mais irreversível. Como já escrevia Eduardo Lourenço em 2000, “não é apenas como passado (...) que a autêntica história dos europeus é uma espécie de interminável guerra civil (...). É, como presente, (...) que a Europa continua a viver-se como continente-Penélope. No que a Europa – como ideal ou utopia – sempre tropeçou, foi em si mesma.”³

Estes tropeções afetam a própria capacidade de fidelizar uma *identidade europeia*. Voltando a citar Eduardo Lourenço, “na mais realista e otimista das perspectivas, a Europa – uma parte dela – é a trama de forças económicas, de dispositivos de ordem financeira, administrativas e mesmo políticas de um nível de coerência notáveis, mas suspensa da concretização efetiva desse horizonte”.⁴ Com a globalização a retirar à Europa a exclusividade sobre a liberdade de circulação de bens e pessoas, o papel da Europa reduz-se a uma paixão onírica para os entusiastas e para os burocratas, e para a maioria do povo, na conceção quotidiana das suas vidas, numa agremiação de Estados e estadistas que pontualmente enviam fundos e folhas de leis e mandamentos. Essa distância da Europa não amolece, no caso português pelo menos, o

¹ Draghi, Mário, Intervenção na Conferência de Alto Nível sobre o Pilar Europeu de Direitos Sociais, Bruxelas, 16 de abril de 2024, disponível em <https://geopolitique.eu/en/2024/04/16/radical-change-is-what-is-needed/>

² Expressão de Eduardo Lourenço. V. Lourenço, Eduardo, “Meio século de dramaturgia política europeia” in “Ver é ser visto”, Gradiva, 2021, pp. 197-214

³ Lourenço, Eduardo, “Da identidade europeia como labirinto” in “Ver é ser visto”, Gradiva, 2021, p. 217

⁴ Ibid, p. 216

européismo geral da população. Todavia, a nossa própria identidade como europeus e como europeístas fragiliza-se – numa dissonância onde a vontade quase-axiológica de uma nação ser europeia não corresponde nem ao coração sem chama nem ao murchar da razão.

A razão e o coração

Afinal, que razão de ser pode o cidadão médio encontrar numa Europa onde o crescimento balofo dos mercados não se vê, nem se sente, nos seus bolsos e na sua condição de vida? Essa constatação tem um especial viés territorial. 40 anos depois de Jacques Delors ter criado a política de coesão, a divergência económica entre os 15 Estados-membros originais acentuou-se e, ciente disso, a coesão é o principal alvo da direita europeia em matéria de cortes orçamentais. Se para uns a coesão é o grande “herói” desta epopeia, para outros ela é um mostrengo a derrotar.

A direita, cada vez mais hegemónica no teatro europeu, pretende substituir a coesão pela competitividade como valor central da missão europeia, fazendo da sua maior preocupação “uma espécie de mercado único”, onde as ajudas de Estado são proibidas a todos, exceto aos que já ganham com as tendências centrípetas da união económica e aduaneira – os de cima, os do centro, chamando “os bois” pelos nomes, a França e a Alemanha.

Não é surpreendente que estes dois países tenham concentrado 77% das ajudas de Estado aprovadas na sequência da crise inflacionista⁵. Já há 20 anos, estes mesmos países tinham demonstrado que as regras orçamentais não eram para todos, fugindo às multas com que outros países eram ameaçados. Como nos recorda Manuel Alegre nas suas recentes *Memórias Minhas*, essa realidade era já antevista por Torga na crítica que então fazia à integração europeia – “vão ganhar os mais fortes. Será uma Europa da França e da Alemanha. Uma Europa capitalista que vai liquidar os partidos socialistas europeus.”⁶

A indiferença que ameaça o projeto europeu é um problema de razão, mas também do coração. O próprio Jacques Delors reconhecia que “ninguém se apaixona pelo mercado único. A Europa precisa de uma alma”. 80 anos depois do fim da 2.ª Guerra Mundial e mais de 30 depois do colapso da União Soviética, é bastante claro que a identidade europeia não pode mais ser sustentada apenas em memória do passado ou em símbolos que nos enraízem histórica e culturalmente.

⁵ Cf. <https://www.euronews.com/business/2023/01/17/germany-france-account-for-most-eu-state-aid-heres-why-its-a-concern>

⁶ Alegre, Manuel, *Memórias Minhas*, Dom Quixote, 2024, p. 283

A Europa precisa, para sobreviver, de uma expressão material na vida das pessoas, coerente e significativa no plano dos valores. Essa identidade nunca será a mera constatação do que existe, atentas as diversidades que caracterizam a Europa no plano político, económico, social e cultural. Mais que uma identidade-raiz, empírica, poderemos ter uma identidade-destino, normativa, que afirma uma teleologia continental – um destino ou vocação que nos irmanem na afirmação de um modelo de vida politicamente livre, socialmente justo e ambientalmente sustentável. Regressando mais uma vez a Eduardo Lourenço, “não é o passado recente dos povos europeus que pode dar-nos qualquer garantia. Mas a *utopia europeia* em marcha foi, é, a resposta que se nos impôs (...) para domesticar, e desta vez, de mútuo acordo, a sua intrínseca barbárie.”⁷

É aos socialistas que cabe ressuscitar a utopia de uma Europa de valores e concretizar a grande viagem de uma Europa dos cidadãos. São os socialistas quem tem de reunir a força das ideias e do povo para superar a navegação à vista que tem (des)norteado a integração europeia nos últimos 20 anos e, outrossim, empreender essa epopeia coletiva de índole humana e humanista. Como disse Manuel Alegre, de quem Eduardo Lourenço dizia ter a “nostalgia da epopeia”, na sessão solene do 22.º aniversário do 25 de Abril, “aqui e na Europa, os socialistas têm a pesada responsabilidade de dar uma nova resposta, à escala do continente, aos gravíssimos problemas sociais que são fruto da colonização da Europa pelo ultraliberalismo. Aqui e na Europa, é pela esquerda que tem de se dar corpo à esperança e de voltar a fazer da política, não apenas a gestão do que está, mas um instrumento de mudança da sociedade e da vida.”⁸

Virar a Europa do Avesso

Talvez fruto dessa mesma colonização, construir uma outra Europa seja uma necessária “epopeia do avesso”. Bruxelas impõe hoje aos seus Estados-membros um edifício jurídico liberalizante e uma ortodoxia orçamental restritiva. Enquanto no primeiro caso, isso visa restringir a capacidade dos Estados regularem e participarem ativamente nos mercados, no segundo, as instituições trocaram recentemente regras imprevisíveis de saldos orçamentais estruturais por uma negociação um pouco mais flexível, mas assente em limitar despesa pública.⁹

⁷ Lourenço, Eduardo, *op. cit.*, p. 222

⁸ Alegre, Manuel, *op. cit.*, p. 305

⁹ Esta revisão teve no seu centro a eurodeputada portuguesa, Margarida Marques, que foi relatora pelo Parlamento Europeu deste importante dossier legislativo.

De pouco adianta aos socialistas heroicos atos de resistência. Contrastando os casos portugueses e gregos, falar grosso como Tsipras e Varoufakis só resulta que ninguém nos ouça. É a luta *dentro* das instituições que lhe concede a sua natureza épica. Ali podemos semear brechas por onde possam ir entrando luz, como nos cantava Leonard Cohen, seja por via de respostas europeias, como a capacidade orçamental, seja por via de flexibilidade de atuação para os Estados-membros.

Se as novas regras orçamentais mostram o valor da batalha longa pela flexibilidade das regras orçamentais, que começou a ser travada pelo Comissário francês Pierre Moscovici em outubro de 2014, também na capacidade orçamental podemos ver a forma como o *Next Generation EU*, financiador dos Planos de Recuperação e Resiliência nacionais, nasceu da semente deixada em 2019 com o acordo do Instrumento Orçamental para a Convergência e a Competitividade (BICC) e deixou lastro para que pudessem, no futuro, existir outras iniciativas, permanentes ou de caráter excepcional, de financiamento comum para desígnios comuns.

Ao avanço dos mercados de produtos desregulados, importa resistir, protegendo trabalhadores, consumidores e o planeta. Isso é, aliás, cada vez mais importante num mundo globalizado e informado onde a concorrência pratica-se não só pelo preço, como também por outro tipo de custos e de valores. A Europa deve querer afirmar-se como um espaço de produção e consumo pelo valor acrescentado, através da responsabilidade social e ambiental e da sofisticação tecnológica.

Essa diferenciação é mais fácil no consumo, onde a Europa se assume como um grande bloco a nível mundial e conseguindo que as suas regulações sejam respeitadas pelos produtores de bens e serviços – como claramente aconteceu com o RGPD ou os carregadores de telemóveis e, esperemos nós, venha a acontecer com a aprovação das novas regras europeias que proíbem o comércio de produtos fabricados com trabalho forçado na UE.¹⁰

O desafio está em afirmar essa soberania no plano da produção, que tende a fugir para jurisdições mais flexíveis. A esse respeito, a Europa deu um passe de gigante ao constituir o mecanismo de ajustamento carbónico transfronteiriço (CBAM, em inglês), que é não só um importante novo recurso próprio para o Orçamento da União, como também um poderoso desincentivo à “fuga de carbono” da produção industrial europeia.¹¹ Há muito que se discute a nível europeu, por exemplo, semelhantes mecanismos para direitos sociais,

¹⁰ A eurodeputada portuguesa, Maria Manuel Leitão Marques, foi negociadora do Parlamento Europeu para este regulamento, aprovado no passado dia 23 de abril de 2024.

¹¹ O eurodeputado português, Carlos Zorrinho, foi relator-sombra pelo grupo parlamentar dos Socialistas e Democratas acerca desta matéria.

reequilibrando os mercados face às externalidades tanto negativas da precariedade como positivas do Estado Social. Juntos, esses passos formariam uma bela dança do avesso por uma outra Europa possível.

Um novo momento polanyiano

Não é, porém, suficiente que a Europa alavanque o seu poder económico para extrair ajustamentos na produção e consumo de bens e serviços. Nem nos devemos contentar com embriões orçamentais, seja a nível europeu seja na forma como são tratados os orçamentos nacionais. Parafrazeando Delors, ninguém se apaixona por regulações nem por orçamentos. O sentido da nossa epopeia coletiva tem de se fundar na socialização das falsas mercadorias do trabalho, da terra e do dinheiro, naquilo que Karl Polanyi descrevia, em face da liberalização dos mercados de produtos, como um “contramovimento”.¹²

É, aliás, como um grande momento polanyiano que é frequentemente descrito o evoluir das instituições sociais na Europa no pós-Guerra e dos quais nasceram os “trinta gloriosos”, os anos de maior crescimento económico e desenvolvimento humano na história da Europa. Não por mera coincidência, esses foram os anos em que se desenvolveu o Estado Social e em que o sindicalismo ganhou mais forças. Foram, também, anos de revolução cultural, com a emancipação da mulher, o Maio de '68 e os movimentos antiguerra, em cujo ascendente veio a nascer o MFA e o 25 de Abril.

Como pode a Europa ter um novo momento polanyiano? O problema central surge na questão das competências da União. Uma visão ortodoxa dessas competências deixa, em larga medida, as questões centrais do trabalho, habitação, saúde e educação para os Estados-membros. A ampla diversidade de políticas praticadas nos 27 demonstra bem, aliás, essa dificuldade. Recorde-se, a este propósito, a diretiva do salário mínimo europeu, resistida pelos países nórdicos, onde os mínimos sociais não são garantidos por lei mas pela força negocial dos sindicatos.

Todavia, nos últimos anos, a Europa tem sabido experimentar novas competências, desde a compra comum de vacinas até à regulação de trabalhadores de plataformas. A direita insiste em reservar estas competências para áreas mais de natureza transfronteiriça ou onde se encontra um especial “valor acrescentado europeu”. Falta a essa análise, porém, a compreensão mais profunda do que significa ser uma união económica. Economia é mais do que o livre comércio de bens e serviços – é também trabalho, habitação, saúde e educação. Há um valor acrescentado na harmonização europeia

¹² Polanyi, Karl, *A Grande Transformação*

dos preceitos que regulam e definem a nossa vida coletiva e, assim, em evitarmos a concorrência desleal entre Estados-membros que, mais vezes do que outras, não é uma corrida para o topo dos direitos económicos e sociais, mas, muito pelo contrário, uma corrida para o fundo.

O cabeça-de-lista europeu dos socialistas, Nicolas Schmit, foi um precursor deste experimentalismo com as competências da União Europeia, como já aqui referi. Assim o quisessem realmente os partidos socialistas nos respetivos Estados-membros, a sua candidatura nas eleições europeias de 2024 podia ser um farol de esperança que iluminasse o horizonte do possível e nos permitisse orientar a navegação da Europa para caminhos mais humanistas e progressistas.

Os caminhos da esperança

É possível traçarmos, com audácia, que caminhos seriam esses. No trabalho, uma nova geração de diretivas que assegurassem a igualdade salarial entre homens e mulheres, o fim ao roubo do nosso tempo e do nosso salário através da garantia de pagamento de horas extraordinárias e a afirmação de um direito europeu a desligar e, tal como há um limite europeu ao tempo de trabalho, adotar um limite europeu ao tempo em precariedade. Seria desejável alargar à habitação o alcance dos fundos comunitários e dos empréstimos do BEI para que Estados e autarquias e, porque não, cooperativas, jovens e até as empresas para os seus trabalhadores possam ter outras condições para investir nesse primeiro direito.

Na saúde, criando uma obrigação de paridade entre a saúde física e saúde mental, mais lento de executar nos serviços nacionais de saúde, mas que poderia ir avançando em passo acelerado nos sistemas de seguros, públicos ou privados. Na educação e no apoio à infância, caminhando para que as creches e o pré-escolar gratuitos sejam parte integrantes do modelo social europeu e de uma garantia para a infância que deve ser, sempre, bem mais do que uma mera prestação pecuniária.

Nas migrações, investir não só nas fronteiras como também na integração e ter uma visão comum para uma nova geração de refugiados – os climáticos – que inevitavelmente baterá à porta do nosso continente em peso ao longo das próximas décadas. Afirmando uma Europa de e para as pessoas, asseverar a portabilidade das qualificações e contribuições sociais, concorrendo para o usufruto dos direitos por parte dos cidadãos em qualquer parte da União. Para financiar tudo isto, devíamos avançar para uma base fiscal comum e uma tolerância zero aos paraísos fiscais dentro da União.

Cada um dos caminhos que enunciámos podem ser objetos de desejo político tangíveis e alcançáveis no quadro da União Europeia. Falta-lhes é seguramente condições de consenso político. Há interesses instalados – nacionais, empresariais e corporativos – que beneficiam com o estado atual das coisas. Todavia, sempre os houve, em qualquer parte do mundo, antes de qualquer grande reforma progressista. Não foi por isso que se deixou de fazer Serviços Nacionais de Saúde e não foi por isso que eles foram depois revogados. É a enfrentar os interesses da oligarquia europeia que poderemos superar a melancolia pós-democrática e demonstrar aos nossos eleitores que não somos “todos iguais” ou “mais do mesmo”. É a superar estes e outros desafios que o protagonista desta epopeia, a esquerda progressista europeia, se faz herói.

Liberdade de ficar

Mais direitos dentro e entre cada país, enquanto consumidores, trabalhadores e cidadãos, num contexto de mercado global onde nos devemos fazer valer pela força de uma Europa unida. Tudo certo, exceto a constatação de uma tendência que se tem vindo a agravar – a emigração. De que servem estes direitos em países desertos, roubados dos seus jovens mais qualificados pela voragem centrípeta do mercado?

Não se pode culpar os jovens por esta realidade. Na verdade, é até difícil culpar os Estados. Com o inglês como língua universal, transportes cada vez mais fáceis e baratos e, ainda, a internet a anular distâncias de comunicação, é natural que esta seja a geração mais móvel e mais sensível, por isso, às diferenças salariais e de condições de vida entre países. Isto devia obrigar as empresas a pagar melhores salários em cada país para reter talentos. Essa vaga de emigração interna é uma “fuga de cérebros” apresentada por Enrico Letta como uma das suas principais preocupações. Responsável pelo relatório sobre o futuro do mercado único, Letta proclamou a necessidade de, a par da liberdade de movimento, se afirmar uma “liberdade de ficar”.¹³ Quais são as condicionantes a essa liberdade que importa levantar? Mais uma vez, “é a economia, estúpido”.¹⁴

A Europa tem de retomar um roteiro para a convergência económica e social. Estimativas recentes dos ganhos do mercado único apontam para

¹³ Enrico Letta começou a difundir esta expressão numa entrevista ao Playbook do Politico a 4 de janeiro de 2024, já tendo sido utilizada em várias outras intervenções públicas. A entrevista está disponível em <https://www.politico.eu/article/eus-single-market-needs-radical-reform-says-czar-tasked-with-mandate/>

¹⁴ Esta frase, enunciada pelo estratega político James Carville, foi um dos conceitos-chave da bem-sucedida campanha presidencial de Bill Clinton à Casa Branca, em 1992. Desde então, tem sido amplamente aplicada a outros contextos políticos.

que países e regiões no centro da Europa tenham ganho até 4,7% (3.600€ per capita) com o mercado único, enquanto regiões na periferia ganharam apenas 2% (chegando a um mínimo de 150€ per capita) com a integração económica europeia.¹⁵

A própria distribuição da convergência tem-se alterado. Se numa primeira fase da integração europeia, até à viragem do século, os países menos desenvolvidos da Europa a 15 conseguiram fazer alguns progressos na sua condição de vida, esses ganhos parecem ter-se desvanecido. Ao contrário, o impulso de convergência parece ter-se deslocado para os países que aderiram mais tarde à UE, em particular o Leste da Europa. A Espanha e a Grécia passaram de ocupar em 2009 a 13.^a e 14.^a posição em PIB per capita em paridades de poder de compra para a 16.^a e 26.^a posições, respetivamente, em 2023. Ao contrário do que a direita tem afirmado, Portugal tem sido uma feliz exceção nos últimos anos, com o acelerar do crescimento económico a permitir-lhe recuperar a 18.^a posição, a mesma que tinha em 2009 e 2015, e que havia, entretanto, perdido para a Polónia e a Estónia.

No momento em que nos preparamos para decidir uma política industrial europeia, será fundamental que a Europa assegure a distribuição geográfica dos investimentos empresariais e a garantia de que esse desenvolvimento económico se repercute nos salários dos trabalhadores, em particular nas regiões menos desenvolvidas da Europa. Esse é um caminho importante para afirmar a “liberdade de ficar” nesses países.

Essa estratégia industrial europeia passa necessariamente por um acelerar da adesão e liderança do tecido empresarial europeu nas transições climática e digital. Essa tarefa só terá sucesso, porém, se abandonarmos alguns preconceitos frugais e compreendermos a importância de renovar o “Next Generation EU”, trazendo mais dinheiro para estes objetivos estratégicos. A Europa deveria ter uma capacidade orçamental permanente, mas, enquanto ainda não a tem, devemos reincidir sobre instrumentos cujo desenho, alicerçado em reformas e indicadores de execução físicos, permitiram reunir a confiança de todos para o que antes se julgava impossível, mas revelou-se necessário à prossecução de um objetivo comum – a recuperação da crise económica induzida pela Covid-19.

¹⁵ Mion, G. e Ponattu, D., “Estimating economic benefits of the Single Market for European countries and regions”, Bertelsmann Stiftung, 2019. Disponível em https://www.bertelsmann-stiftung.de/fileadmin/files/BSt/Publikationen/GrauePublikationen/EZ_Study_SingleMarket.pdf

Encruzilhada política

Os objetivos que proponho neste artigo permitiriam oferecer outro sentido para a Europa e responder, muito em concreto, aos desafios que a minha geração enfrenta neste seu início de vida. Era apenas justo que a mesma Europa que nos armadilhou os primeiros anos de vida adulta nos oferecesse a mão para nos erguermos daqui em diante. Sacrificados pelas guerras intestinas dos estadistas e dos burocratas, incapacitados para responder às sucessivas crises económicas, sociais e ambientais, os jovens têm direito a uma espécie de Plano Marshall para responder às dificuldades das suas vidas.

A questão é se esta geração de estadistas tem a mesma visão que tiveram os Estados Unidos da América no pós-Guerra. É certo que não houve nem a carnificina nem a destruição material desse tempo – uma comparação direta é injusta e ultrajante à memória de tantos que pereceram na guerra e nas suas múltiplas consequências. Porém, tal como na altura o Ocidente travava uma guerra fria com o império soviético, hoje a democracia trava uma disputa bastante acesa com a extrema-direita populista que insidiosamente alastra por todos os recantos da sociedade.

Porque parece essa justa reparação tão difícil de se materializar na atual conjuntura política? Não é por falta de políticos bem-intencionados. Não parece é possível que esse caminho se possa sustentar apenas com base na bonomia das instituições. Enquistadas em legitimidades democráticas concorrentes e trílogos muito pouco transparentes, em que o Parlamento tem ainda pouco poder para se impor, a encruzilhada política depende de uma nova maioria social e de mobilização popular e, sobretudo, juvenil.

Hoje, como há 90 anos, os nossos milhões de Ulisses enfrentam um temível Adamastor. Pior, não faltam velhos do Restelo e dificuldades para tornar esta uma encruzilhada impossível de vencer. Precisamos de ser muitos, nos nossos países e nas instituições europeias, para superar os egoísmos nacionais e encontrar um caminho de liberdade, justiça e sustentabilidade. É através dos valores e das ideias que podemos descortinar uma nova utopia europeia que, mais do que memória, símbolos ou obras, alimente os cidadãos com esperança num futuro melhor. A tarefa é exigente – nada menos que virar a Europa do avesso. Mas talvez seja mesmo a dimensão do desafio que dê sentido a esta epopeia.

Mulheres de Abril na União Europeia

Edite Estrela

Presidente da Comissão Política Nacional das Mulheres Socialistas – ID
Deputada à Assembleia da República

*A Europa será feita do conjunto das soluções
que forem dadas às crises que consiga superar.*

Jean Monnet

*Nenhum flagelo dos direitos humanos é mais prevalente
do que a desigualdade de género.*

António Guterres

Escrevo na semana em que celebramos os 50 anos da Revolução dos Cravos. Relembro o dia em que as espingardas dos soldados exibiam cravos em vez de balas, marco histórico de transição da ditadura para a democracia e que lançou um país atrasado e “orgulhosamente só” para a ribalta dos noticiários de todo o mundo. “O dia inicial inteiro e limpo”, poetizado por Sophia, era há muito a madrugada esperada pela minha geração, contagiada pela euforia do “maio de 68” e inspirada pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

A liberdade foi a grande conquista do 25 de Abril. Liberdade nas suas diferentes dimensões e declinações. Liberdade política, liberdade de associação e de expressão. Para todos e para todas, independentemente do estatuto social, económico e cultural. Liberdade para as mulheres que deixaram de ser súbditas dos pais ou dos maridos e adquiriram o estatuto de cidadãs.

A grande revolução de Abril foi, de facto, a mudança do estatuto da mulher. Educada para obedecer, a mulher portuguesa pouco mais desejava que

um bom casamento, boa casa e mesa farta, cuidar das lides domésticas e agradar ao marido. A sociedade exigia-lhe que fosse boa filha, boa esposa, boa mãe. Tinha muitos deveres e poucos direitos. O homem era o chefe de família, com autoridade sobre a educação dos filhos e a gestão dos bens próprios e da consorte. O divórcio era proibido. A mulher não podia sair do país sem autorização do marido que também lhe podia abrir a correspondência. Não podia entrar no mercado de trabalho sem permissão masculina. Se fosse enfermeira, tinha de ficar solteira. Se fosse professora, tinha de pedir autorização para casar. As mulheres não podiam ser juízas, embaixadoras, autarcas, militares ou polícias. Ganhavam praticamente metade do salário dos homens. E, discriminação máxima, não podiam votar. Era assim em Portugal, mas já não era assim em muitos países europeus.

A pouco e pouco, as sociedades modernas foram reconhecendo e consagrando na lei os direitos fundamentais. Mas uma coisa é a lei e outra, diferente, é a realidade. Esta mostra que as mulheres continuam sujeitas a múltiplas discriminações. As leis podem ser progressistas, mas abundam os exemplos de leis que são mal interpretadas, de acórdãos injustos, de violação dos direitos humanos, de desrespeito das liberdades fundamentais, sobretudo em relação a segmentos sociais mais vulneráveis. Sobretudo em relação às mulheres pobres e mães de famílias monoparentais. Nas últimas décadas e praticamente em todo o mundo, as mulheres conquistaram uma parte substancial do espaço público e o acesso à esfera do poder político e até económico. Mas estão longe de ver reconhecidos todos os seus direitos. Mesmo nas democracias ocidentais, as mulheres continuam a auferir salários mais baixos e a ter menos independência económica que os homens.

As mulheres na União Europeia

Lilly Ledbetter era supervisora de uma empresa de pneus no Estado de Alabama. Pouco antes de se reformar, tomou conhecimento de que, durante quinze anos, recebera 40% menos do que os colegas homens, pelo mesmo tipo de trabalho. Sentindo-se injustiçada, decidiu avançar com um processo judicial e ganhou. Tendo em conta que em muitos Estados as mulheres recebiam menos que os homens pelo mesmo tipo de funções, o presidente Barak Obama, no início do seu mandato, decidiu alterar a legislação e promulgou a lei para a igualdade salarial, o *Lilly Ledbetter Fair Pay Act*, em homenagem a esta trabalhadora. O caso de Lilly Ledbetter é revelador das desigualdades persistentes a que as mulheres estão sujeitas,

mesmo nas regiões mais desenvolvidas do planeta. É evidente que não é a mesma coisa ser-se mulher num país desenvolvido ou num país em desenvolvimento, num Estado laico ou num país islâmico... Mesmo na Europa, apesar de estarem já em maioria nas Universidades, de representarem 60% dos licenciados e 55% dos doutorados, as mulheres continuam a ser confrontadas com diferentes discriminações: ter de escolher entre ser mãe ou manter o lugar de chefia, entre acompanhar os filhos na doença ou progredir na carreira, ganhar menos que os homens ou ir para o desemprego. Na União Europeia (UE), o princípio da igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres em domínios ligados ao emprego e à atividade profissional consta nos Tratados, desde 1957. Apesar da legislação, as mulheres europeias ganhavam, em 2020, menos 13% em média que os homens para trabalho igual ou de igual valor, de acordo com o último estudo publicado pelo Eurostat. Isto significa que, por cada um euro ganho por um homem, uma mulher ganhava apenas 0,87€. O “Dia Europeu da Igualdade Salarial”, uma iniciativa da Comissária Vivianne Reding, marca a data anual que simboliza o número de dias a mais que as mulheres têm de trabalhar para ganhar tanto como os homens. O dia varia todos os anos, como a média europeia, em função do fosso salarial. Entre 2012 e 2020, as disparidades salariais entre homens e mulheres na UE foram reduzidas de 16,4% para 13,0%. Segundo o referido estudo, em Portugal, a diferença salarial era de 11,4%. O Luxemburgo surge no topo da tabela com a diferença mínima de 0,7%, seguido pela Roménia (2,4%), pela Eslovénia (3,1%) e pela Itália (4,2%). Os maus exemplos vêm da Letónia (22,3%) e da Estónia (21,1%), onde o fosso salarial é superior a 20%, mas também da Áustria (18,9%) e da Alemanha (18,3%).

Esta é a realidade que demora a ser corrigida, não obstante as boas intenções, muitos documentos estratégicos e algumas medidas, provando, uma vez mais, que o caminho para a igualdade de género é lento e cheio de escolhos. Em junho de 2019, o Conselho Europeu instou a Comissão Europeia (CE) a desenvolver medidas concretas para aumentar a transparência salarial. Em março de 2020, a Comissão publicou a “Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025”, identificando medidas para colmatar as disparidades salariais entre homens e mulheres e, poucos meses depois, apresentou o “Plano de Ação para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres na Ação Externa para 2021-2025”. A proposta da Comissão relativa a salários mínimos adequados para os trabalhadores, adotada em 28 de outubro de 2020, também visa colmatar as disparidades salariais e tirar mulheres da pobreza, uma vez que mais mulheres do que homens ganham salários mínimos na Europa. A “Diretiva relativa à transparência salarial”, em

vigor desde 6 de junho de 2023, estabelece um quadro claro para a aplicação do conceito de “trabalho de igual valor” e critérios que incluem competências, esforço, responsabilidade e condições de trabalho, para garantir que mulheres e homens na UE recebam salários iguais por trabalho igual. Os Estados-membros dispõem de três anos para transpor a Diretiva para o direito nacional. A Comissão Europeia propõe-se apoiar o desenvolvimento de instrumentos e metodologias para que os empregadores europeus corrijam quaisquer diferenças salariais injustificadas entre homens e mulheres. Para o efeito, a Comissão consagrou 6,1 milhões de euros, ao abrigo do “Programa Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores” (CERV), para apoiar a aplicação desta Diretiva nos Estados-membros.

A desigualdade salarial pode enfraquecer a coesão social, reduzir o consumo das famílias e afetar o crescimento económico. O salário representa uma dimensão económica da maior importância, uma vez que a grande maioria dos cidadãos e respetivas famílias dependem exclusivamente do salário que auferem. Salários demasiadamente baixos são responsáveis por elevados níveis de pobreza. Para inverter essa tendência em Portugal, os governos socialistas aumentaram consideravelmente o salário mínimo, uma medida acertada, que ajuda a combater a pobreza no feminino porque abrange um significativo número de mulheres.

Nos diferentes Estados-membros, as mulheres são as principais responsáveis pelos cuidados das crianças, dos idosos e de outros dependentes, pelo que têm mais dificuldade em conciliar a vida profissional com a vida familiar e progredir na carreira. São muitas as horas extraordinárias não remuneradas que uma mulher dispensa para cuidar dos filhos, tratar das lides domésticas ou tomar conta dos familiares dependentes. A redução do *pay gap* é, pois, uma condição essencial para uma equilibrada partilha das responsabilidades familiares. Como o salário da mulher é mais baixo e persiste a mentalidade de que as obrigações domésticas e familiares são responsabilidade da mulher, é natural que seja ela a sacrificada quando é preciso escolher o/a cuidador/a. Por essa razão, a parte transferível/opcional da licença de parentalidade também não é tão partilhada como seria desejável. Isto tem efeitos duplamente perversos: nas baixas reformas das mulheres e no decréscimo da natalidade. Quando chega a idade da reforma, a pobreza feminina ainda é maior do que na idade ativa, porque as mulheres ganham menos e porque ficaram em casa a tomar conta dos filhos. Situação que continua a alimentar a perceção de que as mulheres são trabalhadoras “inconvenientes”, como já foram chamadas, ou de segunda escolha ou mesmo trabalhadores de risco. Não admira que, nos inquéritos à fecundidade, regra geral, sejam identificados como principais incentivos

ou entraves à decisão de ter filhos o rendimento das famílias e as condições de trabalho.

O papel da legislação europeia

As mulheres sabem, um saber de experiência feito, que a igualdade de género é um processo de avanços e recuos. O facto de a lei defender as mulheres não significa que elas sejam defendidas pela sociedade, porque esta só lá vai arrastada pelo direito. Por isso as leis progressistas são determinantes para influenciarem positivamente a sociedade. Embora não se alterem as mentalidades por decreto, é reconhecido que a legislação ajuda muito a formar opinião.

Para melhorar o equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada dos pais e cuidadores que trabalham, a CE apresentou uma Diretiva relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida privada, que entrou em vigor em 2 de agosto de 2022. E, em março de 2023, lançou uma campanha alertando para os estereótipos de género nas escolhas profissionais, no cuidado e na tomada de decisão, e sublinhou que “a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos fundamentais que devem ser protegidos e reforçados e que não podem, de forma alguma, ser enfraquecidos ou retirados”. E vai mais longe, ao instar o Conselho Europeu a adotar a proposta incluída na sua resolução de 22 de novembro de 2023, no sentido de aditar à Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia os cuidados de saúde sexual e reprodutiva e o direito ao aborto seguro e legal.

O Parlamento Europeu (PE) antecipou-se e aprovou, com esse objetivo, uma resolução por larga maioria (336 votos a favor, 163 contra e 39 abstenções), no passado dia 11 de abril. Este resultado histórico não pode ser ignorado pelo Conselho Europeu, a única instituição que agora tem de se pronunciar para que o direito ao aborto seja consagrado na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (UE). Nessa Resolução, os eurodeputados condenam o retrocesso nos direitos das mulheres e todas as tentativas de restringir ou eliminar as proteções existentes para a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos e a igualdade de género, que ocorrem a nível mundial, incluindo nos países da UE. E solicitam aos Estados-membros a descriminalização do aborto, de acordo com as diretrizes da Organização Mundial da Saúde, não se coibindo de condenar também o facto de, em alguns países da UE, o aborto estar a ser negado por médicos e, em alguns casos, por instituições médicas inteiras, com base numa cláusula de “consciência”, não raras vezes em situações em que qualquer

atraso pode pôr em perigo a vida ou a saúde da mulher. Sei quão importante é esta resolução, não obstante a sua natureza não vinculativa. Sei que representa um passo determinante na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. Sei por experiência própria o muito que foi precisar andar e lutar para aqui chegar.

Com quem se avança, com quem se recua

Em 2013, fui relatora de um relatório de iniciativa da Comissão para a Igualdade de Género do PE sobre “Saúde e direitos sexuais e reprodutivos”. Durante o processo de debate e aprovação, em Comissão, mas sobretudo em plenário, a extrema-direita e alguma direita europeia mais conservadora desenvolveram uma campanha de manipulação da opinião pública, de pressão sobre os eurodeputados e as eurodeputadas e de distorção do conteúdo do relatório, envolvendo recursos nunca vistos, materiais e de trabalho em rede com as organizações europeias ultraconservadoras, algumas das quais com ligações ao famigerado *Tea Party* americano. Foram feitas duas manifestações junto à sede do PE em Estrasburgo, foram enviadas centenas de milhares de mensagens eletrónicas aos MEP (eurodeputados/as) e, em algumas igrejas alemãs na fronteira com a França, foram feitas homilias contra o relatório e a relatora. Nunca tal tinha acontecido na história do PE. Campanha inusitada que surpreendeu pela agressividade e mobilização de meios e porque o relatório não só não era vinculativo, mas também não acrescentava nada de especial em relação a outro aprovado poucos anos antes pelo PE. As propostas mais contestadas e deturpadas foram o acesso legal e universal à interrupção voluntária da gravidez (IVG) nos sistemas de saúde pública dos Estados-membros e a obrigatoriedade de educação sexual nas escolas. No dia da votação em plenário (10.12.2013), foi apresentada uma moção subscrita por deputados conservadores do PPE, na sua maioria deputados portugueses do PSD, apelando à rejeição do relatório com o argumento de que tratava de matéria da competência dos Estados-membros e não da UE. Moção que foi aprovada por 334 votos a favor e 327 contra.

Verificaram-se tantos e tão grandes atropelos ao normal funcionamento do processo de votação nesse dia, que uma realizadora francesa decidiu denunciar a situação num documentário, reconstituindo as etapas mais significativas e alertando para as estranhas “coincidências” e as entorses processuais que ditaram o inesperado resultado. Repito que as múltiplas vicissitudes tiveram na génese uma moção apresentada por deputados do

PPE, de que era primeiro subscritor o deputado Paulo Rangel. Depois da votação, na minha declaração de voto oral, lamentei que por poucos votos (apenas 7, muitos dos quais foram corrigidos por resultarem de interpretação errada) a hipocrisia e o obscurantismo se tivessem sobreposto aos legítimos direitos das mulheres. E perante as ruidosas reações de MEP reacionários, afirmei: “Podem gritar que eu não me calei, não me intimidam, não me intimidam, não tenho medo e tenho razão. Lamento que, em 2013, o Parlamento Europeu tenha uma posição mais conservadora do que teve em 2002 ao aprovar o relatório Van Lancker. Lamento que os movimentos mais extremistas e fundamentalistas se tenham imposto à vontade dos deputados. Quando os cidadãos pedem mais Europa, a resposta que o Parlamento Europeu lhes dá é esta. Pobre União Europeia!”.

Em 2021, mudaram-se os tempos e as vontades e, apesar da oposição da direita, foi aprovado (com 378 votos a favor, 255 contra e 42 abstenções) o relatório do deputado croata Predrag Fred Matić (S&D) sobre os direitos sexuais e reprodutivos na UE. “Todo um símbolo, depois do revés infligido ao relatório de Edite Estrela pela direita europeia em 2013”, noticia a *Agence Europe*, em Bruxelas, em 24.06.2021.

Portugal dispõe de legislação progressista e há da parte da população portuguesa uma grande abertura e compreensão em relação aos direitos humanos das mulheres. Mas é sempre possível haver retrocessos, como aconteceu com o anterior governo PSD/CDS que não se inibiu de, em final de mandato, fazer aprovar alterações à lei da IVG para restringir os direitos das mulheres. Alterações que o governo do PS reverteu de imediato.

Os chamados assuntos fraturantes não são imutáveis. Vão variando. Os temas mais polémicos são os que contêm uma grande carga ideológica e que dividem a sociedade. Há temas que separam a esquerda da direita, mas também há temas transversais que são polémicos no seio dos próprios grupos parlamentares. Quer a nível nacional quer a nível europeu. Todos nos preocupamos com o envelhecimento da população e a baixa taxa de natalidade, que põe em causa a sustentabilidade da segurança social e tem consequências muito negativas na economia. Preocupação que nem sempre tem tradução em medidas concretas. Igualmente polémico, ainda que de natureza diferente, foi o meu relatório sobre a revisão da chamada “Diretiva sobre Licença de Maternidade”, aprovado pelo PE por larga maioria em 20 de outubro de 2010 e que ficou bloqueado no Conselho Europeu. Este meu relatório propunha o alargamento da licença de maternidade para vinte semanas integralmente pagas, e dava um passo simbolicamente importante ao introduzir na legislação comunitária a licença de paternidade (duas semanas, igualmente pagas). Para além de ir

ao encontro das recomendações da Organização Mundial de Saúde e da Organização Mundial do Trabalho, este relatório também visava facilitar a conciliação entre a vida pessoal e profissional para homens e mulheres. Em termos práticos, os dois relatórios não tiveram o resultado desejado, mas provocaram um profundo debate que ultrapassou as fronteiras da EU e abriram caminho a que iniciativas posteriores tivessem sido bem-sucedidas. E mereceram o reconhecimento de muitas entidades e especialistas em igualdade de género, que me propuseram para os *MEP Award*, e também dos meus colegas do PE que me elegeram a melhor eurodeputada na área dos Assuntos Sociais em 2010 e 2014.

As “mães” fundadoras da Europa e os novos desafios

“A Europa é o nosso futuro comum”. Foi este objetivo que levou os seis países fundadores a assinar os Tratados de Roma. Sessenta anos volvidos, esse mesmo objetivo motivou 27 países, do norte, centro, sul, leste e oeste da Europa a subscrever a Declaração de Roma. Entre estes dois acontecimentos, vivemos o mais longo período de paz, democracia e prosperidade da história europeia. E continuou assim até ao dia em que a Rússia invadiu a Ucrânia, violando a Carta das Nações Unidas, os princípios gerais do Direito Internacional e o Memorando de Budapeste. No dia 24 de fevereiro de 2022, o mundo mudou. Ficou mais perigoso e imprevisível. Aconteça o que acontecer, nada ficará como dantes. A invasão da Ucrânia pela Rússia será sempre um marco doloroso para a UE.

“Fazer a Europa é fazer a paz”, afirmou Jean Monnet. Se assim for, são as mulheres as principais artífices do projeto europeu. O *Dicionário as mulheres e a unidade europeia*, coordenado por Isabel Baltazar, Alice Cunha e Isabel Lousada, editado pela Assembleia da República em 2021, cumpre o justíssimo objetivo de dar visibilidade às mulheres que foram determinantes na construção de uma Europa unida no ideal da paz e baseada na cooperação e na solidariedade. Os “pais” fundadores do projeto europeu são conhecidos. Os nomes de Robert Schumann, Jean Monnet, Konrad Adenauer, Alcide De Gaspari, Altiero Spinelli, Paul-Henri Spaak estão gravados na pedra, consagrados em livros, documentários e filmes, deram nome a ruas, edifícios e salas, são estudados em centros de investigação, universidades e institutos. São lembrados e celebrados. E as “mães” fundadoras da Europa? Será que, sem a utopia, a força, e a determinação de Ursula Hirschmann, Louise Weiss, Anna Lindh, Hannah Arendt, Fausta Desmondes, Simone Veil e tantas outras mulheres, o projeto europeu teria seguido o

rumo que lhe granjeou respeito e confiança? Ursula Hirschmann foi muito mais que a mulher de Spinelli. Sem a sua coragem, nunca o Manifesto de Ventotene, “por uma Europa livre e unida”, teria chegado a bom porto. Sem Louise Weiss, teríamos porventura uma Europa sem “alma”, desprovida da sua dimensão cultural e mais distante dos cidadãos. E que dizer de Anna Lindh que foi assassinada em campanha pelo seu sonho europeu?

Atravessamos tempos difíceis, que nos apresentam sérios desafios. Devemos retirar ensinamentos do passado para melhor prepararmos o futuro. A História mostra que as recessões económicas afetaram de maneira desproporcional as mulheres, que continuam mais sujeitas ao trabalho precário, mais expostas ao despedimento, menos cobertas pelos sistemas de segurança social e têm menos poder e participação na tomada de decisão, seja na política seja na economia. Chegou o momento de dar voz e poder às mulheres e, simultaneamente, aprofundar o modelo social europeu, adotar um novo discurso mobilizador para contrapor ao discurso populista e demagógico da extrema-direita europeia e (re)conquistar a confiança dos cidadãos. E é urgente reconhecer que a participação da mulher na transição digital é crucial para se progredir em igualdade.

A sub-representação das mulheres no espaço público mediático, a sua omissão como sujeitos da notícia e a invisibilidade da sua ação representam uma espécie de “aniquilação simbólica das mulheres”. A comunicação social pode contribuir para combater os estereótipos e as desigualdades ou para os promover. Pode contribuir para o empoderamento das mulheres ou para a sua menorização, associando-as à maternidade, ao “sexo fraco” ou a figuras decorativas e desvalorizando a sua atividade enquanto profissionais competentes e bem-sucedidas. Um estudo, realizado em 2009 pelo Parlamento Europeu sobre a forma como os media trataram as mulheres na campanha eleitoral, concluiu que as mulheres foram praticamente ignoradas pela comunicação nacional da maior parte dos Estados-membros. E, ao contrário do que aconteceu com os candidatos, a visibilidade das candidatas não decorria da importância das suas ideias e programas políticos. Eram predominantemente citadas por causa da aparência, da cor do cabelo, do vestuário, por serem familiares ou amigas de alguém conhecido. Mesmo depois de eleitas para os mais altos cargos, o tratamento discriminatório continua. Por exemplo, ninguém pergunta a um recém-eleito presidente como vai conciliar as exigentes responsabilidades públicas com as suas obrigações familiares. Por outro lado, o trabalho das políticas tem, regra geral, menos visibilidade que o dos seus colegas homens. Mesmo quando pertencem a governos paritários, o que ainda é raro, e dão provas de grande competência, o que é frequente, o mérito das mulheres é

menos reconhecido e a sua obra menos valorizada que os dos seus pares masculinos.

Num tempo de grandes transformações no plano mediático, em que a desinformação e a propaganda se sobrepõem aos factos, sobretudo nas redes sociais em que as informações falsas são mais difundidas que as verdadeiras, as mulheres são as principais vítimas. As tecnologias digitais representam novos espaços de violência e opressão para as mulheres. Os desenvolvimentos tecnológicos e digitais, particularmente os relacionados com automação, inteligência artificial e robótica, estão a transformar as sociedades contemporâneas, afetando em especial a vida das mulheres. Vale a pena lembrar o escândalo sobre o algoritmo de recrutamento da Amazon que discriminava mulheres. Mesmo após várias reprogramações, o algoritmo continuava a preferir homens, pelo que a empresa foi forçada a desativá-lo. Este caso mostra que a neutralidade da máquina não existe e que as máquinas são programadas por pessoas com preconceitos e influenciadas por contextos sociais misóginos.

A escritora inglesa Mary Beard, no interessante livro *Woman & Power*, explica como a negação do direito das mulheres à palavra vem de longe. Homero, na Odisseia, conta que o filho de Ulisses e Penélope manda a mãe recolher-se ao gineceu, alegando que “falar é negócio de homens”. A misoginia tem séculos e muitas faces. A dos talibãs e de outros ditadores é a mais óbvia. Mas Trump e Bolsonaro usaram-na no combate político contra Hillary Clinton e Dilma Rousseff. A agressividade verbal continua a ser o principal recurso de intimidação e silenciamento das mulheres sempre que ousam sair do anonimato e ganhar visibilidade e reconhecimento público. A misoginia de outrora está hoje presente no discurso político e é amplificada nas redes sociais. É imperioso que as instituições europeias e os Estados-membros conjuguem esforços para este combate sem tréguas contra a violência exercida por via digital. Violência dirigida contra os elos mais fracos, mas não só. Contra as mulheres e as crianças, mas contra governos e o regular funcionamento de regimes democráticos. Talvez seja este o mais desafio do nosso tempo.

Transformar as crises em avanços da Europa Social

Ana Paula Bernardo

Sindicalista (UGT)

Deputada à Assembleia da República

A União Europeia está hoje confrontada com desafios decisivos para o seu futuro, que apresentam riscos para a coesão europeia e a evolução das instituições existentes e até, de forma mais profunda, para o próprio modelo de sociedade democrática assente na valorização dos direitos humanos e na construção de um espaço de paz e bem-estar para os cidadãos europeus, de solidariedade e de progresso económico e social.

A União Europeia e cada um dos Estados membros tem de fazer face a este inquietante contexto, serem capazes de assumir as mudanças necessárias para responder de forma mais ambiciosa e efetiva às necessidades e expectativas das suas populações, dando continuidade ao projeto de aprofundamento da UE, preservando sempre os seus valores fundacionais.

No entanto, não pensemos que este é um desafio muito diverso daqueles que a UE teve de enfrentar em vários momentos da sua história – ou não fosse este um dos mais ambiciosos projetos políticos da nossa história mundial moderna.

E um projeto em que as crises foram sempre uma força impulsionadora de sucessos, tendo sido alcançados progressos inquestionáveis em termos de prosperidade económica e social, de bem-estar das pessoas e de cooperação sem par entre Estados-membros, que fazem da União Europeia e dos seus Estados-membros os espaços mais igualitários do mundo.

Em última instância, devemos relembrar o que foram as crises e guerras que marcaram os últimos séculos na Europa, e mais notoriamente as duas grandes guerras do século XX, e que tornaram clara a necessidade (impensável, ainda hoje, na generalidade do Mundo) de limar margens de soberania em prol de um bem, de um interesse maior e soberano além das soberanias nacionais.

Num momento de extrema complexidade, temos, assim, de relembrar a todos o papel decisivo que o projeto da UE tem (e que teve para o Portugal Democrático, no ano em que celebramos 50 anos do 25 de Abril) e o caminho que passámos para chegar a 2024.

Devemos recordar o percurso realizado, de crises e superação, até chegarmos à Europa que conhecemos.

Uma Europa com problemas (sempre), com novos (e velhos) desafios, mas que continua a ter em si a capacidade de os enfrentar e de os superar. Com ambição. Com mais Europa! Com mais Europa Social!

Portugal na Europa e a Europa em Portugal

Para um Portugal que acabava de sair de quase meio século de ditadura, a adesão, em 1986, a um espaço como o da CEE assegurou não apenas os recursos financeiros para permitir uma modernização económica e social do País, como, desde os primeiros momentos, permitiu a consolidação da nossa democracia e do nosso Estado de Direito.

Portugal era um País pobre, com elevados níveis de iliteracia, rural numa Europa industrial e de serviços, institucional e democraticamente frágil após décadas de absolutismo político, económica e socialmente (ainda) fraturado por uma guerra e à procura de uma nova identidade internacional após um longo isolamento e alheamento da comunidade alargada.

A sua capacitação parecia assim um desafio (como os de hoje) de difícil superação. Uma capacitação que muitos lembram como somente financeira, centrando-se nos “milhões que vinham da Europa”, mas que foi muito mais profunda e perene no nosso dia-a-dia.

Mas uma capacitação particularmente exigente foi aquela que nos exigiu a consolidação do nosso espaço democrático, nas suas múltiplas dimensões, das quais a política será apenas a mais óbvia e notória.

Ainda antes da entrada para a CEE, o processo negocial, longo e rigoroso, com critérios e metas claros a cumprir, “forçaram” a criação e transformação de instituições e do nosso sistema de relações económicas e sociais, visando assegurar que estes fossem compatíveis e estivessem à altura da UE e do Modelo Social Europeu.

Os espaços de diálogo e concertação social, as instâncias de democracia participativa, os elevados níveis de proteção social, o pluralismo democrático, o afastamento de (novos) modelos de pensamento único são marcas identitárias de uma Europa, importadas para Portugal e que hoje temos como (porventura excessivamente) dadas como adquiridas.

Os milhões gastaram-se e, melhor ou pior, transformaram a face do nosso País.

As desigualdades, as pobreza e as assimetrias subsistentes fazem-nos lembrar que ainda há muito por fazer e que enganar houve nesse caminho. Olhemos, porém, para o Portugal de hoje e para o Portugal das décadas de 70 e 80 do século passado e veremos o milénio que os separa.

E, talvez porque para Portugal esta é uma memória coletiva mais recente do que para muitos dos parceiros europeus que encontramos em 1985, não deixou Portugal (e aqui com a governação socialista de António Costa) de ser, nos anos mais recentes, uma voz que relembrou sempre que o projeto europeu é um projeto social, de e para as pessoas.

A ideia de uma governação económica que só faz sentido a par com uma governação social e a mensagem de que “contas certas” não são em si um fim e nem são nunca um meio que possa sacrificar as pessoas, foram pedras de toque da nossa governação socialista e do papel de Portugal na Europa, que esperamos que se possam reforçar no próximo futuro.

A Europa Social. Uma construção progressiva. Uma história inacabada.

A União Europeia tem na sua génese a reconstrução da Europa após a 2.ª Guerra Mundial e o propósito de assegurar um enorme e sustentado espaço de paz, para os quais a prosperidade económica (CEE) e o controle das matérias-primas da guerra (a CECA do carvão e do aço e a Euratom, da então nova força atómica) eram condições basilares.

No entanto, desde a primeira hora, a dimensão social da UE – a “Europa Social”, ainda que distante da visão que dela hoje temos – encontrava-se presente naqueles que são os valores e princípios que orientaram a criação daqueles espaços comuns.

Os princípios e valores da liberdade, da democracia, da igualdade e Estado de direito, da promoção da paz e da estabilidade, são e serão sempre as bases da construção e do aprofundamento de uma sociedade que se queria mais justa, mais solidária, mais igualitária e com real coesão entre os povos.

Estávamos, porém, ainda longe, naquele momento de construção, de uma visão social para a Europa que perpassa hoje, de forma mais transversal,

não apenas os Tratados, os instrumentos e políticas comunitárias, mas também as políticas nacionais.

É inquestionável que as bases da Europa Social resultam de algo que todos os Estados-membros partilham: a existência de serviços públicos fortes, de um elevado nível de proteção social, do reconhecimento dos direitos dos trabalhadores e das suas organizações representativas, da existência de diálogo social e de um sistema forte de relações de trabalho.

No entanto, e num espaço democrático por excelência, a partilha não significa uma visão e uma realidade estreitas e unívocas, motivo pelo qual o nosso “modelo social europeu” é uma realidade multifacetada, diverso entre Estados-membros, havendo mesmo quem considere que deveríamos referir-nos antes a “modelos sociais europeus”.

Mais público ou menos público, mais estatizante ou mais fundado em políticas consensualizadas por atores sociais, mais legalista ou mais baseado na negociação coletiva, são facetas da diversidade encontrada dentro do modelo de base comum.

A Europa Social, como a conhecemos atualmente, foi sendo desenvolvida ao longo dos anos, nem sempre de forma linear e articulada e diversa em função da realidade de cada Estado-membro.

Encerra, por isso, divergências e tensões (até hoje não totalmente resolvidas) não apenas entre os diversos modelos existentes, mas igualmente com o sempre presente braço “económico”, na medida em que, neste último, a União avançou mais, e desde muito cedo, para um maior “diretívismo”, com coordenação e intervenção efetivas.

Em contrapartida, a Europa Social foi sendo desenvolvida e moldada em função de contextos como os alargamentos da UE a novos Estados-membros, das forças e equilíbrios políticos existentes em determinados momentos (no plano comunitário e em cada um dos Estados-membros), de acontecimentos e desafios emergentes, como a pandemia Covid-19, e até de momentos de clara rutura, como a saída do sempre relutante Reino Unido.

E foi igualmente moldada e impulsionada, conforme acima referido, pelas tensões e crises sociais, e até pela ação de personalidades determinantes, que tiveram uma visão forte do que deveria ser o futuro da Europa, como Jacques Delors e, de Portugal, Mário Soares.

Numa história nunca linear, a evolução dos Tratados Europeus constitui um elemento importante para percebermos de que forma se consolidaram as evoluções verificadas.

A dimensão social nos Tratados

No Tratado de Roma (1957), que criou a CEE, o objetivo primordial era tão-somente favorecer o crescimento e progresso económico, considerando que este arrastaria, naturalmente, o progresso social.

Eram enunciados importantes objetivos sociais (melhorar condições de vida e de trabalho, assegurando a igualdade) sem que, em contrapartida, fossem previstos os correspondentes instrumentos e políticas sociais fortes e vinculativas, sobretudo num quadro em que as matérias sociais permaneceram (como, aliás, ainda hoje nalguns domínios) na esfera dos Estados-membros.

Teríamos de esperar pela presidência de Jacques Delors para assistir a uma verdadeira mudança de paradigma, com um relançamento das políticas sociais de e no âmbito europeu, nomeadamente com o Ato Único Europeu/Mercado Único Europeu.

Destaque natural para o lançamento do diálogo social europeu (Val Duchesse, 1985) e a institucionalização da consulta aos parceiros sociais, no que se assume, desde então, como um dos traços específicos do funcionamento da Europa Social e um elemento central do modelo social europeu e da governação europeia.

Diga-se, contudo, que essa ideia de um diálogo social europeu forte perdeu algum do seu ímpeto inicial, na medida em que uma Comissão Europeia cada vez mais “dominante” e tecnocrática, e uma onda política marcada pelo neoliberalismo, se revelariam obstáculos a que os parceiros sociais europeus concluíssem acordos que se continuassem a traduzir em legislação progressista e vinculativa (como havia sucedido com a Diretiva 1999/70/EC relativa ao contratos a termo, a Diretiva 97/81/EC, 15 dezembro, relativa ao trabalho a tempo parcial 1997 e a Diretiva 96/34/EC, 3 de junho relativa à licença parental, bem como ainda outras diretivas de âmbito setorial, nomeadamente nas áreas da saúde e transportes).

Com o Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht-1992), foram consolidados os objetivos sociais, foi assegurada uma efetiva consulta aos parceiros sociais e a abertura de novos espaços para a negociação entre estes, e a União assume a tarefa de reforçar a cooperação entre os Estados-membros em áreas como a Educação e a Juventude.

Um dos traços mais marcantes desta “renovada” visão social passou pela integração no Tratado da União Europeia do Protocolo Social – que retomava quase na íntegra o Acordo Social subscrito pelos parceiros sociais em 1991, com reformas quanto à modalidade de decisão no domínio da política social e novos domínios de competência da UE.

A título de reflexão, recorde-se que o Protocolo seria subscrito por todos os Estados-membros, com exceção do Reino Unido, no que seria o prenúncio da política chamada de *opting-out*. Talvez deva ser encarado como um alerta sobre as consequências (por vezes, a longo prazo) de uma Europa “a várias velocidades” ...

Também com o Tratado de Amsterdão (1997), o emprego e os direitos dos cidadãos ganharam maior centralidade na União Europeia e nas políticas comunitárias, passando a existir disposições concretas sobre a igualdade salarial, a igualdade de tratamento entre homens e mulheres ou ainda a luta contra as discriminações.

Já na viragem do século, e com uma governação na Europa maioritariamente socialista, assistimos a um novo impulso na promoção de uma dimensão social mais forte, reforçando-se os objetivos de convergência entre Estados-membros (numa das ideias-chave para a Europa Social até aos dias de hoje) e as competências comunitárias em áreas sociais (proteção social, emprego) e redinamizando o diálogo social europeu.

Neste quadro, importará ter presente o contributo da Agenda Social e da Estratégia de Lisboa, na qual a conciliação entre o progresso económico e o social foi claramente assumida e onde se estabeleceram metas, nomeadamente em matéria de emprego, que devem ser prosseguidas pelos Estados-membros e são objeto de acompanhamento e monitorização pelas instâncias comunitárias.

A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, aprovada em 2000, consagrou um conjunto de direitos fundamentais na área social e veio ganhar efeito jurídico vinculativo com a sua integração no Tratado de Lisboa (dezembro de 2009), o que constituiu igualmente um marco no aprofundamento da Europa Social.

Nos tempos mais recentes, não pode ainda ser ignorada a aprovação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (2017) e do seu Plano de Ação na Cimeira do Porto (2021), no que se pretende seja um novo impulso para um maior equilíbrio entre as dimensões económica e social e a respostas às mutações do mercado de trabalho e à necessidade de assegurar proteção a todos os trabalhadores, por via de uma maior implicação dos parceiros sociais em matéria de políticas sociais e emprego.

Como não pode ser ignorado, também, o impulso para a adoção de normativos comunitários que visam responder aos problemas estruturais dos trabalhadores europeus (baixos salários, com a Diretiva 2022/2041, de 15 de outubro, relativa a salários mínimos adequados; efetividade de direitos, com a Diretiva 2019/1152, de 20 de junho, relativa às condições de trabalho transparentes e previsíveis na UE) ou aos problemas dos novos

trabalhadores, como em matéria de trabalho nas Plataformas Digitais, matéria relativamente à qual já se alcançou consenso para adoção de diretiva. A melhor resposta à “crise” originada pelas críticas ao Pacto de Estabilidade e ao processo de governação conhecido como Semestre Europeu, bem como a resposta às crises sociais e do mundo do trabalho foi, mais uma vez, mais Europa Social.

Uma reflexão crítica. Aprender para responder aos desafios.

A análise dos textos fundamentais da União Europeia conta uma história de avanços, progresso social, reforço e vinculatividade de direitos, maior participação e envolvimento dos atores sociais, de resposta aos cidadãos que, ao longo dos anos, viram no projeto europeu o caminho para o seu bem-estar e para uma sociedade mais justa e coesa.

Mas tal não conta a versão integral de uma história que foi feita também de insucessos, retrocessos e ataques que se poderiam ter revelado rudes golpes para a Europa Social e para o próprio projeto europeu.

A crise aberta com o insucesso do projeto do Tratado Constitucional (2004/2005), em parte motivada pela ambição de uma maior integração e, diga-se, até pelo receio de muitos de uma dimensão social mais forte, só seria ultrapassada passada quase uma década com o Tratado de Lisboa.

Apenas a oposição sindical e a forte sublevação social fez ruir planos como os da chamada Diretiva Bolkenstein, que pretendia concretizar desejos de profunda desregulação laboral, atacando os direitos dos trabalhadores europeus e o direito à negociação coletiva em nome de um “endeusado” mercado interno.

Mais recentemente, e não obstante os progressos que os socialistas europeus conseguiram introduzir, não deve ser ignorado que as alterações às regras da governação europeia ficaram muito aquém do desejado para lograr um maior equilíbrio e transversalidade das preocupações e necessidade sociais e maiores margens de flexibilidade dos Estados-membros para resposta a crises futuras.

Ao longo dos anos, a União Europeia enfrentou vários desafios económicos, sociais e políticos, que colocaram especial pressão sobre a dimensão social europeia, presente desde a génese do projeto.

Foi possível superar aqueles desafios com soluções diferentes, inovadoras e até disruptivas, mas sempre assegurando a manutenção dos valores fundacionais da UE e uma resposta social forte às pessoas.

Foi e continua a ser possível mitigar os impactos de recentes crises inesperadas, como a saída (até então quase inimaginável) de um dos

Estados-membros, a pandemia COVID-19 ou o conflito na Ucrânia e a crise energética e inflacionista, porque existia uma Europa Social e solidária.

E porque os decisores políticos aprenderam com os erros do passado, não repetindo as medidas do passado, como aquando da crise de 2008, em que o foco da resposta se centrou na estabilização financeira e orçamental da Europa, secundarizando as consequências nas pessoas. Resposta que só levou ao acentuar da recessão económica, ao agravamento das condições de vida, da pobreza e das desigualdades.

Assim, nestas crises mais recentes, não se combateram os problemas com austeridade e rigor orçamental, mas antes com medidas de mitigação de impactos para as pessoas e organizações, o que exigiu nomeadamente a suspensão de regras financeiras e orçamentais, no quadro do semestre europeu. A desadequação do modelo de governação existente apenas se tornou mais evidente com o eclodir da pandemia de COVID-19, em que ficou claro que os Estados-Membros não teriam capacidade para responder à situação de crise, investindo e protegendo as pessoas, sem uma suspensão das regras do Pacto de Estabilidade. Ou sem uma intervenção diferente do BCE, no que concerne à emissão de dívida, ou ainda sem instrumentos financeiros e económicos, como o Next Generation EU, que permitiram a realização dos necessários investimentos e despesas, num princípio de solidariedade europeia.

A União Europeia não deixou a cada Estado-membro a responsabilidade de gestão de uma crise europeia/internacional, mas antes foram assumidas respostas solidárias, coordenadas e apoiadas pela União Europeia.

Para esta mudança de abordagem, o contributo dado por Portugal não deve ser esquecido, não só pela demonstração de que não era preciso escolher entre “contas certas” e ter crescimento económico, melhor emprego e mais rendimentos, como, também, em resultado do empenho e intransigente intervenção na Europa do então Primeiro-Ministro de Portugal na defesa da criação de instrumentos e medidas especiais de combate à crise. “*A Europa Social não é um slogan oco, nem uma ilusão*”, afirmação proferida por Jacques Delors, em 1995, parece ver reforçada a sua centralidade nos tempos atuais. Tempos em que a União Europeia soma aos desafios do passado – muitos dos quais com respostas ainda claramente insuficientes – novos desafios e constrangimentos.

Alguns destes desafios emergem de um contexto externo marcado por profundas incertezas decorrentes de conflitos e guerras, pelo ressurgimento de governos e novos modelos autoritários (incluindo no nosso seio), por um questionamento e desrespeito pelo sistema normativo internacional

¹ Jacques Delors, Discurso no Parlamento Europeu, Estrasburgo, 19 de janeiro de 1995

construído ao longo de décadas e alicerçado em normas e valores democráticos, que considerávamos inquebráveis.

Mas temos também desafios resultantes de novos equilíbrios geopolíticos que se têm vindo a modificar, nem sempre com vantagens para a Europa, e desafios de natureza mais interna, intrínsecos à UE e ao seu processo de desenvolvimento, consolidação e até potencial alargamento.

Desafios decorrentes das transições ambiental e digital e desafios resultantes das consequências sociais deixadas pelos vários ciclos e crises ao longo das últimas décadas (desemprego, pobreza, desigualdades, habitação e falta de oportunidades para os jovens), para as quais as políticas comunitárias foram insuficientes ou inexistentes.

Essas cicatrizes têm levado a um certo enfraquecimento das nossas sociedades, ao enfraquecimento dos sindicatos e a um desencanto e afastamento dos cidadãos das instituições e poderes políticos e minado as nossas democracias e Estados de Direito, abrindo as portas a populismos e movimentos/organizações extremistas.

Estes desafios testam a resistência e resiliência do projeto europeu e, muito em particular, do seu modelo social. Estamos num momento delicado para a União Europeia, com os movimentos populistas a constituírem-se como uma ameaça à coesão social e aos valores democráticos na Europa. Estão em risco os valores humanos, sociais, de coesão, cooperação e solidariedade que estão na base deste projeto europeu. Está em risco a democracia. Tal convoca-nos a todos para uma reflexão e para a necessidade de termos respostas diferentes e melhores do que no passado, que contribuam para o bem-estar de todos e o progresso económico e social da Europa.

As soluções poderão ser mais ou menos radicais.

Poderemos rever Tratados e/ou rever os processos de tomada de decisão da União Europeia, reequilibrar as competências nacionais e europeias e/ou aceitar ou não os riscos da Europa a “várias velocidades”.

Poderemos reestruturar e articular as instituições e políticas da UE, garantindo o fim dos atuais discurso e ação dissonantes (entre o termo dos apoios sociais para uma crise que uns dizem ultrapassada e a manutenção de elevadas taxas de juro para uma crise que outros dizem por ultrapassar) entre as instituições políticas e financeiras da UE.

Poderemos reestruturar e reorientar prioridades, colocando um novo olhar sobre as políticas ambientais, de reindustrialização, de demografia e migrações, em que temos revelado pouca capacidade para agir em conjunto e de forma solidária e sustentada.

Poderemos dar um novo enfoque enquadrado e adequado às necessidades de Segurança e Defesa ou poderemos esquecer a lição fundadora de

que a melhor resposta à paz passa pelo progresso económico e social e não pelo seu sacrifício.

Poderemos reforçar a máquina comunitária na tomada de decisão e/ou poderemos desenvolver um quadro institucional que torne cada vez mais forte o envolvimento da sociedade civil e dos parceiros sociais.

Mas depois do percurso já realizado pela UE, parece existir uma certeza.

Tem de ser na e com a dimensão social que podemos enfrentar desafios e gerir as mudanças na União Europeia, que conseguiremos reaproximar as pessoas do projeto europeu e que conseguiremos recuperar e reforçar a confiança nas instituições políticas comunitárias e até nas instâncias nacionais.

É essencial e urgente responder aos problemas e anseios dos cidadãos e combater as desigualdades, garantindo que todas as políticas – sejam elas financeiras, orçamentais, ambientais, económicas, sociais... – e todas as Instituições concorram para o mesmo objetivo: promover o bem-estar das populações.

Não haverá um projeto europeu forte sem dimensão social. Não haverá uma dimensão social forte sem uma visão europeia.

A solução será sempre Mais Europa Social.

O Custo da União Europeia

Margarida Marques

Deputada europeia, negociadora permanente do Quadro Financeiro Plurianual

Jacques Delors dizia “o debate sobre o orçamento da UE não é sexy”.

De acordo, não é sexy, mas é muito importante. Importante, desde logo, para os socialistas, que querem uma União Europeia mais solidária, mais social, mais sustentável, mais competitiva no contexto mundial, mais feminista, mais política e mais geopolítica. Se queremos fazer a transição climática e a transição energética, e queremos, os investimentos necessários são imensos. Portugal tem hoje uma posição privilegiada, no que diz respeito ao uso de energias renováveis, porque houve vontade política para o fazer, mas, também, porque beneficiou de fundos europeus para a financiar.

Todas estas políticas precisam de um financiamento adequado. Mas hoje é claro que há uma distância entre a ambição política da União Europeia, o discurso político, e o financiamento disponível no orçamento da União Europeia. Estudos recentes do Instituto Jacques Delors¹, em Paris, apontam para a necessidade de transferir 4,5% a 5% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) dos Estados Membros para o Orçamento da UE para podermos financiar a ambição e as prioridades políticas da UE. Em suma, para sermos coerentes com a ambição política. Atualmente transferem à volta de 1,01% do RNB para o Orçamento Plurianual da UE 2021-2027.

¹ https://institutdelors.eu/wp-content/uploads/2023/05/HS_220301_The-next-revision-of-financial-regulation-and-the-EU-budget-Galaxy.pdf

Todos os sete anos se debate, negocia e aprova, com o consentimento do Parlamento Europeu, o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para mais um período de sete anos. O debate desejável seria, exatamente, acordar ambição política e mobilizar os recursos necessários para financiar a sua realização.

Contudo, não é esse debate a que temos vindo a assistir. Sempre, sete anos após sete anos, um grupo de Estados-membros, os chamados frugais, emitem opinião conjunta logo que, dois ou três anos antes do início do ciclo orçamental seguinte, o ponto entra na agenda europeia. Nem mais um euro para o orçamento da UE, dizem! No Conselho, quer no Conselho Europeu, onde se sentam os líderes europeus, quer no Conselho de Ministros, o debate é mais sobre se a contribuição nacional deve ser de 0,92, de 0,94 ou 1,0 ou 1,02 em percentagem do RNB, e menos sobre as prioridades políticas da UE para os sete anos que se avizinham.

Este debate é muito enviesado com o conceito de “contribuintes líquidos” e “beneficiários líquidos”. Dados divulgados informalmente pela Comissão Europeia no momento das negociações do atual QFP, evidenciaram que os *chamados contribuintes líquidos são de facto os beneficiários líquidos*. A interação das economias e o bom funcionamento do mercado interno para isso contribuem. O Parlamento Europeu tem procurado sempre centrar este debate no que é essencial: ligar o orçamento às prioridades políticas. Assim fizemos para a negociação do atual período orçamental, do Quadro Financeiro Plurianual 2021/2027 (QFP 2021/2027).

O Orçamento Plurianual 2021/2027

Aprovado em dezembro de 2020, este orçamento plurianual atinge um montante de 1.210,9 mil milhões de euros (preços correntes), o que representa 1,01% do RNB dos Estados-membros.

Na negociação do QFP 2021/2027, o Parlamento Europeu conseguiu pela primeira vez aumentar a proposta de orçamento que tinha sido acordada no Conselho. Esse aumento foi de 16 mil milhões de euros, dos quais 11 mil milhões de euros são dinheiro novo, proveniente de multas (multas decorrentes, normalmente, da violação das regras de concorrência). As multas retornavam aos Estados-membros respetivos; a partir de agora passam a entrar no financiamento do orçamento da UE. Uma nova fonte de financiamento.

A Política Agrícola Comum representa cerca de 32% do orçamento; a Política de Coesão 31%. Mas o QFP integra muitos outros programas,

dirigidos aos cidadãos ou às empresas, ou que se destinam à Ajuda humanitária ou ao apoio em situações de catástrofes, ou que apoiam a dimensão externa da UE. Programas de Investigação como o Horizonte Europa, de Cultura como o Europa Criativa ou para a Saúde como o EU4Health. Ou o Programa Direitos e Valores. Programas, todos eles, estreitamente ligados às prioridades políticas e aos objetivos e valores da UE.

Mantivemos os envelopes financeiros já atribuídos aos Estados-membros. O financiamento adicional que conseguimos para este período orçamental foi redistribuído, por proposta do Parlamento Europeu, para reforçar o financiamento dos programas europeus. Triplicámos o EU4Health, aumentámos o Horizonte Europa, Erasmus+, Direitos e Valores, Europa Criativa, InvestEU, NDICI (Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional).

A resposta inovadora: Eurobonds e dívida europeia

Durante a negociação deste QFP 2021/2027, entrou um enorme fator de perturbação também no orçamento da UE: é negociado em plena pandemia COVID. Imediatamente se percebeu que o tradicional orçamento da UE não era suficiente. Era necessário construir uma resposta europeia à crise, para além do orçamento da UE. Uma resposta, desde logo, sanitária. Impôs-se a necessidade de, no imediato (terminologia e prática pouco habitual no contexto comunitário, onde o respeito pelo funcionamento democrático exige tempo!), proteger pessoas, empregos e empresas. Beneficiámos de imediato do princípio de flexibilidade dos fundos de coesão, que teve aqui um papel chave. Criámos de imediato um instrumento europeu de apoio temporário para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência, o SURE.

Mas, sobretudo, havia que criar uma resposta que, depois do período de quase paralisação das economias, apoiasse o relançamento das economias europeias e permitisse consolidar a sua resiliência. Foi assim criado o fundo NGEU (Next Generation EU). O NGEU financia o Mecanismo de Recuperação e Resiliência e, conseqüentemente, os Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência. Uma iniciativa inovadora, baseada em *Eurobonds* (obrigações europeias), o que não tinha sido possível criar nunca antes, nem mesmo para a resposta europeia à crise financeira. A Comissão Europeia emite dívida em nome da União Europeia. Os países ficam protegidos de tratamentos diferenciados e agressivos, particularmente em relação a alguns com economias mais frágeis, por parte dos mercados financeiros. Com o NGEU, os mercados financeiros têm funcionado com estabilidade.

Evitámos a fragmentação entre os Estados-membros. A criação do NGEU exigiu a ratificação por parte de 24 parlamentos dos Estados-membros, que também aqui foi feita em tempo recorde, dada a urgência. Cinco ou seis meses, em vez dos habituais dois anos.

O NGEU tem uma dimensão de 806,9 mil milhões de euros (preços correntes), sendo que 723,8 mil milhões de euros são a dotação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e o restante montante é para reforçar programas Europeus como o Fundo de Transição Justa, o ReactEU ou o RescEU. Desta componente, 385,8 mil milhões de euros (preços correntes) destinam-se a transferências para os Estados-membros (Portugal beneficia de 16,3 mil milhões de euros) e outra parte para empréstimos (até 6,8% do RNB de 2019). Da componente empréstimos, a que tinha direito se assim achasse útil, Portugal requereu 5,9 mil milhões de euros. Apenas cinco Estados-membros requereram a totalidade de empréstimos que estavam ao seu dispor.

O NGEU reuniu o acordo dos 27, evidentemente com condições, ou seja: uma única vez, para um objetivo específico – relançar as economias europeias – e limitado no tempo – para já, até final de 2026. No Parlamento Europeu, temo-nos vindo a bater, nas audições sistemáticas com a Comissão Europeia, para que este limite temporal possa ser prolongado, pelo menos para o alinhar com o atual QFP.

Trata-se, portanto, de financiar o relançamento das economias por dívida europeia. O NGEU não está dentro do orçamento, mas sim ancorado no orçamento da UE (o que garante ao Parlamento Europeu alguma capacidade de controlo enquanto autoridade orçamental). Pela primeira vez, foi incluída uma linha dívida no Orçamento da UE. É uma opção política, que nunca antes tinha sido conseguida – financiar prioridades europeias por “dívida europeia”: um precedente que deve ser preservado.

Mais uma vez, os recursos disponibilizados pelo NGEU para financiar os PRR devem ser usados para a realização de prioridades europeias e com condicionalidades. Ou seja, o financiamento europeu serve para financiar a ambição e as políticas europeias. Para financiar as seis prioridades definidas ao nível europeu: transição climática, transição digital, crescimento inclusivo e sustentável, coesão social e territorial, resiliência institucional no social, saúde e economia e políticas para os jovens.

Contudo, os Estados-membros têm limites no acesso a estes financiamentos para fazerem reformas e investimentos. Têm de respeitar objetivos concretos ligados às prioridades políticas europeias. Se nos comprometemos com o Acordo de Paris, em ter uma economia neutra em carbono em 2050, temos de trabalhar para esses objetivos. Por isso, é obrigação do Estado-membro usar 37% do financiamento que recebeu do Mecanismo

de Recuperação e Resiliência em projetos de reformas e investimentos com o objetivo climático, e usar 20% com o objetivo da transição digital. Os Estados-membros ultrapassaram estes objetivos: programaram no sentido de chegarem aos 42% orientados para a transição climática e alcançarem 26% para a transição digital. Acresce que a igualdade de género é um objetivo horizontal.

É essencial que o NGEU seja um sucesso. Para agora e para o futuro. E ser um sucesso significa contribuir, e está a contribuir, para o crescimento das economias e, ao mesmo tempo, não poderá haver distorções com o seu reembolso após 2028 e até 2058.

O pagamento dos juros da dívida está inscrito no orçamento da UE, na linha dívida. O financiamento programado em 2020 não é suficiente, uma vez que as taxas de juro no momento eram substancialmente mais baixas do que o são hoje. Entretanto, já foi encontrada uma solução, com a revisão recente do QFP, exigida pelo Parlamento Europeu. Esta solução permite respeitar os compromissos sem cortar no financiamento das políticas europeias, como a Coesão ou a PAC.

Novos recursos próprios alinhados com as prioridades políticas

A criação de um Fundo, o Next Generation EU, ou seja, de dívida, obriga ao seu reembolso. Os custos da dívida estão contemplados no orçamento da UE, como referimos. O reembolso terá de ser feito entre 2028 e 2058, baseado em novos recursos próprios. Nunca à custa de cortes em programas e políticas europeias.

Com o acordo relativo ao QFP, e para assegurarmos que a criação deste fundo NGEU em nada afetaria o orçamento da UE – antes pelo contrário, poderia vir a beneficiar no futuro o orçamento da UE – o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão Europeia assinaram um Acordo Interinstitucional (que tem força de lei) em que as três instituições se comprometem a aprovar a criação de novos recursos próprios, que entrarão para o orçamento da UE e que devem servir, “pelo menos”, para o reembolso do fundo. A adoção do QFP 2021-2027 e do NGEU em dezembro de 2020 esteve associada a dois atos legislativos: a Decisão Recursos Próprios, que introduziu um novo recurso próprio baseado em resíduos de plástico não reciclados, a partir de 2021, e estabeleceu as bases para uma reforma mais profunda do sistema de recursos próprios; e o Acordo Interinstitucional sobre novos recursos próprios, que incluiu um roteiro para a introdução de novos recursos próprios em três etapas.

Assim, em dezembro de 2021, a Comissão propôs três novas fontes de receitas para o orçamento da UE, com contribuições do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão (CELE), do Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço da UE (conhecido por CBAM) e de uma parte dos lucros residuais das maiores empresas multinacionais que seriam reafectados à UE ao abrigo do acordo sobre o pilar 1 da OCDE/G20, a chamada Taxa Global. Este cabaz de novos recursos próprios era coerente com a proposta de legislação setorial relativa tanto à Diretiva CELE revista como ao CBAM proposto no início do mesmo ano. Os novos recursos próprios que virão a ser criados – alguns em processo de aprovação e de entrada em vigor – estão intimamente alinhados e ao serviço das prioridades europeias. Na transição climática, o imposto sobre os plásticos e o CBAM. Na procura de um sistema fiscal mais justo, a taxa sobre o digital, que pode vir a ser substituída por uma percentagem da chamada Taxa Global, já acordada no âmbito da OCDE, ou uma taxa sobre as transações financeiras (TTF).

De facto, em dezembro de 2022, chegou-se a acordo sobre uma vasta gama de propostas, que fazem parte do pacote Objetivo 55, visando alcançar a meta climática da UE para 2030 de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55 % em relação aos níveis de 1990, e de alcançar a neutralidade climática até 2050. Com o acordo, a UE i) aumentou a ambição do CELE existente; ii) alargou o âmbito de aplicação do CELE às emissões do transporte marítimo e elimina progressivamente as licenças de emissão a título gratuito para o setor da aviação; iii) criou um novo sistema de comércio de licenças de emissão para os edifícios, o transporte rodoviário e outros setores. Por fim, criou, a partir de janeiro de 2026, um Fundo Social em matéria de Clima para ajudar os Estados-membros a fazerem face aos impactos do novo regime de comércio de licenças de emissão nos agregados familiares vulneráveis, nos utilizadores de transportes e nas microempresas. Objetivo: não deixar ninguém para trás na transição climática, onde sabemos os riscos são grandes. Por último, o novo CBAM terá início na sua fase transitória em outubro de 2023. Quando o sistema definitivo entrar em vigor em janeiro de 2026, reforçará as ambições da UE em matéria de clima.

Entretanto, desde julho de 2021, o preço do carbono aumentou significativamente. Quando a Comissão Europeia apresentou as propostas legislativas do pacote Objetivo 55, o preço indicado do carbono por tonelada de CO₂ era de 55 euros para o período 2026-2030 (a preços de 2020). Em 2022, o preço do carbono CELE em vigor aumentou para 80 euros. As receitas anuais dos Estados-membros, provenientes de leilões de licenças de emissão, duplicaram, passando de cerca de 15 mil milhões de euros em

2020 para um nível sem precedentes de quase 30 mil milhões de euros em 2022.

A Comissão propôs, em junho de 2023, ajustar o primeiro cabaz de novos recursos próprios, tendo em conta o acordo sobre o Objetivo 55 e a evolução registada desde então, e propôs o aditamento de um novo recurso próprio baseado em estatísticas.

Assim, por causa do aumento do preço do carbono, a Comissão veio propor uma taxa de mobilização ligeiramente mais elevada para o recurso próprio baseado no CELE: 30% de todas as receitas geradas pelo comércio de licenças de emissão da UE reverteriam a favor do orçamento da UE, fazendo com que as receitas totais geradas pelos recursos próprios do CELE pudessem atingir cerca de 19 mil milhões de euros por ano a partir de 2028. Seriam atribuídos em média aos Estados-membros 46 mil milhões de euros por ano. A Comissão propõe manter o mecanismo de ajustamento solidário. Este mecanismo visa assegurar uma contribuição justa de todos os Estados-membros, evitando que alguns deles contribuam de forma desproporcionada para o orçamento da UE, em comparação com a dimensão da sua economia.

O CBAM, que mantém a taxa de mobilização, deverá gerar cerca de 1500 milhões de euros para o orçamento da UE a partir de 2028.

O novo recurso próprio baseado em estatísticas é temporário, será calculado como 0,5% da base nacional de lucros das empresas da UE, um indicador calculado pelo Eurostat com base nas estatísticas das contas nacionais, a ser substituído no futuro pelo “terceiro cabaz” de taxação de lucros das empresas (BEFIT).

É importante, agora, sobretudo, que o Conselho avance e progrida nas negociações, porque 2028 chega rapidamente, se tivermos em conta o tempo de decisão política democrática na UE. E, sobretudo, neste caso, em que os Parlamentos Nacionais, de acordo com as respetivas Constituições Nacionais, são chamados a pronunciar-se. A falta de vontade política para a aprovação e implementação dos novos recursos próprios, no respeito do calendário definido no Acordo Interinstitucional, deve-se ao facto dos governos estarem mais a pensar nos seus atuais ciclos políticos do que no médio prazo.

A necessidade de uma capacidade europeia de investimento

A crise COVID confrontou a UE com a necessidade de reforçar a sua autonomia estratégica. Entendeu-se que, para isso, era fundamental investir

no desenvolvimento industrial. Criou-se o *Net-Zero Industry*, o programa para a promoção da indústria verde. Mas não ainda o prometido Fundo de Soberania, para a promoção da autonomia estratégica da UE. A invasão da Ucrânia confrontou a UE com novas necessidades, desde logo em matéria de defesa. Por outro lado, cria um contexto geopolítico com novos desafios para a UE. Estes desafios novos juntam-se aos compromissos europeus, designadamente em matéria social ou climática. Não podemos baixar a ambição europeia em matéria de combate às desigualdades, à convergência social e geográfica ou reduzir a ambição climática.

Até 2026, a UE dispõe de um instrumento de investimento, o Next Generation EU. Temos de equacionar se temos de recorrer a algum mecanismo inspirado no NGEU para a Defesa, como já recorreremos para apoiar a Ucrânia e para os Balcãs, uma e outros candidatos à União Europeia. Quebrámos a ortodoxia.

Mas, sobretudo, temos de criar uma capacidade permanente de investimento ao nível europeu. O sucessor do NGEU, criado seguramente, beneficiando das lições que podemos retirar do NGEU: investimento nas prioridades europeias e em bens públicos.

Aprovámos o novo quadro de governação económica. Este novo quadro dá margem de manobra aos Estados-membros para promoverem os investimentos necessários. Mas só uma capacidade de investimento ao nível europeu evita a fragmentação, a divergência entre os Estados-membros da UE.

O futuro da política de coesão

Os Fundos de Coesão são um instrumento de investimento do qual beneficiam as regiões europeias em função do seu nível de desenvolvimento. O facto de termos conseguido retirar o cofinanciamento nacional dos fundos europeus da chamada despesa líquida do novo quadro de governação económica evidencia esta função de investimento.

O recurso à Política de Coesão nas respostas às crises que se sucederam, e como estabilizador em desacelerações económicas, foi decisivo para proteger os cidadãos, as famílias, as empresas, as regiões.

Sim, devemos passar para uma nova geração de políticas de coesão.

É importante que a Coesão, em interação com outras políticas europeias e nacionais, mantenha a sua natureza de investimento a longo prazo, centrando-se no crescimento e inovação e na criação de emprego.

A Política de Coesão deve beneficiar das lições que aprendemos com o Fundo de Recuperação e Resiliência. Mas não pode perder, em circunstâncias

nenhumas, a sua identidade definida nos Tratados. Ou seja, não é, não substituí o instrumento que queremos criar de investimento permanente ao nível europeu. Um e outro terão de coexistir; têm objetivos e natureza diferente. E têm, até, base jurídica diferente no âmbito dos Tratados da UE.

Os custos do Alargamento

Já o referimos: o custo da UE a 27 é bem diferente do custo de uma UE a 30 ou 35 países. A atual arquitetura do orçamento da UE não é compatível com uma Europa a 30 ou 35. É necessário que este debate se comece a fazer. A arquitetura do orçamento da UE tem de ser diferente já para o próximo período orçamental 2028/2034. Precisamos de uma nova arquitetura orçamental, quer do lado das fontes de financiamento, quer do lado da despesa. É mais uma tarefa política com que os socialistas têm de contar nos próximos tempos.

Transição Verde: a diversidade europeia num puzzle ainda incompleto

N.A.

Especialista em transição climática

O Pacto Ecológico Europeu tem como objetivo transformar a União Europeia num continente neutro em carbono até 2050. No entanto, a transição verde é vista de forma diferente se olharmos pelas lentes dos países europeus, dos sectores económicos e do cidadão comum, com desafios que vão desde os protestos dos agricultores até à crise energética e à inflação. A crescente preocupação com as mudanças climáticas, evidenciada pelas eleições de 2019 para o Parlamento Europeu, reflete a urgência de ações concretas para enfrentar o problema. Os países enfrentam desafios distintos, desde o impacto das políticas ambientais na indústria e agricultura, com potenciais efeitos na competitividade dos países, às tensões sociais e económicas resultantes dos preços elevados de energia. A Europa é diversidade e a diversidade de perceções sobre a transição verde faz ressaltar a necessidade de superar desafios e incertezas para alcançar uma transição justa e bem-sucedida. A dimensão social, o financiamento, a política de coesão e a participação democrática são fundamentais para enfrentar os obstáculos e completar o puzzle do Pacto Ecológico Europeu.

Pacto Ecológico Europeu: uma transformação ambiciosa para uma economia neutra em carbono

Com as eleições europeias em 2019, a transição climática e energética entrava com toda a força no topo da agenda europeia, encadeada pelas discussões públicas, manifestações e um apetite crescente desde a COP21 em Paris. Os jovens marcaram o discurso e a agenda política das últimas eleições europeias. A mobilização dos jovens a alertar para o impacto das mudanças climáticas foi algo que teve impacto em diferentes sectores da sociedade. Iniciava-se uma dinâmica de transformação clara no discurso político, mas igualmente nas empresas, nas universidades e na sociedade em geral. Havia uma maior sensibilidade e preocupação com a crise ambiental e o desejo de ver ações concretas para enfrentar o problema. Fenómenos como as cheias na Bélgica ou os incêndios em Portugal e na Grécia tornaram a realidade das alterações climáticas cum acontecimento do presente, visível aos nossos olhos. Hoje, a discussão não passa somente por políticas relacionadas com as alterações climáticas, mas também como mitigar os seus efeitos e como nos adaptamos aos efeitos, uma vez que muitos destes já se tornaram irreversíveis.

O Pacto Ecológico Europeu, também conhecido como *European Green Deal*, foi anunciado em dezembro de 2019¹, e Frans Timmermans foi o rosto mais visível desta transformação. Com o objetivo de transformar a União Europeia no primeiro continente neutro em carbono até 2050, o Pacto Ecológico Europeu é um plano abrangente com o objetivo de tornar a economia europeia mais sustentável, com o objetivo de conciliar crescimento económico com a proteção do meio ambiente. O Pacto é um elemento-chave da modernização da economia europeia, que gerará crescimento económico de longo prazo, criará emprego e tem um potencial para a inovação e a competitividade, bem como para fortalecer o papel da União a nível internacional. Com o *European Green Deal*, a transição verde deixa de ser vista exclusivamente do ponto de vista ambiental e climático, mas traz uma dimensão multifacetada que exige transformações estruturais em sectores como a energia, transportes, agricultura, entre outros, e com implicações geopolíticas.

Cinco anos depois da apresentação do Pacote Legislativo *fit for 55*², a Europa comprometeu-se com a primeira Lei do Clima³, uma lei com o objetivo de consagrar o compromisso da União Europeia de atingir a neutralidade

¹ O Pacto Ecológico Europeu é apresentado pela Comissão Europeia em dezembro de 2019.

² Um pacote legislativo com propostas que pretendem alinhar a legislação europeia com o objetivo de redução de emissões em 55% até 2030.

³ A Lei do Clima inclui na legislação europeia o objetivo da neutralidade carbónica até 2050, com objetivos intermédios.

climática, tornando as metas climáticas da EU vinculativas. E, neste âmbito, Portugal foi pioneiro⁴ sendo o primeiro país europeu a integrar esta lei no seu enquadramento jurídico.

Os últimos cinco anos foram marcados por uma componente forte de legislação, tendo hoje a UE objetivos climáticos juridicamente vinculativos em todos os sectores da economia. A revisão do ETS (o preço do carbono), com a sua extensão aos sectores dos edifícios e dos transportes, e o CBAM (o mecanismo que atribui um preço ao carbono dos bens importados na UE), serão talvez os atos legislativos com maior incentivo a nível de mercado para a transição verde. E os resultados já são visíveis. O ETS a atingir valores elevados, como o pico de 100 €/tonelada o ano passado, é um fator claramente decisivo para que certas atividades intensivas em carbono, como centrais a carvão, deixem de ser lucrativas. Mas as alterações legislativas a nível europeu vão muito mais longe, nomeadamente: i) na economia circular, com novas medidas para combater o desperdício; ii) na maior informação para o consumidor, com o passaporte de produto digital; iii) na diminuição da poluição, com a redução do plástico de uso único e na redução de emissões industriais; iv) na mobilidade sustentável, com medidas para descarbonizar sectores como o marítimo e da aviação; v) numa Política Agrícola Comum (PAC) mais sustentável; vi) no aumento das metas para as energias renováveis e esforços de eficiência energética. No entanto, o Pacto Ecológico Europeu deve e vai para além de objetivos numéricos e legislação. Pretende também criar condições propícias para avançar para uma economia verde, transformadora, resiliente e centrada nas pessoas. O orçamento da UE, com mais de 2 triliões de euros, desempenha um papel crucial no apoio à implementação do Pacto Ecológico Europeu, alocando pelo menos 30% dos seus recursos para políticas com objetivos climáticos. Os Planos de Recuperação e Resiliência são um exemplo claro desta ambição. Cerca de 275 mil milhões de euros (42,5% do MRR⁵) está alocado a medidas que contribuem para as questões climáticas com o objetivo de que os Estados-membros tornem as suas economias e sociedades mais resilientes e preparadas para as transições gémeas (transição climática e transição digital). São as democracias que fazem os compromissos climáticos mais ambiciosos. A transição energética e climática exige mais e não menos democracia, mas o processo de implementação do Pacto Ecológico Europeu tem enfrentado vários obstáculos, quer a nível interno dos Estados-membros, quer a nível europeu ou mesmo a nível internacional.

⁴ A Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021) foi aprovada pela Assembleia da República em dezembro de 2021.

⁵ Mecanismo de Recuperação e Resiliência, programa europeu que financia os programas nacionais de recuperação e resiliência.

Biodiversidade e Lei de Restauração da Natureza

A Lei de Restauração da Natureza é o exemplo mais ilustrativo dos conflitos entre duas posições claramente distintas sobre a transição verde. Se, no Parlamento Europeu, os conservadores sofreram uma pesada derrota política, no Conselho as divergências ainda são significativas e um acordo ainda antes das eleições europeias de junho avizinha-se já pouco exequível. Com metas ambiciosas para a renovação de ecossistemas degradados, como zonas húmidas, florestas e pastagens, e para a promoção da biodiversidade, protegendo e expandindo habitats da vida selvagem, esta lei sem sido alvo de várias críticas. A grande questão adjacente a este assunto é qual devo ser o uso dado ao solo. Indústrias, como a agricultura e a silvicultura, têm mostrado uma grande relutância sobre o potencial impacto económico desta lei. As suas preocupações centram-se nas metas restritivas de restauração que podem vir a limitar a capacidade do uso do solo para fins comerciais, com riscos para os empregos e competitividade. Embora a lei represente um passo significativo no combate à perda de biodiversidade, o seu sucesso dependerá da criação de mecanismos necessários de financiamento para que se possam cumprir as metas ambiciosas e se criem as condições para a sua implementação através dum envolvimento claro das comunidades e dos seus principais intervenientes.

Reivindicações do sector agrícola

Os primeiros meses de 2024 foram marcados por protestos dos agricultores na Europa, com particular incidência na Grécia, Alemanha, Portugal, Polónia e França. A narrativa que imediatamente foi colocada em cima da mesa é a de que os protestos estão relacionados com a transição verde. Contudo, as preocupações e os desafios deste sector económico são muito mais complexos que isso.

Custos agrícolas, nomeadamente com energia, fertilizantes e transporte, aumentaram significativamente, em particular após a invasão da Ucrânia pela Federação Russa. Apesar de, em 2023, esse aumento ter sido menos acentuado, os preços médios dos bens agrícolas na União cresceram 2% face ao ano anterior⁶. Alguns bens essenciais, como o azeite e as batatas, atingiram mesmo recordes, com aumentos de 54% e 23%, respetivamente. Para além disso, uma maior concorrência de importações aumentou a fúria dos agricultores. Estes queixam-se de que importações de países

⁶ Eurostat (janeiro 2024).

como a Nova Zelândia⁷ e Chile não têm de cumprir os mesmos requisitos que aqueles que são impostos aos agricultores europeus, conseguindo, por isso, ter produtos mais baratos. Uma realidade que tem repercussões no âmbito da política comercial, bloqueando mesmo acordos comerciais⁸, mas que afeta também a política interna. A Polónia, sendo um dos países que mais tem defendido a necessidade de apoio à Ucrânia, manifestou-se ativamente contra a isenção de quotas a certos produtos ucranianos, uma das medidas de apoio propostas para aquele país.

Tabela 1 – Preocupações do sector agrícola em países europeus

	Lituânia	Polónia	Romenia	Grecia	Alemanha	Hálla	França	Bélgica
Importações mais baratas								
Levitas adequadas								
Alto preço								
Programas PAV								
Legislação EU								
Impostos Combustíveis								
Legislação Nitrogénio								

Fonte: Análise Político

Enquanto vários desafios são partilhados por vários países europeus, outros são específicos de determinados países (ver tabela 1). É o caso dos impostos para os combustíveis na agricultura na Alemanha, de medidas para reduzir a grande quantidade de nitrogénio nos Países Baixos (que se encontram, nomeadamente, em áreas Natura 2000) ou, em França, as contestações contra os acordos de comércio e as regras ambientais.

⁷ O Acordo Comercial entre a União Europeia e a Nova Zelândia entrou em vigor a 1 de maio de 2024. É considerado o primeiro acordo da “nova geração de acordos comerciais” ao incluir compromissos de sustentabilidade, como o respeito pelo Acordo de Paris sobre o Clima e direitos laborais.

⁸ O Acordo Comercial entre a União Europeia e os Estados do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) ainda não se encontra ratificado, nomeadamente por divergência na área do sector agrícola.

A tudo isto, junta-se a grande discussão sobre a política agrícola comum (PAC). Uma política com cerca de 55 mil milhões de euros por ano e que está há mais de 60 anos em vigor. Uma política que tem implementado uma lógica de criação de grandes propriedades agrícolas, empresas de maiores dimensões e padrões comuns. Esta política tem sido alvo de várias críticas: a diminuição dos pequenos agricultores, com a criação de grandes conglomerados de empresas, tornando o sector menos competitivo e com margens mais pequenas. Uma política que, em termos estruturais, sofre do mal criado por si mesma.

A agricultura é responsável por cerca de 11% das emissões de gases de estufa na União. O Pacto Ecológico Europeu, e a estratégia subsequente “Do Prado ao Prato”, inclui metas para a redução de pesticidas, redução de fertilizantes, mais terra para uso não agrícola e incentivos para aumentar a produção de bens biológicos. Apesar da necessidade de atuação nestas áreas, a perceção para muitos agricultores é a complexidade das regras existentes, bem como o fato de serem muito restritivas, principalmente no que concerne a irrigação e o bem-estar animal.

Os protestos deste sector têm levado vários governos a retroceder em certas políticas que tinham inicialmente previstas. A Alemanha já não vai cortar os subsídios aos combustíveis; o mesmo se passa com Portugal. Paris retirou a proposta de aumentar os impostos sobre os combustíveis, adiou outras medidas e pôs em marcha um apoio financeiro de pelo menos 150 milhões de euros. A nível europeu, a Comissão propôs limitar a importação de produtos agrícolas da Ucrânia e tem autorizado vários pedidos de ajudas de Estado.

Sem embargo, os protestos continuam e a questão pode ser muito mais profunda que um mero descontentamento com a PAC ou um retrocesso das políticas climáticas e ambientais. Questões de ordem internacional e forças populistas têm interesse em instigar tumultos a nível europeu. O Financial Times⁹ reportou, em fevereiro, como Viktor Orban e o seu governo têm tentado criar perturbações no funcionamento das instituições, bem como na política europeia. Um *think tank* (MCC), financiado pelo petróleo e apoiado pelo primeiro-ministro húngaro, é suspeito de estar envolvido na organização de protestos generalizados de agricultores nas vésperas das eleições da UE, revela o DeSmog¹⁰. Orbán abraçou os protestos dos agricultores. Em janeiro de 2024, a sua conta oficial de redes sociais publicou um vídeo seu nos protestos, acompanhado pelas palavras “Vamos defender a voz do povo! Mesmo que os burocratas de Bruxelas nos chantageiem”. No mês seguinte,

⁹ Viktor Orbán: what is the endgame for Europe's chief disrupter? , February 1st 2024.

¹⁰ Orbán-backed Think Tank Courts Farmers Linked to Far Right Ahead of EU Poll, DeSmog, May 2024.

o seu partido Fidesz publicou um vídeo no Facebook que também usava os protestos dos agricultores para promover a oposição à UE.

Crise energética

As consequências da invasão russa à Ucrânia abalaram os pilares do sistema energético global. Contudo, a Europa viu na adversidade uma oportunidade.

Em primeiro lugar, a União reduziu drasticamente a sua dependência de combustíveis fósseis face à Rússia. Eliminou completamente as importações de carvão russo, reduziu a dependência do petróleo daquele país em cerca de 90% e as importações de gás diminuíram 75% entre março de 2021 e março de 2023. Conseguiu diversificar as importações de energia, nomeadamente através do aumento das importações de GNL, que representam atualmente 40% das importações de gás da EU, e aumentou os fluxos através de gasodutos alternativos.

Em segundo lugar, graças à adoção do novo regulamento sobre armazenamento de gás, este armazenamento ainda estava perto de 90% da capacidade no final do ano de 2023. É um novo recorde! Tal deve-se também aos esforços voluntários de redução da procura de gás, poupando mais de 18% de gás em comparação com os 5 anos anteriores.

Em terceiro lugar, a UE acelerou a instalação de energias renováveis e a produção proveniente destas energias tem crescido em toda a Europa. Este ano, Portugal tem atingidos recordes nesse sentido¹¹. 2022 foi um ano recorde para a instalação de nova capacidade solar fotovoltaica (41 GW) na Europa, o que representa 60% acima do instalado em 2021 (26 GW). Resultados semelhantes foram alcançados com a capacidade eólica *onshore* e *offshore* (45% mais capacidade instalada do que em 2021).

Por último, a Europa conseguiu aliviar a pressão sobre os mercados da energia. Embora os preços da energia tenham atingido um pico em agosto de 2022, com 294 euros/MWh, caíram para uma média de 44 euros/MWh de janeiro a junho de 2023.

Não obstante, o caminho até aqui não foi fácil. Nos últimos dois anos, os preços elevados de eletricidade e gás fizeram aumentar consideravelmente os custos das empresas e muitas famílias tiveram dificuldades para pagar as contas. Se a Europa esteve perto de uma revolução social, a atuação europeia, bem como as medidas tomadas pelos países europeus, mitigaram significativamente esse risco. Os últimos dois anos foram, na verdade,

¹¹ É estimado um recorde de produção de eletricidade de fontes renováveis (62%).

um exemplo de avanços nas renováveis e medidas de eficiência energética, bem como na cooperação europeia. Preços altos levaram a ações céleres. A Chéquia avançou com um pacote legislativo que estava bloqueado desde o Pacote Energia Limpa para todos de 2015. Num ano acelerou os procedimentos de licenciamento para a produção de renováveis, estabeleceu a possibilidade de criação de comunidades de energia, criou um centro de dados para a partilha de energia e antecipou o fecho de centrais de carvão. A Polónia criou um fundo que pode levar a um aumento de capacidade instalada de 15GW em renováveis e está a implementar reformas no licenciamento de energias renováveis. A crise energética foi para a Europa um claro sinal da necessidade de fontes de energia que sejam mais competitivas, seguras e verdes – e a energia renovável pode trazer isso.

No entanto, a soberania energética também envolve a consolidação dessas conquistas no longo prazo. A energia é fundamental para a competitividade da UE face aos parceiros comerciais. Os custos energéticos do bloco europeu têm sido tradicionalmente mais elevados do que os dos seus parceiros comerciais (por exemplo, os EUA e a China) e foram agravados pela crise energética. A curto prazo, o desafio que a Europa enfrenta é o de que todos os benefícios da transição verde para a competitividade só se materializem quando as energias renováveis de baixo custo definirem regularmente o preço. É improvável que isso aconteça antes de meados da década de 2030. A transição para uma economia descarbonizada requer investimentos substanciais. A UE necessita de investir mais de 1,2 mil milhões de euros anualmente para a descarbonização do sector da energia e dos transportes na corrente década, estimando-se que estes montantes aumentem ainda mais na década seguinte. Estes investimentos incluem projetos de produção de energias renováveis e descarbonizadas, de melhoria das redes e das interligações, de transformação de processos industriais, de aumento de projetos de eficiência energética em edifícios e na indústria, ou de mudança de sistemas de aquecimento e refrigeração, entre outros. São necessários investimentos no sector dos transportes para a eletrificação rodoviária e ferroviária e para o investimento nos transportes ferroviários, aéreos e marítimos.

Como é vista a transição verde e justa na Europa?

As alterações climáticas continuam no topo das preocupações dos cidadãos europeus e estes acreditam na necessidade de políticas que diminuam as desigualdades sociais e económicas da transição verde. Os

últimos resultados do *EIB Climate Survey*¹² mostram que 68% dos europeus acreditam que a transição para uma economia neutra em carbono deve ter políticas para mitigar as desigualdades. Só que a transição verde não é vista com os mesmos olhos em toda a Europa. Os debates nacionais refletem as diferenças das várias regiões do Velho Continente.

Nos países nórdicos, as questões ambientais e climáticas estão muito mais integradas nas escolhas pessoais e nos valores dos cidadãos – e isso reflete-se na legislação, bem como nos comportamentos sociais. Isso não significa, contudo, que a aprovação de políticas de proteção do clima venha a qualquer preço. Políticas ambientais que sejam vistas como um obstáculo às liberdades individuais são altamente impopulares. O mesmo se passa com políticas intrinsecamente ligadas à atividade económica. A Finlândia e a Suécia têm um grande potencial para a produção de biomassa devido a áreas extensas de baixa densidade populacional e elevada área florestar *per capita*. Cerca de 4/5 da produção de energia renovável destes países vem da biomassa, o que leva sempre, por exemplo, a longas discussões no Conselho da União Europeia, dada a força do lobby do sector.

Os países do Sul da Europa têm sido provavelmente os mais afetados, recentemente, pelas alterações climáticas com verões quentes, secas e incêndios, o que tem levado a manifestações e fenómenos cada vez mais frequentes de ativistas climáticos a revoltarem-se contra a ineficácia de ação dos governos nestas áreas. Sem retirar quaisquer conclusões, é interessante o caso de Portugal (ver gráfico 1) como *outlier* em que os cidadãos exigem políticas verdes e justas para a transição, contudo a confiança nos governos para atuar é das mais baixas na Europa.

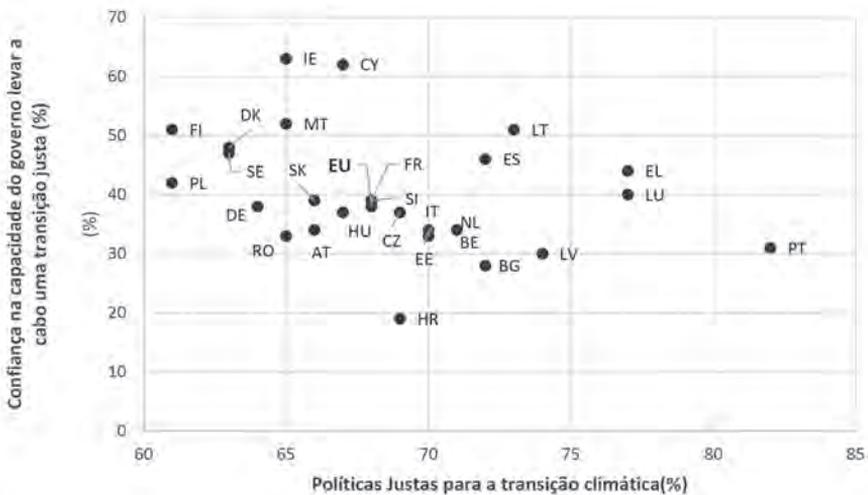
No Centro e Leste da Europa, os preços elevados da energia, bem como o impacto social e regional de medidas, como o encerramento de centrais a carvão pondo em risco o emprego de milhões de pessoas e famílias, faz com que toda a discussão da transição verde seja vista como uma política agressiva quanto aos interesses nacionais. Uma opinião que é refletida muito no próprio discurso político, onde a transição climática ainda chega a ser denominada como uma fantasia por alguns.

Enquanto a maior parte dos cidadãos europeus continua a pedir aos seus governos políticas para uma transição verde e justa, é preocupante que a maioria (62%) não acredite que os seus governos tenham capacidade para levar a cabo a transição justa. Uma parte da justificação pode estar relacionada com a falta de qualidade das instituições, mas o resultado do

¹² O Banco Europeu de Investimentos, tendo como sua missão principal ser o Banco Climático Europeu, publica desde 2018 resultados de inquéritos sobre a perceção das pessoas das maiores economias do mundo.

inquérito para países como os Países Baixos, Áustria e Alemanha (países em que a qualidade das instituições é tida como elevada) pode suscitar outras justificações. Nos Países Baixos, a extrema-direita e populista venceu as últimas eleições com um discurso político que incendiou e alimentou o sentimento de raiva das populações quanto à transição climática. A Áustria é dos poucos países que continuam a comprar gás russo devido a interesses económicos predominantes, o que pode ter levado a sociedade a perder a confiança do governo atuar em caso de necessidade. Na Alemanha, o fecho das centrais nucleares e as opções de política energética das últimas décadas são dos temas mais divisórios atualmente no debate político nacional.

Gráfico 1 – Relação entre a necessidade de políticas justas para a transição e confiança na capacidade de ação de governos nacionais



Fonte 2023-2024 EIB Climate Survey

Pacto Ecológico Europeu, um puzzle ainda incompleto

O Pacto Ecológico Europeu é visto como um *puzzle* ainda incompleto, com desafios e incertezas que precisam ser ultrapassadas para que a transição verde seja bem-sucedida. Os cidadãos, as comunidades e as empresas acompanham de perto as consequências e as incertezas que a transição verde acarreta, e cada vez mais pessoas estão preocupadas com as consequências das alterações climáticas para a natureza, a produção de alimentos, a gestão da água, a segurança energética e a economia.

Além disso, a União Europeia enfrenta desafios geopolíticos acrescidos em relação aos apoios massivos de países como a China e os Estados Unidos às suas indústrias tecnológicas, pondo em causa a competitividade da indústria europeia. A flexibilidade nas ajudas de Estado parece beneficiar os grandes Estados-membros e pode levar a mais fragmentação do mercado interno e a desafios acrescidos para a política de coesão da UE.

A implementação do Pacto Ecológico Europeu exige grandes investimentos, capacidade orçamental, política industrial e maiores esforços dos atores públicos e privados, incluindo os cidadãos.

Nesse contexto, a resiliência e a autonomia estratégica, a competitividade, a justiça na transição e a democracia são prioridades que se alinham com a agenda verde, em vez de contradizê-la.

A UE não deve temer a implementação do pacto, mas sim escrever um novo capítulo neste caminho da transição verde e justa, com um *policy mix* que tenha em conta o que já se atingiu, mas que tenha em consideração as alterações geopolíticas globais e os contextos nacionais, sempre alinhada com os grandes acordos e convenções internacionais acordadas multilateralmente no fórum das Nações Unidas.

A dimensão social também é crucial, pois os governos prometeram uma transição justa, mas até agora muito pouco foi feito. Alcançar a transição energética não pode estar restrito à tecnologia. As pessoas têm de estar no centro deste objetivo. Deve ser dada uma maior atenção a políticas que incentivem a justiça climática entre países. Liderar uma transição justa não pode ser uma questão de alocação de fundos para ajudar os mais pobres a isolarem as suas casas ou a comprarem bombas de calor. Acima de tudo, deve alicerçar-se na existência de contratos sociais fortes que seja acompanhada de uma política industrial europeia assente na cadeia de valor europeia, alinhada com os princípios de convergência económica e social.

Em termos de financiamento, é necessário um trabalho preparatório para o Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034 que reflita essas necessidades de investimento e a necessidade de mobilizar investimentos de capital privado para a descarbonização. É também necessária uma abordagem mais ampla, que envolva subsídios distribuídos de uma forma mais estratégica com instrumentos financeiros orientados para as prioridades da União, de fácil implementação e que promova a União como um mercado verde. As novidades que resultaram do último orçamento europeu devem ser aproveitadas e devem ser exploradas opções para alavancar o orçamento comunitário.

Os desafios na política de coesão também precisam ser refletidos e os governos devem ampliar a participação democrática para as difíceis decisões

que se avizinham. A transição verde e justa é um desafio complexo que exige esforços coordenados em várias frentes, mas, com vontade política e o compromisso adequado, é possível superar esses desafios e completar o *puzzle* do Pacto Ecológico Europeu.

O Pacto Europeu sobre Migrações e Asilo na perspetiva das eleições europeias

António Vitorino

Ex-Diretor-geral da Organização Internacional para as Migrações,
ex-Comissário Europeu da Justiça e Assuntos Internos

As migrações são um fenómeno humano e um processo social que têm estado presentes na vida das comunidades desde o início dos tempos. Na precisa medida em que dizem respeito às pessoas num dado espaço e num certo tempo, a sua configuração tem conhecido diferentes padrões em termos de origem, trajetória e destino dos fluxos migratórios. Nenhuma sociedade está imune aos efeitos dos fluxos migratórios. Portugal disso é um exemplo ao longo da sua história. Mudando com os tempos, a saída dos portugueses do território nacional para outras paragens desde o século XIV tem sido uma constante. Contudo, o conceito de migração está construído mais recentemente em torno da ideia de Estado nacional, da conexão que se estabelece entre as pessoas e o território de uma dada entidade política constituída e dotada de poderes sobre esse território e os que nele vivem.

Neste quadro, as migrações pressupõem movimento de pessoas de um local de origem para um local de destino, sendo migrações internas quando os dois locais se situam dentro do espaço geográfico do mesmo Estado, sendo migrações internacionais quando envolvem a travessia de uma fronteira e a passagem de um Estado para outro.

A particularidade das migrações no espaço da União Europeia consiste em que o exercício da liberdade de circulação das pessoas (uma das quatro

liberdades fundacionais do projeto europeu) ocorre de um país membro da União para outro país membro, logo através de uma fronteira internacional, mas no seio do mesmo espaço político dotado de regras jurídicas e instituições comuns.

Neste contexto, as migrações no âmbito da União Europeia focam-se sobretudo nos movimentos das pessoas que sendo originárias de países exteriores ao espaço europeu se dirigem para qualquer dos países da União. A estes imigrantes atribui-se a designação de “pessoas de países terceiros” no sentido de pessoas oriundas de países que não fazem parte da União Europeia. A necessidade de a União adotar regras específicas sobre estes movimentos de pessoas não surgiu imediatamente nos Tratados constitutivos das Comunidades Europeias originais (1951 e 1957), tendo passado a ser progressivamente integrada no plano europeu, primeiro através de acordos intergovernamentais (em especial o Acordo de Schengen) e, subsequentemente, através de regras próprias incluídas nos Tratados da União Europeia e das Comunidades Europeias (Tratado de Maastricht) nos anos 90 do século passado.

O percurso do tema das migrações no âmbito europeu tem estado estreitamente associado às regras referentes ao asilo e à proteção internacional de refugiados a que estão vinculados todos os Estados-membros da União enquanto partes da Convenção de Genebra de 1951 das Nações Unidas, a Convenção dos Refugiados.

O aprofundamento do projeto europeu, as liberdades de circulação, a consagração da cidadania europeia, tudo são componentes de um processo de evolução que caracteriza a União Europeia tal como hoje a conhecemos, uma entidade política internacional que, sendo composta por Estados-membros, tem como resultante uma fronteira externa e um espaço interno baseado num acervo de regras comuns e na partilha de responsabilidades entre as instituições da União e os Estados-membros.

Neste contexto, vistas as migrações na perspetiva europeia, a sua regulação (regras de admissão, permanência e integração de pessoas oriundas de países terceiros) depende da efetiva coordenação do que pode ser decidido para o conjunto da União a nível europeu e do que permanece na esfera de decisão no plano nacional de cada Estado-membro.

Apenas a título de exemplo, refira-se que no plano europeu existem regras comuns sobre reunificação familiar (termos e condições para que os membros da família de um imigrante num país da União se possam juntar a esse familiar no país de destino), enquanto as decisões de admissão de imigrantes para fins de acesso ao mercado laboral permanecem exclusivamente na esfera de decisão de cada um dos Estados-membros.

Como se pode ver do que se passou no âmbito da União Europeia na Legislatura do Parlamento Europeu que ora chega ao fim, as migrações foram um tema que suscitou sérias divisões no debate político europeu. Com efeito, o essencial das regras europeias aplicáveis à regulação dos fluxos migratórios foi adotado no início do século (anos 2000), tendo sido objeto de limitadas alterações em função da evolução da situação política e dos movimentos migratórios.

A chamada “crise dos refugiados” de 2015 (chegada aos países europeus de quase um milhão de sírios, afegãos e outras nacionalidades provenientes de países em crise) constituiu um fator de pressão sobre os países europeus para que reavaliassem o conjunto do quadro jurídico da União, aplicável tanto aos requerentes de asilo e refugiados (aqueles que, nos termos da Convenção de Genebra de 1951, têm direito à proteção internacional) como ao conjunto dos imigrantes (migrantes económicos sobretudo) que buscam na Europa uma vida melhor.

Por isso, a Comissão Europeia apresentou em 2020 o denominado Pacto Europeu sobre Migrações e Asilo, um conjunto de propostas de legislação sobre migrações e asilo, que tinha como objetivo adaptar as regras comuns às novas realidades dos fluxos migratórios.

Creio que não será exagero dizer que este “pacote legislativo” terá sido um dos (senão o) de mais difícil negociação entre os Estados-membros, e no próprio Parlamento Europeu, nestes últimos cinco anos, tendo permitido a adoção de cinco atos legislativos aprovados na última sessão plenária antes das eleições de junho próximo. Resultado que não corresponde à integralidade do proposto pela Comissão em 2020, mas que se foca sobretudo nas regras de receção e avaliação preliminar na fronteira dos potenciais requerentes de asilo, nos subseqüentes procedimentos de asilo para apreciação do direito à proteção internacional – reconhecimento do estatuto de refugiado –, no sistema de gestão do asilo e das migrações em termos de atribuição de responsabilidade de cada Estado e na definição de regras de solidariedade e de partilha dos refugiados entre os países membros, bem como as regras sobre períodos de crise em caso de afluxo massivo.

A aplicação destes instrumentos legislativos deverá estar plenamente em vigor em 2026.

Não é difícil perceber a razão das dificuldades da negociação durante quatro anos. É que o tema das migrações e do asilo constitui um dos “cavalos de batalha” das forças eurocéticas, xenófobas e racistas da direita radical, que o utilizam como “arma de arremesso” na luta política interna nos vários Estados-membros (incluindo em Portugal), instrumentalizando os imigrantes e o tema das migrações para mobilizar as ansiedades e as

desigualdades sociais nas sociedades de destino, apresentando os migrantes como responsáveis por todos os males sociais.

Estas forças políticas de direita radical, que usam as migrações como arma de combate político, estão presentes em alguns governos nacionais (caso da Hungria) ou em coligações de governo (como na Suécia), adotando uma retórica nacionalista que recusa os entendimentos europeus em matéria de imigração e asilo. O próprio Pacto, ao fim de quatro anos de negociação, registou os votos contra da Hungria e da Polónia (anterior governo polaco), evidenciando as dificuldades em obter um consenso europeu sobre estas matérias.

Estas posições nacionais, que põem em causa a procura de consensos europeus, podem ser agravadas nas próximas eleições para o Parlamento Europeu.

Desde logo pelas previsões das sondagens, que indicam que as únicas forças políticas europeias que estão em ascensão serão os dois grupos políticos claramente eurocéticos da direita radical, que fazem precisamente das migrações o tema central das suas plataformas políticas junto dos eleitores (o ECR – European Conservatives and Reformists Group – e o ID – Identity and Democracy Group – grupo a que pertence o partido Chega de Portugal).

Mas, também, pelo facto de que alguns partidos políticos dos grupos até hoje dominantes no Parlamento Europeu (o Partido Popular Europeu, o Partido dos Socialistas e Democratas e o Partido Renew, que congrega os liberais) têm vindo a adotar políticas restritivas sobre migrações e asilo na ilusão de que, ao incorporarem parte da retórica da direita radical, estão a impedir o progresso destas forças políticas. Na realidade trata-se de uma pura ilusão: aqueles que decidem o seu voto na base da discriminação e da xenofobia preferirão sempre o original à cópia...

Por contraste, não se pode deixar de assinalar que, nas sondagens junto dos eleitores feitas nestas últimas semanas sobre as suas preocupações nas próximas eleições para o Parlamento Europeu (em especial o Eurobarómetro da Primavera e o Survey do European Council on Foreign Relations), os inquiridos colocam as migrações como a 7.ª e a 5.ª prioridade respetivamente... Preocupações bem atrás das referentes à paz e à segurança, ao nível e ao custo de vida, ao estado da economia, à saúde e às desigualdades sociais.

Acresce que, para além dos dois países que votaram contra a versão final dos cinco instrumentos legislativos do Pacto atrás assinalados, entre os vinte e cinco Estados-membros que endossaram o Pacto há também diferentes matizes, desde os que privilegiam uma retórica eminentemente

securitária (para quem o essencial é o controlo das fronteiras e assim restringir a chegada de imigrantes aos países europeus) até aos que reconhecem que o processo migratório pode responder às necessidades de mão-de-obra e ao envelhecimento dos países europeus, desde que essas migrações sejam “regulares, ordeiras e seguras” (para utilizar o tríptico do Pacto Global das Nações Unidas adotado em 2018).

As sondagens que atrás referi mostram também que, em especial nos países do Sul da Europa e em alguns países do Leste, a questão das migrações surge menos como preocupação com os que chegam – os imigrantes – mas cada vez mais com os que saem – particularmente os jovens que emigram –, ambas as componentes sendo amalgamadas no debate sobre migrações. As diferentes posições entre os vários Estados-membros põem em realce um ponto central: no espaço da União Europeia, com uma extensíssima fronteira externa tanto terrestre como marítima e aérea, no seio do qual se desenvolve uma área sem “fronteiras internas” (muito em especial no espaço Schengen), a gestão dos fluxos migratórios exige um alto grau de confiança mútua entre os Estados, bem como uma cooperação leal para garantir, quer um controlo de fronteiras sem zonas vulneráveis à entrada irregular de migrantes, quer uma partilha solidária de responsabilidades no acolhimento dos migrantes e dos refugiados de acordo com o direito humanitário internacional.

Por isso, o objetivo do Pacto ora aprovado é precisamente clarificar os termos em que cada país assume a responsabilidade conjunta de controlar a sua parte da fronteira externa comum e, igualmente, em que termos se pode exercer a solidariedade entre os Estados-membros da União para acolher aqueles que carecem de proteção internacional, designadamente os requerentes de asilo e os refugiados.

O que mina essa confiança mútua, sem a qual a regulação das migrações se mostra impossível, é a política do “empurrar as responsabilidades para o vizinho”, deixando entregues a si próprios aqueles Estados-membros mais expostos geograficamente às rotas de acesso da imigração irregular.

Contudo, o Pacto não impõe aos Estados-membros uma política comum de migrações. Na realidade, nos termos dos Tratados, a admissão de imigrantes para fins laborais (a esmagadora maioria dos migrantes que vêm para a Europa) é da exclusiva responsabilidade de cada Estado-membro.

Logo, cada país define a sua própria política de imigração – quem admite, para que fins, com que requisitos, de onde provêm, com que tipo de autorização de permanência.

As regras do Pacto, designadamente quanto aos procedimentos de fronteira a aplicar aos requerentes de asilo, bem como ao processamento dos pedidos de asilo que passem esse “primeiro filtro” nos pontos de entrada,

só estarão plenamente em vigor em 2026, o que significa que os Estados-membros terão dois anos para adaptarem os seus sistemas de controlo de fronteira e de reconhecimento dos pedidos de asilo ao novo quadro legislativo europeu. Uma tarefa que se vai mostrar exigente, quer em termos de investimentos em infraestruturas nas fronteiras, quer na formação dos funcionários que vão ser chamados a aplicar essas novas regras.

No mais, ou seja, no que respeita à admissão de migrantes para fins laborais, cada Estado-membro continuará a ser exclusivamente responsável.

Assim, países como a Alemanha, a Espanha e Portugal, que nos últimos anos têm admitido imigrantes para fazer face à escassez de mão-de-obra em sectores da economia (construção, cuidados de crianças e idosos, serviços domésticos ou de limpeza, hotelaria e restauração) poderão prosseguir uma política de imigração ditada pelas razões e necessidades dos respetivos mercados laborais.

Tal como estes países, e vários outros, poderão continuar a tentar atrair imigrantes para sectores de mais alta qualificação (pessoal hospitalar, investigadores, estudantes internacionais).

Na certeza de que a abertura de vias regulares de imigração, seja para trabalhos altamente qualificados como para trabalhos de média ou baixa qualificação, constitui um dos instrumentos para prevenir e combater a imigração irregular que, em regra, gera situações de exploração e de abuso sobre os migrantes. O que não dispensa, igualmente, o reforço da cooperação policial e judiciária na luta contra o tráfico de seres humanos e as redes criminosas, as quais representam uma seriíssima ameaça aos direitos e à dignidade humana dos migrantes.

As concretas modalidades de admissão dos imigrantes serão, pois, da exclusiva responsabilidade de cada Estado-membro (seja um sistema de pontos, quotas por sector de atividade ou critérios tarifados de admissão discricionária) e sempre em função da avaliação das necessidades dos respetivos mercados laborais que permanecem, na essência, mercados nacionais.

Se alguma falha pode ser apontada ao Pacto, neste particular, é a ausência de qualquer mecanismo de coordenação entre os Estados-membros quanto às políticas de admissão que prosseguem, sabendo-se que, por exemplo, no ano de 2022, segundo dados do Eurostat, foram regularmente admitidos nos países da União Europeia cerca de sete milhões de imigrantes regulares. A que acresce que, em 2023, o número total de imigrantes ou de requerentes de asilo que foram registados nas várias rotas de entrada (irregular) na União Europeia (Mediterrâneo Central, Mediterrâneo Ocidental, Mediterrâneo Oriental, Balcãs Ocidentais e África Ocidental para as Ilhas Canárias) totalizou duzentas e sessenta mil pessoas.

Estes dados mostram que a retórica da “imigração zero” é uma pura arma de combate político, que a realidade se encarrega de desmentir. Os seus defensores estigmatizam os imigrantes como causa de todos os males sociais e responsabilizam a União Europeia pela imigração irregular, para fins que se prendem sobretudo com a sua agenda política interna de discriminação, racismo e xenofobia, bem como para minar por dentro os fundamentos do próprio projeto europeu.

A estas forças de direita extrema e radical talvez seja de perguntar como explicam o mistério de o governo húngaro da “imigração zero” ter anunciado o objetivo de admitir 450 mil imigrantes (sobretudo do México...) no prazo de um ano ou de o governo italiano da senhora Melloni, de extrema-direita, ter decidido regularizar cerca de 500 mil imigrantes irregulares que se encontram no país...!

Como o Pacto ele próprio indica, o seu objetivo é lutar contra a imigração irregular e daí a centralidade conferida ao controlo de fronteiras. Convém, contudo, não pedir aos controlos de fronteira o que eles não podem dar. Sabemos que a maioria dos imigrantes que se encontram em situação irregular nos países europeus não entraram irregularmente no espaço europeu. São os chamados “overstayers”, ou seja, aqueles que, tendo entrado por uma fronteira externa com um título válido (passaporte ou visto ou equivalente) acabam por permanecer no país para além do período pelo qual o visto ou autorização de permanência é conferido.

Estes imigrantes irregulares acabam por viver num “limbo jurídico”, encontrando trabalho na economia paralela ou em sectores onde a supervisão das autoridades nacionais de controlo das condições de trabalho não se exerce com a proficiência exigida.

Gera-se assim um ciclo vicioso, entre empregadores inescrupulosos que dão trabalho em condições de exploração e abuso a imigrantes irregulares, beneficiando de mão-de-obra barata e da situação de vulnerabilidade dos próprios trabalhadores, que se sujeitam a tais condições na impossibilidade de recorrerem às autoridades em defesa da sua dignidade humana, dado o seu estatuto irregular. Para já não falar da distorção na concorrência entre empresas.

Neste domínio, a luta contra a imigração irregular depende mais da ação das autoridades reguladoras do mercado de trabalho e da concorrência do que propriamente das guardas de fronteira... e essas dependem exclusivamente dos governos nacionais.

O Pacto representa, assim, um primeiro bloco de respostas da União Europeia aos desafios dos fluxos migratórios. Os próximos dois anos exigirão da parte dos Estados-membros, e das instituições da União Europeia, uma ação permanente tendo em vista proceder à sua implementação.

Contudo, convém não subestimar a necessidade de prosseguir no debate e adoção das demais propostas que constavam da iniciativa original da Comissão Europeia de 2020, em particular nos domínios da integração dos migrantes nas sociedades de destino.

Esta integração joga-se, em boa medida, num plano local (condições de habitação, acesso à educação, à saúde e demais serviços sociais, inserção nos locais de trabalho), mas não dispensa políticas nacionais, e mesmo políticas europeias, de enquadramento e apoio.

Essas políticas de integração, e a mobilização das comunidades de acolhimento e da sociedade civil para os desafios da diversidade étnica, religiosa e cultural associada à imigração, constituem pilares da coesão social nas sociedades europeias e expressão dos valores democráticos e humanistas que estão na base da União Europeia.

O populismo e a popularidade da extrema-direita

Pedro Silva Pereira

Presidente da Fundação *Res Publica*. Vice-Presidente do Parlamento Europeu. Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

1. Compreender o populismo

Nos últimos anos, como é notório, o fenómeno do populismo tem animado um muito intenso debate público e académico. Provavelmente, não haverá nenhum outro tema político da atualidade sobre o qual se tenham escrito tantos livros, artigos e ensaios ou que tenha motivado tantas conferências, colóquios, seminários e *workshops*. Não é difícil compreender porquê. Efetivamente, parece haver um único ponto de consenso neste debate: o populismo, o que quer que isso seja exatamente, é um fenómeno político incontornável, que alastra por todo o lado como um *tsunami* e que ameaça os valores em torno dos quais se tem organizado a convivência política e social nas nossas democracias liberais. Não há como ignorá-lo. Certo, há quem – apesar de tudo – negue a própria existência do “populismo”, seja como ideologia ou sequer como conceito operativo útil para caracterizar a identidade de um tipo de movimento político ou de um modo de fazer política. Também isso se pode compreender.

Na verdade, o rótulo de “populista” tem sido utilizado, a propósito e a despropósito, para designar o mais diverso tipo de partidos e líderes políticos, de um lado ao outro do espectro político. De certo modo, o esforço de construir e consolidar, no plano científico, uma definição de populismo

minimamente consensualizada, capaz de organizar tipologicamente a compreensão e identificação deste fenómeno político, foi autenticamente atropelado pelo desbragado uso corrente do termo, a que se juntou a sua utilização frequente como adjetivação destinada a desqualificar os adversários políticos. Como explicam Cas Moudde e Cristóbal Kalwasser: “Parte da confusão deriva do facto de o populismo ser um rótulo raras vezes usado pelas próprias pessoas ou organizações. Ao invés, é aplicado por terceiros, a maioria das vezes com uma conotação negativa”¹. Na confusão instalada, chegou-se a um ponto em que a própria fronteira entre o novo populismo e a velha demagogia pareceu ter sido, também ela, quase submergida por esse tal *tsunami*.

Não surpreende, assim, que alguns optem por nem sequer perder tempo com a tentativa, aparentemente inglória, de edificar uma teoria geral do populismo, descrentes da utilidade de colocar artificialmente sob o mesmo teto partidos, movimentos e protagonistas políticos tão obviamente diferentes entre si. É o que sustenta, por exemplo, Francisco Louçã: “O populismo não é uma categoria histórica, nem pode ser descrito por uma teoria geral”. E explica: “O termo tem sido usado para classificar movimentos historicamente diversos, mas que seriam resumidos a um humor comum, a uma atitude litigante contra a ordem vigente (...). Por outras palavras, a medir pelo seu catálogo, o populismo é um conceito de significados múltiplos ou contraditórios e a sua única consistência é a forma de atribuição: é uma designação adversarial que, portanto, esclarece mais sobre quem designa do que sobre o seu objeto”².

2. Populismo ou populismos?

Outros, que não se resignam assim tão facilmente, reconhecem a diversidade político-ideológica patente no populismo, mas julgam resolver o problema declinando-o no plural. Em vez de “populismo” teríamos, afinal, “populismos” diversos, legitimando uma classificação pelo menos dualista,

¹ Cfr. Cas Moudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser, “Populismo: Uma brevíssima introdução”, Lisboa, Gradiva, 2017, p. 14.

² Cfr. Francisco Louçã, “A maldição populista na bola de cristal do século XXI”, in “O Espectro dos Populismos”, Lisboa, Tinta da China, 2018, págs. 208 e 203-205. Já Benjamin Moffitt, embora admita que muitos consideram que “... the concept of populism has become so widely used – and usually in a derogatory manner to denigrate any political personality we do not like – that it has lost its analytical value and has become meaningless”, não deixa de considerar que “populism matters, and is an important concept for understanding the contemporary political landscape”, cfr. Benjamin Moffitt, “The Global Rise of Populism – Performance, Political Style, and Representation”, Stanford, California, Stanford University Press, 2016, pág. 11.

assente na dicotomia entre um “populismo de direita” e um “populismo de esquerda”³.

Há mesmo quem vá mais longe e proponha uma tipologia não apenas binária, mas bastante mais ampla, em que se incluiria até um “populismo de centro”, por forma a distinguir as múltiplas variantes ideológicas do populismo. Sucede, porém, que uma realidade tão plural a ponto de se desdobrar numa tipologia tão diversificada e contrastante, não pode furtar-se a uma pergunta embaraçosa: estaremos ainda a falar da mesma ideologia ou, sequer, do mesmo fenómeno político?

3. Populismo: uma ideologia de “baixa densidade”?

Mais interessante – e certamente mais criativa – é a famosa proposta de Cas Mudde e Cristóbal Kaltwasser, com o seu entendimento do populismo como uma “ideologia fina” ou “de baixa densidade”⁴.

Nesta perspetiva, o populismo seria, essencialmente, um esquema argumentativo, assente na conhecida polarização entre um povo “puro” e uma elite “corrupta”, estando esta em traiçoeiro conluio com os inimigos da identidade e dos interesses do povo. Tais inimigos, consoante os contextos, podem ser os imigrantes, os muçulmanos, certas minorias ou, simplesmente, a “casta” político-económica dominante.

Este esquema político-argumentativo, muito básico, quase esquemático, seria suficientemente vago para servir de “veículo” de transporte das mais diversas “ideologias hospedeiras”, ainda que de sinal contrário. Estaria explicada, assim, a diversidade do populismo, sem lhe negar o denominador comum indispensável à respetiva unidade conceptual.

O problema desta abordagem, todavia, está na própria ideia de “ideologia de baixa densidade”. Na verdade, parece óbvio que uma ideologia de espessura tão “fina” ou de tão “baixa densidade” que se pode compatibilizar, indistintamente, com qualquer ideologia política substantiva não merece, ela própria, ser classificada como ideologia⁵. De facto, o mencionado

³ V. John B. Judis, “The Populist Explosion”, Nova Iorque, Columbia Global Reports, 2016, págs. 14-16 e Pierre Rosanvallon, “Le Siècle du Populisme”, Paris, Seuil, 2020, págs. 77 ss, em especial 83 ss..

⁴ V. Cas Mudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser, “Populismo: Uma brevíssima introdução”, Lisboa, Gradiva, 2017, págs. 18-19. Paul Taggart prefere dizer – o que vem a dar quase no mesmo – que o populismo tem algumas características das ideologias, mas não todas, pelo que toma como suas as componentes em falta que recolhe das ideologias tradicionais, v. Paul Taggart, “Populism”, Filadélfia, Open University Press, 2000, p. 1-4.

⁵ Os próprios Cas Mudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser não deixam de reconhecer que o populismo não é “uma tradição ideológica coerente”, cit., pág. 19. Benjamin Moffitt chama mesmo a atenção para o facto de o populismo ser até bastante menos “denso” do que outras ideologias consideradas “finas” por Freedon, o autor do conceito, como sejam o ecologismo ou o feminismo, v. Benjamin Moffitt, cit., pág. 19.

“esquema argumentativo”, enquanto tal, não chega a ser uma verdadeira ideologia precisamente porque lhe falta a suficiente espessura e a indispensável densidade.

4. A natureza do populismo

Uma ideologia é um sistema coerente de ideias políticas, que fornece uma “chave de leitura” da História e da realidade política, económica, social e cultural e que, à luz de uma determinada visão da sociedade ideal, fundada num conjunto de princípios e valores, inspira ou formula um corpo articulado de propostas políticas⁶. Ora, é manifesto que o populismo, não sendo nada disto, não pode ser considerado uma ideologia.

Os que lograram libertar-se da tentação de querer arrumar à força o populismo no quadro apertado das ideologias políticas têm avançado com entendimentos alternativos quanto à sua verdadeira natureza.

Para uns, o populismo é um tipo de “*discurso político*”, assente no referido “esquema argumentativo” que coloca em confronto a ideia de um povo “puro” à de uma elite “corrupta”⁷.

Para outros, mais do que um mero tipo de discurso político, o populismo é um verdadeiro “*estilo político*”, em que o elemento discursivo se conjuga com outros elementos performativos relevantes para compor todo um “estilo” ou um certo “modo de fazer política”⁸.

Para outros ainda, o populismo é bastante mais do que um tipo de discurso ou um estilo político, configurando um tipo de “*lógica política*” substantiva, que transcende a simples retórica⁹.

Ainda para outros, o populismo é, fundamentalmente, uma atitude política de “*polarização*” sistemática, anti-pluralista e anti-sistémica, adversária das atuais instituições democráticas representativas e de conotação frequentemente moral¹⁰.

⁶ Na formulação de Cas Mudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser, “Uma ideologia é um corpo de ideias normativas acerca da natureza do homem e da sociedade, assim como da organização e dos fins da sociedade”, cit., p. 19.

⁷ V., entre outros, Kirk A. Hawkins, “Is Chavez Populist? Measuring Populist Discourse in Comparative Perspective”, *Comparative Political Studies* 42 (8), 2009, págs.1040-67; Carlos de la Torre, “Populist Seduction in Latin America”, 2ª ed., Ohio University Press, 2010 e José Filipe Pinto, “Populismo e Democracia – Dinâmicas Populistas na União Europeia”, Lisboa, Edições Sílabo, 2017, p. 514.

⁸ V. Benjamin Moffitt, “The Global Rise of Populism – Performance, Political Style, and Representation”, cit, p. 28 ss. Também sobre o “estilo populista”, entendido como verdadeiro neopopulismo, v. Pierre-André Taguieef, “Le Populisme et la Science Politique”, in Jean Pierre Rioux (ed.), “Les Populismes”, Paris, Perrin, 2007, p. 9 e 18.

⁹ V., por todos, Ernesto Laclau, “On Populist Reason”, Nova Iorque e Londres, Verso, 2005.

¹⁰ V. Jan-Werner Müller, “Qu'est-ce que le Populisme ? – Définir enfin la menace », *Premier Parallèle*, 2016, págs. 175-183.

Finalmente, há também quem entenda o populismo como um tipo de “*estratégia política*”, que supõe uma liderança carismática em ligação direta com as massas e apostada em explorar oportunisticamente descontentamentos e inseguranças por forma a mobilizar o protesto contra certos alvos políticos e a fomentar ilusões quanto a pretensas soluções simplistas para os problemas sociais mais complexos¹¹.

Talvez Benjamin Moffitt se tenha aproximado, mais do que qualquer outro, na compreensão da verdadeira natureza do populismo ao considerá-lo como um “*estilo político*”¹² – embora, evidentemente, a escolha de um determinado “*estilo*” possa sempre corresponder à execução de uma “*estratégia política*”. Na verdade, a chave-interpretativa de Moffitt permite captar a complexidade da dimensão performativa que torna o fenómeno do populismo tão singular.

Para Moffitt, compreender a *performance* política que caracteriza o populismo implica atender a várias dimensões relevantes:

- a) O “ator”, isto é, o líder político (frequentemente um “outsider”¹³, que não raro se distingue pela linguagem agressiva e vulgar, pelas “más maneiras” e por um comportamento disruptivo, quando não mesmo desviante);
- b) O “palco”, isto é, o espaço onde tem lugar a performance populista (em que o lugar de contacto com a audiência, ou os eleitores, é, essencialmente, o terreno mediático, com destaque para as redes sociais, utilizadas como veículo de transmissão direta, livre de qualquer intermediação, não apenas de ideias, mas também de sentimentos e emoções);
- c) A audiência, isto é, o povo destinatário da performance populista (sendo o povo entendido de forma quase mitológica, como arquétipo ideal, ou um “povo puro”, definido por contraposição a inimigos internos e externos, inspirando tendencialmente uma visão nacionalista e xenófoba, bem como uma atitude política soberanista e, no caso europeu, eurocética);
- d) O drama, isto é, o argumento da performance populista (geralmente em forma de tragédia, marcada por terríveis ameaças e alegadas agressões, geralmente empoladas, quando não mesmo imaginárias, em que a ideia de crise, mais do que a verdadeira causa política, económica e social do populismo, é, afinal, parte da encenação própria do “estilo político” populista).

Em nosso entender, a fragilidade da proposta de Moffitt reside no facto de não destacar suficientemente a singularidade do tipo de “discurso populista” como parte integrante do “estilo político” próprio do populismo. Na verdade, Moffitt faz apenas uma alusão indireta ao “discurso populista” quando caracteriza, por contraposição com a elite, a ideia de povo que

¹¹ V. Kurt Weyland, “Clarifying a Contested Concept: Populism in the Study of Latin American Politics”, *Comparative Politics* 41 (1), 2001, pág. 14.

¹² Cfr. Benjamin Moffitt, cit., págs. 41 ss..

¹³ V. Steve Richards, “The Rise of the Outsiders – How Mainstream Politics Lost its Way”, Londres, Atlantic Books, 2017.

serve de audiência ao líder populista e, mais adiante, quando destaca o conteúdo dramático do argumento que rege a *performance* populista. Ora, o discurso típico do populismo, assente no confronto entre um suposto “povo puro” e uma alegada “elite corrupta” – aliás, o traço característico do populismo mais geralmente reconhecido – merece figurar, sem dúvida, como elemento essencial da noção de populismo. De resto, do nosso ponto de vista, as teses que vêem o populismo como um “estilo político” e como um “discurso político” devem ser consideradas não como contraditórias entre si, mas sim como complementares.

Em conclusão, o nosso entendimento é que o populismo não é uma ideologia, é sim um estilo político e um tipo de discurso político. Dito de outra maneira, é um estilo político que integra um tipo de discurso político.

5. Para uma teoria geral do populismo

Esclarecida a questão da natureza do populismo, já se vê que a construção de uma autêntica teoria geral do populismo, fora do quadro tipológico das ideologias políticas, torna-se um exercício complexo, mas viável. Na verdade, nada impede que um mesmo “estilo político” seja utilizado por líderes, movimentos ou partidos políticos de coloração político-ideológica muito diversa. Assim, aquela que era a grande objeção invocada por alguns contra a edificação de uma teoria geral do populismo perde sentido e pertinência. Pelo contrário, à luz de uma noção de populismo claramente erigida em torno dos seus elementos performativos e discursivos, é possível rastrear, com algum rigor, a verdadeira história do populismo e, mais importante, identificar as suas diferentes manifestações, abrindo caminho para mapear uma tipologia que distinga as suas variantes mais significativas.

Naturalmente, não cabe expor aqui essa teoria geral do populismo, antes centraremos a nossa atenção no ponto que queremos sublinhar: foi o estilo populista que tornou a extrema-direita europeia tão popular.

6. Populismo e extrema-direita na União Europeia

A utilização de um “estilo populista” tem sido uma constante na extrema-direita europeia de há vários anos a esta parte – o que, aliás, lhe tem permitido esconder muitas vezes a sua verdadeira face em nome da alegada superação da distinção, dita arcaica, entre esquerda e direita¹⁴.

¹⁴ Centramos aqui a nossa atenção na extrema-direita europeia, embora muito do que aqui se diz não

Não surpreende que assim seja. Sem que se possa negar, de modo algum, a existência de populismo à esquerda¹⁵, pode dizer-se que “a direita é a casa natural do populismo”¹⁶. Na verdade, há na defesa do “povo puro”, típica do estilo e do discurso populista, uma tonalidade conservadora, inspirada por uma visão nativista e tendencialmente xenófoba da identidade cultural nacional, assumidamente adversária das ideias de igualdade e tolerância que caracterizam a esquerda¹⁷.

Por outro lado, não há dúvida de que, como nenhuma outra família política, a extrema-direita europeia optou por perfilhar o estilo e o discurso populista como fórmula eficaz para a exploração de todo o tipo de descontentamentos e inseguranças, mobilização do correspondente protesto e via rápida para o sucesso eleitoral. Isso, que era já evidente na transição do século XX para o início do século XXI – sob lideranças carismáticas, como as de Jean-Marie Le Pen, em França, de Pim Fortuyn, nos Países Baixos, ou de Jörg Haider, na Áustria –, tornou-se, nas últimas décadas, uma verdadeira imagem de marca da extrema-direita europeia¹⁸.

Na verdade, sem prejuízo das singularidades que sempre existem em cada caso, sobretudo determinadas pelos contextos e pelas concretas características das lideranças políticas, são notórias as similitudes de estilo e de discurso político que podemos encontrar nos vários partidos e líderes da extrema-direita europeia. De Marine Le Pen a Nigel Farage, de Geert Wilders a Viktor Orbán, o “esquema argumentativo” típico do populismo

seja muito diferente do que podemos encontrar noutras latitudes. Para uma boa resenha e discussão dos vários exemplos de populismo, v. Olivier Dard, Christophe Boutin e Frédéric Rouvillois, “Le Dictionnaire des Populismes”, Paris, Cerf, 2019. V., também, Roman Krakovsky, “Le Populisme en Europe Centrale et Orientale”, Fayard, 2019.

¹⁵ Autores importantes como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe vêm mesmo o populismo como a resposta desejável da democracia e da esquerda, v. Ernesto Laclau, “On Populist Reason”, cit.; Chantal Mouffe, “Por um Populismo de Esquerda”, Gradiva, 2019 e Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, “Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics”, Londres, Verso, 1985. Tem razão Fernando Rosas quando diz: “... o populismo deixou de ser um recurso exclusivo dos velhos e novos partidos de direita e extrema-direita. Inspirado teoricamente em Laclau e no chavismo latino-americano, o século XXI viu nascer um populismo de esquerda, também ele virado para a redescoberta de uma identidade grupal supraclássista e autêntica, centrada nas reivindicações de carácter social, mobilizável contra adversários, definidos mais em termos de reprovação ética do que de antagonismo de classe”, v. Fernando Rosas, “Fascismo e Populismo: elementos para uma revisitação histórica”, in “O Espectro dos Populismos”, cit., pág. 65. V., também, Marina Prentoulis, “Left Populism in Europe – Lessons from Jeremy Corbyn to Podemos”, Londres, Pluto Press, 2021, págs 9 ss.. Marc Lazar, porém, chama a atenção para o facto de o populismo à esquerda ser apenas residual, v. Marc Lazar, “Du populisme à gauche: le cas français et italien”, in “Les Populismes”, Vingtième Siècle, n.º 56, Paris, Presses de Sciences Po, 1997.

¹⁶ Neste sentido, Cecília Honório, “Populismo: Esquerda, Direita e Demoliberalismo”, in “O Espectro dos Populismos”, cit, pág. 17.

¹⁷ No caso da esquerda marxista, a própria ideia de luta de classes, motora da História e da transformação social, remete para um conceito de classe bem distinto da ideia de povo construída pelo populismo.

¹⁸ Para uma análise do populismo na direita radical contemporânea, v. Gilles Ivaldi, “De Le Pen à Trump: le défi populiste”, Bruxelas, Editions de L’Université de Bruxelles, 2019, págs. 39-42 e 59 ss. V., também, John B. Judis, cit., págs. 98-102.

está frequentemente presente, ora incitando ao protesto contra um “sistema” alegadamente corrupto e supostamente carecido de uma regeneração democrática, ora inflamando os ânimos seja contra a União Europeia ou “Bruxelas”, seja contra a imigração (sobretudo muçulmana), seja ainda contra determinadas minorias – tudo em nome de uma autêntica “guerra cultural” em defesa de uma certa visão da identidade do “povo”, alegadamente sujeita às mais terríveis ameaças, internas e externas.

É impossível não reconhecer os traços característicos da retórica populista nas intervenções panfletárias de Le Pen ou de Geert Wilders contra a imigração e, mais ainda, na teoria extremada da Grande Substituição, de Éric Zemmour. De resto, o discurso anti-imigração – que, aliás, foi tema central da campanha a favor do Brexit – tem sido um dos mais constantes denominadores comuns da extrema-direita europeia, dando lugar, frequentemente, a posições xenófobas, quando não racistas. O partido da extrema-direita finlandesa, por exemplo, agora designado “Finlandeses”, até há bem pouco tempo usava orgulhosamente o muito sugestivo nome de “Verdadeiros Finlandeses” ...

Também o discurso eurocético da extrema-direita cumpre os ditames da lógica populista, oferecendo aos descontentes e a todos os que sentem insegurança quanto ao futuro um conveniente “bode expiatório”, ao mesmo tempo que fomenta toda a espécie de ilusões sobre um regresso mirífico e redentor às velhas fronteiras nacionais.

É certo, os resultados negativos do Brexit não ajudaram a inspirar o “efeito dominó” que muitos temiam e levaram até certos setores da extrema-direita a moderar os seus propósitos de saída da União Europeia, ou mesmo apenas do Euro. Todavia, não restam dúvidas de que o discurso eurocético, tipicamente populista, permanece bem vivo na extrema-direita europeia. De facto, é esse euroceticismo que alimenta atitudes de sistemático bloqueio às decisões europeias, como sucede com o partido Fidesz, na Hungria de Orbán, e sucedeu antes com o Partido Lei e Justiça (PiS), na Polónia de Kaczynski. É ainda o euroceticismo que, em larga medida, instiga o protesto dos agricultores contra a Política Agrícola Comum e as medidas de solidariedade com a Ucrânia, como se tem visto em vários países, designadamente em França, sob o impulso do Rassemblement National, da senhora Le Pen. Seja como for, não deve esquecer-se que os mais radicais não deixam de manter sobre a mesa a ideia de promover referendos nacionais para sair da União Europeia, como defendeu Geert Wilders, nos Países Baixos, e, mais recentemente, a própria Alice Weidel, líder da Alternativa para a Alemanha (AfD).

O importante, aqui, é sublinhar que os traços que se tornaram mais característicos da extrema-direita europeia contemporânea – nacionalismo,

euroceticismo, islamofobia, xenofobia, chauvinismo na proteção social, discurso anti-imigração, protecionismo e crítica do sistema democrático representativo e da própria democracia liberal – são, afinal, manifestações do estilo e do discurso populista, na medida em que servem de argumento à *performance* polarizadora que visa mobilizar o protesto do “povo” contra os seus “inimigos”.

7. Extrema-direita europeia: de populista a popular

Ao contrário do que por vezes se julga, o crescimento da extrema-direita populista na União Europeia não tem sido sempre constante ao longo das últimas décadas. Pelo contrário, tem sido feito de avanços e recuos, vitórias e derrotas. Em todo o caso, é manifesto que existe uma clara tendência de crescimento, como comprova o estudo dirigido por Matthijs Rooduijn, da Universidade de Amesterdão, recentemente divulgado pelo The Guardian. Segundo todas as projeções, essa tendência deverá manter-se, ou até acentuar-se, nas próximas eleições europeias, de 2024, alcançando um patamar impensável há apenas uns anos atrás¹⁹.

Já hoje, note-se, o grupo político da extrema-direita no Parlamento Europeu, designado como Identidade e Democracia (ID), a que está ligado o Chega, tem 62 eurodeputados, o que significa 8,8% do total. Constitui, por isso, a sexta força política no Parlamento Europeu²⁰.

No entanto, importa sublinhar que o grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus (ECR) – onde militam, entre outros, o partido Irmãos de Itália, da senhora Meloni, o Vox, de Santiago Abáscal, o PiS, do senhor Kaczyński, e, em breve, também o Reconquista, de Éric Semmour – tem atualmente 66 eurodeputados, ou seja, 9,4%, o que faz dele a quinta força política no Parlamento Europeu. E se é verdade que o ID não lidera atualmente nenhum Governo europeu, já o ECR lidera hoje os governos de Itália e da Chéquia, já para não falar da Hungria, de Viktor Orbán, cujo partido, o Fidesz, permanece como independente, mas já declarou a intenção de integrar o grupo ECR na próxima legislatura.

Quer tudo isto dizer uma coisa muito simples: ID e ECR, que partilham uma idêntica atitude eurocética, são já hoje grupos políticos consideravelmente poderosos no Parlamento Europeu e, se não constituíssem grupos separados, teriam agora nada menos de 18,2% dos eurodeputados.

¹⁹ É o caso, por exemplo, da projeção avançada pelo European Centre of Foreign Relations – ECFR.

²⁰ Números oficiais do Parlamento Europeu datados de maio de 2023, como todos os que a seguir se indicam.

Ora, como se disse, as projeções apontam para um crescimento destes dois grupos políticos eurocéticos nas próximas eleições europeias de 2024, divergindo apenas quanto a saber qual deles passará a constituir a terceira força política (provavelmente o ECR, beneficiando da provável adesão do Fidesz). A confirmar-se, a representação eleitoral do euroceticismo de extrema-direita poderá passar de 18% para quase 25% – o que teria, obviamente, importantes implicações políticas.

Têm sido avançadas múltiplas explicações para este crescimento da extrema-direita e do euroceticismo²¹, a começar pelo descontentamento gerado por uma certa “crise de resultados” económico-sociais do projeto europeu, que terá começado a evidenciar-se perante o choque competitivo provocado pela globalização e pela ascensão da China, para depois se agravar muito seriamente com a desastrada e desastrosa resposta austéritária da União Europeia à crise financeira de 2007-2011. Também a crise pandémica e, mais recentemente, as crises energética e inflacionista provocadas pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, deterioraram a situação com que se deparam muitas famílias e empresas. Certo é que se foi desvanecendo a confiança na perspetiva de mobilidade social, assente na ambição de uma melhoria progressiva, mas contínua, das condições de vida de geração para geração, gerando por consequência uma indignação crescente contra as desigualdades. Paralelamente, foram-se avolumando os sentimentos de insegurança quanto ao futuro, sobretudo em razão da precariedade laboral, do aumento do custo de vida, dos riscos para a sustentabilidade da segurança social e do impacto da competição à escala global, a que acrescem as transições energética e digital. Essa insegurança, conjugada agora com a crise da habitação, dificulta muito especialmente a emancipação dos jovens e a formação de novas famílias, com reflexos diretos na quebra da natalidade.

Por outro lado, a chamada “crise dos refugiados”, e a crescente visibilidade do fenómeno de uma imigração culturalmente diferenciada, suscitam sentimentos de insegurança que se torna fácil empolar e explorar.

Não é difícil perceber que a complexidade de toda esta moderna “questão social” constitui terreno favorável para o sucesso do estilo e do discurso populista na exploração dos descontentamentos.

Acresce a perceção, largamente desproporcionada, sobre os índices de corrupção na classe política, fomentada pela conjugação entre o sensacionalismo mediático e o estrondoso espalhamento de investigações e suspeições

²¹ V., por exemplo, Cristóbal Rovira Kaltwasser, “Explaining the Emergence of Populism in Europe and the Americas”, in Carlos de la Torre (ed.), “The Promise and Perils of Populism – Global Perspectives”, University Press of Kentucky, 2015, págs. 189-217.

judiciais frequentemente infundadas. Naturalmente, esta conjugação perversa contribui em muito para o desgaste do sistema democrático, oferecendo a chamada “elite política” de bandeja como alvo fácil para os ataques do discurso populista.

Perante os diversos motivos de potencial descontentamento, a extrema-direita populista encontra sempre uma boa razão para atirar as culpas para a União Europeia. De nada serve o facto de a União Europeia ter respondido bem e de forma solidária à crise pandémica, com a compra conjunta de vacinas e a emissão conjunta de dívida para financiar volumosos planos de recuperação económica. Também de nada parece servir o facto de a União Europeia ter conseguido responder com firmeza e solidariedade à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, assegurando à Ucrânia um muito importante apoio financeiro, militar e humanitário, e adotando sucessivos pacotes de sanções contra a Rússia, com um alcance sem precedentes. Atacando “Bruxelas” por tudo e por nada e frequentemente confundindo a contestação, democraticamente legítima, de determinadas políticas europeias com a contestação à própria ideia de integração europeia, a extrema-direita faz do seu euroceticismo um alimento particularmente nutritivo do seu discurso populista.

Decorre do que fica dito que o crescimento da extrema-direita não ocorre no vácuo, antes explora reais descontentamentos e inseguranças daqueles a quem se dirige. Dito isto, deve acrescentar-se que seria um grave erro pretender explicar o crescimento da extrema-direita olhando apenas para o “lado da procura”, quando boa parte da explicação deve ser encontrada do “lado da oferta”. Na verdade, a eficácia do estilo e do discurso populista deve-se, em larga medida, à sua extraordinária capacidade para “gerar procura” empolando sentimentos de descontentamento ou insegurança, difundindo notícias falsas e discursos de ódio, ou fomentando ilusões sobre pretensas soluções mágicas, ou pelo menos simplistas, para os mais complexos problemas.

Por outro lado, esta eficácia não pode ser desligada da especial habilidade do populismo para manejar com mestria o terreno mediático – beneficiando da simpatia que o exótico sempre recolhe junto de editores e jornalistas de uma comunicação social declinante – e, ainda mais, as redes sociais. Sem minimizar as já referidas razões políticas, económicas e sociais que favorecem o crescimento da extrema-direita, não pode deixar de se sublinhar que esse crescimento não seria o que é hoje sem uma notável capacidade para usar em benefício próprio o poder imenso das novas redes sociais.

Nestas condições, convém ter muita prudência quando se procura explicar o crescimento da extrema-direita populista na Europa. Na verdade, vale a

pena recordar aqui a advertência de Benjamin Moffitt: o “drama” que serve de argumento à *performance* populista, mais do que a verdadeira causa política, económica e social do populismo, é, muitas vezes, parte integrante da encenação própria do “estilo político” populista²². Em suma, todo o cuidado é pouco.

8. A captura do centro-direita pela agenda da extrema-direita

O crescimento da influência da extrema-direita europeia não tem sido conseguido apenas em resultado dos seus sucessos eleitorais. Na verdade, essa influência está bem patente na capacidade de penetração das bandeiras políticas da extrema-direita no debate público e na própria agenda dos partidos centrais no sistema político. Esse fenómeno tem tido particular significado na inegável captura do centro-direita pela agenda da extrema-direita.

Essa “captura” tem sido particularmente visível em dois temas fundamentais: a política de imigração e asilo; e a política ambiental.

Na política de imigração e asilo, o centro-direita, protagonizado pelo Partido Popular Europeu (PPE), tem respondido ao discurso inflamado da extrema-direita com a defesa de uma política de forte cunho securitário, assente no combate à imigração irregular e no reforço policial do controlo das fronteiras, acompanhada pela pretensão de financiamento comunitário da construção de muros e vedações. No manifesto eleitoral apresentado para as eleições europeias de 2024, o PPE vai ainda mais longe nesta deriva, preconizando um programa de deportação forçada dos refugiados requerentes de asilo para países terceiros, ao estilo do que o Reino Unido tem procurado implementar com o Ruanda, desafiando o Direito Internacional, incluindo a Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Na política ambiental, de execução do “Green Deal” desenhado para o combate às alterações climáticas, a descarbonização da economia e a transição energética, o PPE votou ao lado da extrema-direita contra a Lei de Restauração da Natureza e tem promovido um movimento de recuo nas medidas para a sustentabilidade ambiental da agricultura, bem como nas metas e ambições ambientais da União Europeia.

Assim, por meio desta “captura” da agenda política do centro-direita, a extrema-direita vai obtendo ganho de causa e deixando a sua marca nas políticas públicas, mesmo quando não ganha eleições.

²² Cfr. Benjamin Moffitt, cit., págs. 41ss..

Acresce que, em diversos países europeus, os partidos do PPE e partidos liberais do Renew têm aberto as portas do poder à extrema-direita através de coligações de governo (nacional, regional e local) ou de acordos de incidência parlamentar. Aí já não estamos a falar apenas de influência política indireta, mas sim de uma verdadeira partilha do poder governativo ou, ao menos, de uma negociação da agenda governativa com a extrema-direita. Naturalmente, este é um jogo perigoso por parte do centro-direita e dos liberais. Na verdade, esta atitude política torna-se cúmplice da normalização do discurso populista da extrema-direita e da sua tentação para edificar uma democracia iliberal. Ao mesmo tempo, confere a essa agenda e aos seus protagonistas estatuto e respeitabilidade social, oferecendo à extrema-direita, de mão beijada, o que ela sempre ambicionou: poder e influência.

No plano europeu, a questão pode tornar-se ainda mais séria depois das próximas eleições europeias de 2024. Na verdade, a liderança do PPE, o maior grupo político no Parlamento Europeu, assumiu publicamente que a solução governativa italiana – em que um partido do centro-direita, a Força Itália, está coligado no Governo com dois partidos da extrema-direita, os Irmãos de Itália, de Giorgia Meloni, e a Liga, de Matteo Salvini – podia ser um modelo inspirador para a governação da própria União Europeia. É certo, posteriormente foram feitas declarações que apontam em sentido contrário, mas também é verdade que a candidata do PPE à liderança da Comissão Europeia, Ursula van den Leyen, lançou a sua campanha eleitoral assumindo precisamente a sua disponibilidade para cooperar politicamente com a extrema-direita europeia representada no ECR.

Significa isto que, com a possibilidade de uma alteração da relação de forças, está em jogo nas próximas eleições o futuro da plataforma política informal das forças políticas europeístas que tem servido de base aos compromissos políticos que governam a União Europeia desde a sua fundação.

9. O futuro do “cordão sanitário”

O crescimento da extrema-direita tem suscitado uma renovada discussão sobre o futuro do chamado “cordão sanitário”, pelo qual as forças políticas democráticas e europeístas negam à extrema-direita qualquer apoio político ou institucional que possa servir para aumentar a sua influência.

Se, como se viu, esse “cordão sanitário” entrou já em rutura em certos países e conheceu alguns desvios, inclusivamente no plano europeu, também é verdade que permanece ainda razoavelmente válido e operacional no Parlamento Europeu. Resta saber por quanto tempo.

Uns, sustentam que não faz sentido manter o “cordão sanitário”, porque o crescimento da extrema-direita prova a ineficácia deste instrumento, se não mesmo os seus efeitos contraproducentes. Outros, chegam à mesma conclusão, mas em nome do respeito democrático que seria devido à significativa expressão eleitoral adquirida pela extrema-direita.

Pela nossa parte, entendemos que o “cordão sanitário” faz hoje mais sentido do que nunca. Desde logo, é um erro resumir a razão de ser do “cordão sanitário” a uma mera questão de cálculo e tática política, como se o seu objetivo fosse apenas conter o crescimento eleitoral da extrema-direita. Bem pelo contrário, o “cordão sanitário” justifica-se, isso sim, por uma questão de princípio e o seu propósito é não contribuir para reforçar o poder e a influência política da extrema-direita. Ora, esse objetivo mantém hoje toda a sua pertinência e é uma questão de respeito democrático das forças políticas europeístas pelo mandato que elas próprias receberam através do voto dos cidadãos.

Naturalmente, pode sempre discutir-se o modo de funcionamento e o alcance do “cordão sanitário”, incluindo quanto aos grupos políticos ou partidos abrangidos, mas abandoná-lo, além de extremamente perigoso, seria dar um sinal completamente errado.

10. A batalha pela Europa

O crescimento da extrema-direita coloca um desafio existencial ao projeto europeu. De facto, agora não se trata apenas de discutir o rumo das políticas ou os termos da obtenção e afetação dos recursos. Pelo contrário, o que a extrema-direita eurocética verdadeiramente pretende – aliás, com o apoio interesseiro dos seus aliados externos – é destruir a União Europeia. Bem vistas as coisas, não se pode dizer que isso seja surpreendente, por duas razões fundamentais. Por um lado, porque a visão soberanista, nacionalista e xenófoba dos problemas e das soluções que a extrema-direita preconiza é frontalmente incompatível com a integração europeia; por outro, porque os valores europeus da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da democracia, da separação de poderes e do Estado de Direito chocam com a pretensão da extrema-direita de edificar uma democracia iliberal.

As eleições europeias são o momento em que o povo, democraticamente, escolhe o futuro da Europa. Nas eleições de 2024, porém, o povo decidirá mais: decidirá se a União Europeia tem futuro. Como sempre acontece, defrontar-se-ão protagonistas e programas políticos, mas o confronto fundamental – o confronto existencial – diz respeito aos valores. É nesse

terreno que se travará a batalha pela Europa. E não haja ilusões: só uma Europa ciente do seu papel na História e fiel aos seus valores, isto é, só uma Europa humanista e solidária será uma Europa com futuro.

Bibliografia

- Dard, Olivier; Boutin, Christophe e Rouvillois, Frédéric, "Le Dictionnaire des Populismes", Paris, Cerf, 2019
- de la Torre, Carlos, "Populist Seduction in Latin America", 2ª ed., Ohio University Press, 2010
- Pinto, José Filipe, "Populismo e Democracia – Dinâmicas Populistas na União Europeia", Lisboa, Edições Sílabo, 2017
- Hawkins, Kirk A., "Is Chavez Populist? Measuring Populist Discourse in Comparative Perspective", *Comparative Political Studies* 42 (8), 2009
- Honório, Cecília, "Populismo: Esquerda, Direita e Demoliberalismo", in "O Espectro dos Populismos", Lisboa, Tinta da China, 2018
- Ivaldi, Gilles, "De Le Pen à Trump: le défi populiste", Bruxelles, Editions de L'Université de Bruxelles, 2019
- Judis, John B., "The Populist Explosion", Nova Iorque, Columbia Global Reports, 2016
- Kaltwasser, Cristóbal Rovira, "Explaining the Emergence of Populism in Europe and the Americas", in Carlos de la Torre (ed.), "The Promise and Perils of Populism – Global Perspectives", University Press of Kentucky, 2015
- Krakovsky, Roman, "Le Populisme en Europe Centrale et Orientale", Fayard, 2019
- Laclau, Ernesto e Mouffe, Chantal, "Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics", Londres, Verso, 1985
- Laclau, Ernesto, "On Populist Reason", Nova Iorque e Londres, Verso, 2005
- Lazar, Marc, "Du populisme à gauche: le cas français et italien", in "Les Populismes", Vingtième Siècle, n° 56, Paris, Presses de Sciences Po, 1997
- Louçã, Francisco, "A maldição populista na bola de cristal do século XXI", in "O Espectro dos Populismos", Lisboa, Tinta da China, 2018
- Moffit, Benjamin, "The Global Rise of Populism – Performance, Political Style, and Representation", Stanford, California, Stanford University Press, 2016
- Mouffe, Chantal, "Por um Populismo de Esquerda", Gradiva, 2019
- Mudde, Cas e Kaltwasser, Cristóbal Rovira, "Populismo: Uma brevíssima introdução", Lisboa, Gradiva, 2017
- Müller, Jan-Werner, "Qu'est-ce que le Populisme? – Définir enfin la menace", Premier Parallèle, 2016
- Prentoulis, Marina, "Left Populism in Europe – Lessons from Jeremy Corbyn to Podemos", Londres, Pluto Press, 2021
- Richards, Steve, "The Rise of the Outsiders – How Mainstream Politics Lost its Way", Londres, Atlantic Books, 2017
- Rosanvallon, Pierre, "Le Siècle du Populisme", Paris, Seuil, 2020
- Rosas, Fernando, "Fascismo e Populismo: elementos para uma revisitação histórica", in "O Espectro dos Populismos", Lisboa, Tinta da China, 2018
- Taggart, Paul, "Populism", Filadélfia, Open University Press, 2000
- Taguieef, Pierre-André, "Le Populisme et la Science Politique", in Jean Pierre Rioux (ed.), "Les Populismes", Paris, Perrin, 2007
- Weyland, Kurt, "Clarifying a Contested Concept: Populism in the Study of Latin American Politics", *Comparative Politics* 41 (1), 2001

Europa, actor da governação mundial? É imperativo, parece impossível, mas há uma oportunidade

Maria João Rodrigues

Presidente da FEPS, Fundação Europeia de Estudos Progressistas

O projeto europeu está hoje confrontado com uma grande alteração de contexto e com desafios que só podem ser respondidos com uma nova ambição: fazer da Europa uma entidade mais política (e geopolítica), capaz de renovar o seu modelo de desenvolvimento e de influenciar a ordem mundial num sentido mais sustentável, justo, democrático e pacífico. Mais precisamente:

- as transformações ecológica e digital em curso só podem ser conduzidas com coesão social e territorial se contarem com instrumentos europeus de investimento de muito maior porte;
- o apoio dos cidadãos ao sistema democrático vai depender da capacidade deste para melhor responder aos seus problemas. Ora isso, contrariamente ao alegado pela extrema-direita, requer mais ação europeia para responder a problemas como a mudança climática, a regulação do comércio internacional ou a soberania digital;
- a guerra e a desordem mundial só podem ser vencidas se a Europa (1) reforçar a sua capacidade de defesa, segurança e resiliência, (2) promover alianças com uma grande variedade de parceiros internacionais e (3) impulsionar a reforma da governação global.

O projeto europeu vai precisar da reforma da governação global para sobreviver, mas, por isso mesmo, deve intervir ativamente nela jogando com o peso específico da Europa enquanto ele ainda é relevante. Os socialistas europeus – e os portugueses particularmente, por várias razões – podem

desempenhar um papel marcante na interface entre governação europeia e global se atualizarem o seu programa e ação nesse sentido. Para isso, têm de conseguir pensar para a além da guerra na Ucrânia, por muito dramática que ela esteja a ser, até porque pode ser esta a forma de a vencer. O presente ensaio vai, pois, concentrar-se no papel que a Europa pode e deve desempenhar na reforma da governação global, como uma das componentes relevantes do seu pensamento geopolítico e da sua ação externa. É imperativo, parece impossível, mas pode haver uma oportunidade...

1. Multilateralismo para o século XXI: porque é que precisamos de o reinventar?

A atual ordem global está a sofrer uma transformação de grande escala: desafios existenciais emergentes para toda a humanidade, desigualdades crescentes dentro e entre países e gerações, estratégias globais concorrentes entre grandes potências, fragilidades do sistema multilateral e grandes conflitos militares.

Existe um claro desfasamento entre os desafios globais que temos pela frente e o atual sistema de governação mundial. O Secretário-Geral das Nações Unidas convocou uma Cimeira das Nações Unidas sobre o Futuro para reformar a governação mundial e adotar um Pacto para o Futuro com compromissos sobre os objectivos políticos e as soluções para os concretizar, a realizar em setembro de 2024.

Esta iniciativa foi precedida por uma Cimeira das Nações Unidas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2023 e será seguida por uma Cimeira das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Social e sobre o Financiamento em 2025.

Esta sequência política ímpar constitui uma oportunidade única numa geração e deve ser plenamente aproveitada por todos os intervenientes que pretendam alterar a ordem mundial para um futuro melhor.

A posição a adotar pela UE deve ser particularmente debatida entre as forças socialistas na Europa e não só.

Ao longo das últimas décadas, surgiram novos desafios e aspirações que obrigaram o sistema multilateral a desenvolver novas ramificações para fazer face a esses desafios e aspirações, criando assim uma arquitetura complexa que apresenta atualmente várias inconsistências e falhas significativas. Além disso, o leque e a dinâmica dos atores globais relevantes são agora muito diferentes, uma vez que os atores incluem muitos novos países que aderiram ao sistema das Nações Unidas após a descolonização, bem como

novas grandes potências, organizações regionais, empresas multinacionais, organizações da sociedade civil e a cidadania global.

Estes novos desafios e estes novos intervenientes deram origem a um vasto conjunto de iniciativas globais que criam uma paisagem muito complexa de governação global: plataformas plurilaterais (como o G20), acordos bilaterais abrangentes (nomeadamente no domínio do comércio), organizações políticas regionais (como a União Europeia e a União Africana) e coligações de múltiplos intervenientes centradas em questões específicas (como o ambiente).

A concorrência entre as grandes potências também está a evoluir. Após o longo período bipolar EUA-URSS e a fase unipolar dos EUA após a queda do Muro de Berlim, a hegemonia americana parece agora enfraquecida pela emergência de novas grandes potências, nomeadamente a China. Mais recentemente, este mundo multipolar e este novo jogo de grandes potências parecem estar a atingir o nível de competição sistémica entre diferentes ordens globais potenciais.

No entanto, a história da humanidade está agora a chegar a uma nova fase. A humanidade não está apenas unida por aspirações comuns – paz, desenvolvimento, democracia, direitos humanos, acesso à cultura, ao conhecimento e às novas tecnologias. É também confrontada com novos desafios globais comuns que são considerados vitais – saúde humana, condições de vida, segurança geral, sobrevivência neste planeta. A governação mundial deve ser reinventada para fazer face a esta nova situação.

2. Quais são os principais cenários para a ordem mundial?

O primeiro cenário seria uma espécie de renascimento ocidental, particularmente se a substituição do Presidente Trump pelo Presidente Biden nos EUA for prolongada. Isso pode não mudar muito no que diz respeito à atitude americana em relação ao comércio, mas está a trazer uma nova atitude americana em relação ao clima ou aos padrões de direitos humanos, bem como um novo compromisso americano com o sistema da ONU. A invasão da Ucrânia pela Rússia pode favorecer este cenário.

O segundo reconhece que temos agora um novo mundo, e o cenário mais provável seria a fragmentação contínua da atual ordem global e a emergência de uma estrutura policêntrica com zonas de influência, incluindo a nova zona de influência ligada à China. Estes diferentes polos e zonas de influência podem também tender a tornar-se mais virados para dentro e a utilizar um sistema multilateral enfraquecido para as suas necessidades específicas.

Desde a invasão da Ucrânia pela Rússia de Putin, um terceiro cenário deve ser considerado, especialmente se a China estiver mais alinhada com a Rússia: uma nova Guerra Fria e uma grande fratura interna no sistema multilateral existente.

Por conseguinte, é necessário um quarto cenário: a renovação da cooperação internacional com um sistema multilateral atualizado para o século XXI deve ser o caminho a seguir. As hipóteses de concretização deste cenário dependem da criação de uma grande coligação de forças que envolva Estados, organizações regionais, entidades da sociedade civil de diferentes tipos e também cidadãos dispostos a fazê-lo, onde quer que se encontrem no mundo, mesmo sob regimes políticos autoritários e anti-multilaterais. Tratar-se-ia de uma coligação global de forças progressistas, que poderia contar com um núcleo de forças fortemente empenhadas, bem como com uma geometria variável de parceiros, em função dos diferentes objetivos. Assim, a Aliança para o Multilateralismo proposta pelos atores progressistas continua a ser um bom ponto de partida para evitar o risco de uma divisão importante da governação mundial entre as lideranças concorrentes dos EUA e da China. A União Europeia deve esforçar-se por ser uma força central desta aliança.

3. Posições socialistas para reformar a governação mundial

Os atuais desafios globais só podem ser ultrapassados com um novo modelo de desenvolvimento. Mas este só poderá emergir se for lançado um processo mais poderoso de cooperação internacional com base num Novo Acordo Global (*New Global Deal*). Estas são tarefas para a Cimeira do Futuro e para além dela.

3.1. Uma avaliação crítica da atual ordem mundial

Há um fosso cada vez maior entre os crescentes desafios globais e o atual sistema de governação mundial. Há cada vez mais desigualdades dentro dos países, entre países e entre gerações no que respeita às possibilidades de enfrentar estes desafios globais. Existe também um novo jogo geopolítico. O mundo é mais multipolar, a rivalidade entre os EUA e a China é visível em muitas frentes; o G7 é demasiado limitado para liderar o mundo, mas as alternativas possíveis, como os BRICS, também não são credíveis. A maioria dos países e da população mundial não quer

ser constrangida por esta rivalidade estratégica e está à procura de outra coisa.

Temos uma governação mundial fraca, ultrapassada e desequilibrada, e é evidente que a única forma de a reparar é através de um sistema multilateral mais eficaz, inclusivo e justo que lhe dê uma direção nova e legítima e crie esperança para as gerações futuras. É necessário um Pacto para o Futuro para reformar o atual sistema multilateral em várias frentes nos seus três pilares, da paz e segurança, dos direitos humanos e do desenvolvimento.

Apesar das opiniões políticas muito diferentes em todo o mundo, a agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) continua a ser uma das poucas agendas oficialmente acordadas que são amplamente aceites por todos os Estados-membros da ONU e conta com um apoio bastante amplo entre a opinião pública e as diferentes partes interessadas. No entanto, todos os relatórios mostram que a implementação da agenda dos ODS está atrasada e fora do caminho para alcançar os seus objetivos para 2030. E há países com muito menos condições para implementar essa agenda do que outros, mesmo que o desejem.

É urgente uma avaliação crítica para explicar estas dificuldades e é necessário um diálogo franco. As interações em jogo são cada vez mais complexas e é importante reconhecer o contraste entre as práticas positivas e as negativas que afetam a relação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento:

- Em tempos de transição verde urgente, a prática negativa é exportar as emissões de carbono para os países em desenvolvimento e a prática positiva é cooperar com eles para esta transição verde.
- O lado negativo é centrar-se na extração de recursos e o lado positivo é apoiar a sua atualização na cadeia de abastecimento global.
- O lado negativo é a exploração de oportunidades de mão-de-obra barata e o lado positivo é o desenvolvimento de novas competências e a melhoria do nível de vida dos trabalhadores.
- O lado negativo é a imposição de acordos comerciais desequilibrados e o lado positivo é a sua utilização para efeitos vantajosos para todos.
- A prática negativa consiste em bloquear a política industrial dos países em desenvolvimento em nome dos princípios do mercado livre e a prática positiva consiste em aceitá-la, desde que não se trate apenas de protecionismo.
- A prática negativa é a imposição de soluções digitais monopolistas para gerir dados e conceber algoritmos, e a prática positiva é a aceitação de soluções mais personalizadas.
- A prática negativa é a transferência de recursos fiscais dos países em desenvolvimento através da transferência de lucros, da evasão ou da fraude fiscal, e a prática positiva é a coordenação das regras fiscais globais para evitar que isso aconteça.
- A prática negativa é desencadear a emigração forçada para depois a bloquear, e a prática positiva é organizar a cogestão dos fluxos migratórios.
- A prática negativa é ceder a falhas no Estado de direito e na democracia, e a prática positiva é exigir a melhoria das normas de governação.

Alguns atores nos países desenvolvidos podem assumir que estas práticas negativas ainda são aceitáveis e que não é necessária uma maior cooperação, mas este é um pressuposto errado porque, mais cedo ou mais tarde, esta negligência será paga com maiores alterações climáticas, exposição a fluxos de imigração, pandemias, problemas financeiros, sociais, de segurança e, no final, perturbações políticas internas. Será que não veem que isto já está a acontecer?

3.2. Porque é que precisamos de um Novo Acordo Global

O desenvolvimento é um dos três pilares do sistema multilateral e está no centro do seu mal-estar. Por um lado, os países em desenvolvimento atingiram níveis diferentes, mas muitos sentem – e com razão – que estão a ser impedidos de alcançar os países desenvolvidos. Por outro lado, os países desenvolvidos vêem-se confrontados com a necessidade de alterar profundamente o seu modo de desenvolvimento. O problema já não é apenas “recuperar o atraso”, é avançar em conjunto para um novo modelo de desenvolvimento, o que exige um nível de cooperação muito mais elevado. Este deve ser o principal objetivo de um Novo Acordo Global (*New Global Deal*), um acordo para alcançar uma convergência ascendente para um novo modelo de desenvolvimento, a ser co-criado.

A principal responsabilidade de combater as desigualdades sociais internas com um Novo Contrato Social continua a ser a nível nacional, mas se perguntarmos se todos os países têm hipóteses semelhantes de implementar os ODS, a resposta é não. É por isso que precisamos de um quadro de apoio global mais forte, em que os países desenvolvidos apoiem ativamente os países em desenvolvimento em termos de tecnologia, comércio e financiamento, desde que estes cumpram os seus compromissos. Este deve ser o objetivo central de um *New Global Deal*. Um novo acordo mundial exige um novo contrato social e vice-versa.

Deve ser organizado um processo de convergência ascendente de países e gerações para melhores padrões e objetivos mais elevados de desenvolvimento sustentável a todos os níveis de governação, local, nacional, macrorregional e internacional.

Precisamos deste Novo Acordo Global (*New Global Deal*) por três razões principais:

- Aprofundar a cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento de acordo com uma abordagem em que todos podem ganhar: se os países em desenvolvimento agirem para avançar para um novo modelo de desenvolvimento, devem ser apoiados pelos países desenvolvidos; se os países desenvolvidos aceitarem apoiar os países em desenvolvimento, devem beneficiar de novas oportunidades

económicas, e também da melhoria do contexto global, com mais sustentabilidade e equidade.

– Organizar a ação conjunta e coordenada necessária para fornecer bens públicos que só podem ser fornecidos a nível global: combater as alterações climáticas, as pandemias, as grandes catástrofes naturais e humanas, as recessões económicas globais, as ameaças nucleares e digitais.

– Incluir as preocupações das gerações futuras – e a sobrevivência da humanidade – em todos os sistemas de governação públicos e privados a todos os níveis, com base na previsão e no debate público sobre as escolhas possíveis; numa perspetiva de longo prazo, as necessidades e os interesses dos países em desenvolvimento tendem a coincidir com as necessidades e os interesses das gerações futuras.

É necessário um debate mais pormenorizado sobre os termos exactos deste *New Global Deal* em diferentes domínios políticos e este ensaio propõe prioridades fundamentais para muitos deles a nível nacional e mundial.

3.3. Mudanças políticas fundamentais para um novo modelo de desenvolvimento

O que está em causa é uma maior cooperação internacional para criar um novo modelo de desenvolvimento, que deve envolver as seguintes mudanças políticas fundamentais:

É importante aumentar a consciencialização geral sobre as novas fronteiras emergentes: as planetárias, as humanas e as tecnológicas. Devem ser chamadas fronteiras na medida em que estabelecem limites absolutos e são assinaladas por pontos de viragem irreversíveis com ameaças existenciais para a humanidade. É o caso atual das alterações climáticas, das pandemias, da fome e das migrações em grande escala, das armas nucleares e cibernéticas, incluindo a IA. Isto é ainda mais grave quando diferentes fronteiras entram em contradição, como a que existe entre a luta contra a fome, por um lado, e a luta contra a desflorestação e as alterações climáticas, por outro – um dilema que existe em muitas regiões do mundo.

Neste contexto, a principal referência para a equidade global não pode ser apenas ecológica, mas deve ser também social. Isto significa que, numa negociação internacional sobre alterações climáticas, o que deve ser comparado não é apenas o nível nacional de emissões de carbono, mas também o consumo de carbono per capita e as emissões de carbono das cadeias de abastecimento globais que sustentam este consumo. O mesmo deveria aplicar-se, de forma mais geral, à utilização per capita dos recursos naturais. Isto significa que um nível de vida sustentável para a humanidade deve ser definido regularmente para conduzir a uma convergência ascendente em direção a um mundo mais justo, tendo em conta estes limites.

No entanto, os atuais apelos pós-modernistas a uma economia pós-crescimento não se justificam. O crescimento é necessário e possível, mas com uma qualidade diferente. O crescimento continua a ser possível, desde que seja menos intensivo em carbono e recursos naturais. O crescimento é também necessário para satisfazer as necessidades humanas de uma população em expansão, para criar empregos e financiar a proteção social. Este crescimento criará também o tipo de poder de compra que é um dos principais motores da mobilidade social ascendente e da transição justa para o desenvolvimento sustentável.

Tendo em conta as novas aspirações de bem-estar e de respeito pelo planeta, temos de alterar fundamentalmente a forma como medimos a prosperidade para além do PIB. Isto terá implicações cruciais a todos os níveis, nomeadamente na forma como estabelecemos normas, atribuímos valor, remuneramos e tributamos as atividades, com implicações gerais na redistribuição do rendimento. Por exemplo, as atividades de prestação de cuidados são cada vez mais necessárias para satisfazer as necessidades humanas de uma população em expansão; por conseguinte, o seu valor deve ser reconhecido e remunerado em conformidade. Em contrapartida, as atividades de poluição ou de esgotamento da biodiversidade reduzem o valor e devem ser tributadas. Mais cedo ou mais tarde, os nossos sistemas contabilísticos nacionais devem ser adaptados em conformidade e as nossas economias inteiras funcionarão de uma forma muito diferente, mais alinhada com um novo Contrato Social e um Novo Acordo Global. Uma Convenção Internacional para atualizar os termos para medir a criação de riqueza também se torna urgente.

A reforma mais poderosa para impulsionar esta nova trajetória de desenvolvimento sustentável, reduzir as desigualdades sociais e construir um novo contrato social é ligar todos os empregos, qualquer que seja o seu estatuto – permanente, precário ou independente –, qualquer que seja o tipo de empresa, sector ou região, a um sistema universal de proteção social. Este sistema de proteção social deve poder cobrir os principais riscos do envelhecimento, da saúde e do desemprego e contar com contribuições obrigatórias de todos os que têm emprego. Esta é também a forma mais inteligente de formalizar os empregos informais, tanto nos países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos, reduzindo a sua atual percentagem de 60% do número global de empregos. Ligar os países em desenvolvimento ao Acelerador Global do Emprego e da Proteção Social e financiá-lo de forma coerente pode fazer uma diferença decisiva, nomeadamente para combater a pobreza absoluta e relativa – ODS fundamental para alcançar todos os outros.

O investimento mais poderoso para implementar todos os ODS e reduzir as desigualdades sociais nos países e entre países continua a ser a educação, porque promove a mobilidade social ascendente, acelera a divulgação de conhecimentos e tecnologias e proporciona uma governação mais inclusiva e democrática. O acesso a melhores possibilidades de educação pode ser alavancado pela transformação digital: as plataformas de aprendizagem, o software e a IA, adaptados a diferentes tipos de participantes, podem proporcionar uma nova infraestrutura para a aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente se esta for combinada com a expansão das competências digitais.

As mulheres não são uma categoria social específica, são sim metade da humanidade. É por isso que a igualdade de acesso à educação e a empregos mais bem remunerados seria a transformação societal com os melhores resultados em várias frentes, não só para respeitar os direitos humanos e aumentar a equidade social, mas também para aumentar a produtividade total e a qualidade humana dos produtos e serviços, bem como para reforçar a proteção social e melhorar a governação para o desenvolvimento sustentável em todo o lado. Uma revisão geral da legislação para promover a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios é uma tarefa fundamental que não deve continuar a ser adiada.

A maior parte da atividade económica atual é impulsionada por cadeias de abastecimento globais que devem ser encaradas como entidades económicas fundamentais, muitas vezes lideradas por empresas multinacionais e envolvendo uma rede diversificada de empresas e fornecedores. Estas entidades económicas não só devem ser encorajadas a contribuir para os ODS, como também devem ser responsabilizadas em termos de responsabilidade ambiental, social e económica. Uma vez que se trata tipicamente de uma questão de governação global, o sistema multilateral deve atualizar os seus atuais quadros ambientais, sociais, tecnológicos, comerciais e financeiros para lidar com estas novas entidades económicas.

O papel crescente das plataformas digitais na reorganização de todos os sectores económicos exige um esforço de regulamentação para definir normas globais de base relativas à segurança e à qualidade dos dispositivos de interface com os clientes, à propriedade e gestão dos dados e aos princípios de base para a criação dos algoritmos subjacentes aos novos serviços e produtos. Isto é igualmente relevante para as plataformas gerais, que são, de facto, as infraestruturas das economias e sociedades digitalizadas. A definição de normas globais e a responsabilização por estas plataformas digitais também ajudarão a evitar o risco de dissociação, mesmo que devam ser permitidas diferentes plataformas alternativas para

satisfazer diferentes preferências sociais ou culturais. O conceito de infraestruturas públicas digitais (DPI) é particularmente promissor para a prestação de melhores serviços públicos.

A dissociação económica entre diferentes polos económicos tornar-se-ia um jogo de “perde-ganha” para todas as partes envolvidas, mas poderá ser necessária uma redução equilibrada dos riscos para diminuir algumas dependências estratégicas. Desde que se evite o protecionismo sistémico, esta pode tornar-se uma nova razão para uma política industrial ativa, que se junta a outra razão imperiosa, que é a criação de capacidades através da combinação dos fatores produtivos relevantes. Esta nova forma de política industrial, mais próxima da política de inovação, deve fazer parte de um consenso pós-Washington para todos os países, e não apenas para aqueles que podem pagar.

Esta é uma das razões pelas quais o espaço orçamental é importante. A maioria das grandes transformações subjacentes à implementação dos ODS – as ambientais, tecnológicas, digitais, educativas e sociais – requerem investimentos de muito maior escala e a longo prazo. Há provas suficientes do passado recente de que a imposição de austeridade com o objetivo de reequilibrar o orçamento pode tornar-se contraproducente, uma vez que reduz o potencial de crescimento e as receitas públicas. É necessária outra abordagem para o reequilíbrio orçamental, a fim de garantir um espaço orçamental de base para investimentos e reformas que são cruciais para aumentar este potencial de crescimento. Esta deve ser também a abordagem adoptada para os instrumentos internacionais de apoio financeiro, quer se trate de redução da dívida, de luta contra os choques ou de investimento a longo prazo, e que devem funcionar com base numa condicionalidade positiva: o apoio financeiro pode ser concedido, desde que os investimentos e as reformas previstos sejam realizados pelo país apoiado.

A caixa de ferramentas do financiamento internacional deve ser atualizada: a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) deve ultrapassar a sua abordagem pós-colonial; os bancos de desenvolvimento devem ser reformados para melhor impulsionar o investimento privado; devem ser introduzidas novas formas de parcerias de investimento com maior responsabilização; os direitos de saque especiais (DSE) devem ser redireccionados para os países mais necessitados; os fundos mundiais, como o Fundo Verde para o Clima, devem ser financiados não só por contribuições intergovernamentais, mas também por novas formas de tributação mundial. Todos estes instrumentos deveriam também ser utilizados para promover a co-criação tecnológica entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento a um

nível muito mais elevado. Atualmente, a produção e a difusão de conhecimentos são factores críticos para uma convergência ascendente mais rápida no sentido do desenvolvimento sustentável.

A coordenação fiscal global está a emergir como um pilar fundamental de uma nova arquitetura financeira. Em primeiro lugar, para combater a evasão e a fraude fiscais que estão a esgotar os saldos orçamentais nacionais e a aumentar o endividamento público. Em segundo lugar, para reforçar os instrumentos de apoio financeiro internacional para uma convergência ascendente na agenda dos ODS. E, em terceiro lugar, para financiar o fornecimento de bens públicos mundiais e proteger os bens comuns mundiais. A resolução para a convenção fiscal das Nações Unidas recentemente adotada é certamente um passo na direção certa.

A necessidade de instrumentos internacionais de apoio financeiro mais fortes é ainda mais evidente quando existem bens públicos mundiais que só podem ser fornecidos com uma maior coordenação global, como as respostas às alterações climáticas, às pandemias e às grandes catástrofes naturais ou a proteção dos bens comuns mundiais.

As várias mudanças políticas acima identificadas baseiam-se igualmente no reconhecimento dos efeitos de arrastamento das trajetórias de desenvolvimento de alguns países (nomeadamente do Norte) sobre outros (nomeadamente do Sul). Várias repercussões foram identificadas e confirmadas por análises recentes, tais como a maior pegada de carbono da produção e do consumo no Norte global, as condições de trabalho menos favoráveis nos países em desenvolvimento envolvidos nas cadeias de abastecimento globais, a fuga de cérebros e de capitais do Sul para o Norte ou as vantagens específicas decorrentes de moedas de reserva mais fortes.

Estas mudanças políticas devem ser introduzidas para reduzir estes efeitos colaterais negativos ou para os compensar, a fim de garantir um quadro de governação mundial que possa apoiar melhor a realização dos ODS para todos os países e todas as gerações. Este reconhecimento constitui a base do princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, na luta contra as desigualdades estruturais. O reconhecimento das diferentes capacidades e da necessidade de solidariedade quando se enfrentam catástrofes naturais ou civis é também um importante princípio complementar. Estes dois princípios devem também ser tidos em conta na criação de um quadro global para proteger os bens comuns mundiais, como os oceanos, as florestas, o ciberespaço e o espaço exterior.

Um novo multilateralismo exige não só a definição de regulamentos globais atualizados para as grandes transformações em curso – ecológicas, digitais e sociais –, mas também o reconhecimento de que os Estados

partilham responsabilidades comuns mas diferenciadas para promover os bens públicos mundiais e proteger os bens comuns mundiais. Este aspeto deve estar no centro de um Novo Acordo Global. Para tal, é necessário que as instituições públicas multilaterais sejam responsáveis perante todos os seus membros, estejam abertas a uma diversidade de pontos de vista e a novas vozes e contem com sistemas equilibrados e legítimos de resolução de litígios.

4. Nota final: até que ponto a guerra na Ucrânia pode perturbar este processo de reforma?

Uma última questão difícil, mas importante: até que ponto a guerra na Ucrânia pode perturbar todo este processo de reforma, criando uma nova ordem global e uma nova ordem europeia marcada pela fragmentação e pelo confronto entre grandes potências?

Isso dependerá também da forma como a União Europeia será capaz de reagir em diferentes frentes:

- desenvolvendo a sua capacidade de defesa, incluindo a manutenção e a construção da paz, tal como previsto na bússola estratégica da UE atualmente adotada, em articulação com a NATO. Tal deverá envolver também a nova dimensão da guerra, a cibersegurança;
- pressionando a Rússia com as suas armas financeiras, económicas e militares, com o objetivo de forçar um acordo de cessar-fogo;
- assegurando a resiliência interna na alimentação, energia, indústria e protegendo os grupos mais vulneráveis dos aumentos do custo de vida.

O objetivo é isolar a agenda neoimperialista duma Rússia liderada por Putin, construindo uma grande coligação de forças e neutralizando forças ambíguas, como a China. Parece-me que uma abordagem do “Ocidente contra o resto” seria uma abordagem errónea.

Acima de tudo, a União Europeia deve organizar-se como um ator político global capaz de influenciar o jogo internacional, defendendo uma governação global baseada em regras e salvaguardando as instituições multilaterais. Estamos num mundo novo e, se quisermos que o sistema multilateral tenha futuro, temos de construir uma coligação de forças muito maior, eventualmente com geometrias variáveis. Também porque existem desafios comuns e prementes para a humanidade no seu conjunto, que só podem ser resolvidos através de uma governação mundial inclusiva.

DOCUMENTO

Um original histórico de Jorge Sampaio

Porfírio Silva

Com vista às eleições autárquicas de 1989, Jorge Sampaio, então Secretário-Geral do PS, tomou uma decisão inédita – e surpreendente, para aqueles tempos – quanto à candidatura socialista a Lisboa. Essa decisão destinava-se a criar uma saída forte para uma situação política difícil, quer no plano externo (a direita liderava a autarquia e, à esquerda, a coligação APU, liderada pelo PCP, tinha uma representação bastante superior à dos socialistas nos órgãos autárquicos), quer no plano interno (a crise que levou à demissão de Vítor Constâncio de Secretário-Geral refletira-se, também, na dificuldade em encontrar um candidato a Lisboa que a direção do partido desejasse). A decisão consistiu em candidatar o próprio Secretário-Geral a Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, associando a essa candidatura o socialista que mais publicamente se dispunha a travar tal combate, João Soares, num movimento político que passava por uma coligação pré-eleitoral formal envolvendo o PCP.

Assim, Jorge Sampaio avançou, com lucidez e coragem política, para uma candidatura à Câmara de Lisboa que, sob a sua liderança, juntava socialistas e comunistas (integravam a coligação PS, PCP, MDP-CDE, PEV), sem desconhecer tudo o que não deixava de diferenciar essas duas forças políticas da esquerda portuguesa.

Ora, nesse ano de 1989, cai o Muro de Berlim, um dos momentos mais marcantes da evolução a Leste que tinha sido espoletada pela liderança de Mikhail Gorbatchev na União Soviética. Nada havia de contraditório na opção política proposta por Sampaio: o nosso apego ao socialismo democrático não estava em causa, a nossa pertença à esquerda não merecia dúvidas, a Coligação Por Lisboa não diluía a identidade de cada força política participante e não era trocada por nenhum silêncio ou qualquer ambiguidade. No entanto, a direita (especificamente, no tocante a este episódio, o PSD) entendeu que podia tentar atralhar a candidatura de Jorge Sampaio com um debate parlamentar sobre a Europa de Leste, tentando estilhaçar as autárquicas com um desentendimento entre PS e PCP sobre o Leste.

O debate fez-se, mas saiu o tiro pela culatra aos inventores da ocasião. Até o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, se recusou a alinhar nos aspetos mais caricatos daquela manobra política: fez, no debate na Assembleia da República, um discurso enorme, cerca de 100 páginas dactilografadas, mas que era mais um relatório diplomático do que uma peça de combate político. A bancada do PSD, onde pontificava Pacheco Pereira, mobilizou-se: a imprensa da época diz que todos os vice-presidentes do grupo parlamentar fizeram pedidos de esclarecimento a Jorge Sampaio, que, sendo secretário-geral do partido, fez a intervenção de fundo pelo PS. Adriano Moreira, então líder do CDS, fez um discurso de grande seriedade, ignorando qualquer matéria que pudesse ir no sentido pretendido pelo PSD (manipular para política interna e disputa autárquica um assunto da maior importância para a humanidade) e, no fim, foi cumprimentar Jorge Sampaio pela sua prestação. O PCP defendeu-se como podia, estando, na altura, em fase de reconhecer que nem tudo tinha corrido bem no “socialismo real”. Jorge Sampaio, pelo seu lado, fez um discurso onde não fugiu a questão nenhuma, desassombrado, não esquecendo nenhum dos valores do socialismo democrático, enquanto reconhecia o tipo de diálogo que era preciso ter com os comunistas. Foi uma grande tarde parlamentar. O vespertino Diário de Lisboa relatou uma frase de Jorge Sampaio, numa resposta, onde fazia um retrato claríssimo da pequenez do PSD naquele debate: “Para os senhores deputados da Maioria, a cimeira Bush-Gorbachov, a cimeira da Nato, há dois dias, e a cimeira da Comunidade, daqui a quatro, não interessam para este debate: o que vos interessa é medir o Terreiro do Paço e a Rua da Betesga”.

Na altura – aqui associo, ao documento que vamos publicar, a minha parte de memória pessoal – eu era ainda quase um rapaz, ainda militante da Juventude Socialista, e era (*pro bono*) um dos assessores do Secretário-Geral Jorge Sampaio para as questões internacionais, cabendo-me,

precisamente, o dossier das relações Leste-Oeste. Estivemos, por isso, em condições de ajudar a construir uma posição de acolhimento favorável dos socialistas portugueses às reformas democráticas da *glasnost* e da *perestroika*, quando a desconfiança herdada da guerra fria ainda era predominante (mesmo entre os socialistas portugueses, que tradicionalmente não tinham adotado posições oficiais sequer aparentadas da *Ostpolitik* – política de Leste – de Willy Brandt). O Secretário Internacional do PS era Nuno Brederode Santos, que tinha assumido essa responsabilidade quando Jorge Sampaio teve de as deixar para assumir a liderança partidária. Coube-nos, portanto, a Brederode e a mim, preparar o rascunho daquele discurso, discurso finalmente proferido no debate que teve lugar a 5 de dezembro de 1989.

Assisti ao debate parlamentar nas galerias do público e, no fim, o deputado Jorge Sampaio, líder do PS, saiu do hemiciclo e foi ter comigo, precisamente à galeria do público, para me agradecer a colaboração e para me oferecer o original da sua intervenção, onde ele tinha riscado, corrigido, acrescentado, sobre o papel que o Nuno e eu tínhamos preparado. Não tem importância nenhuma, mas tem: Jorge Sampaio tinha um verdadeiro respeito por todas as pessoas, designadamente por aquelas que trabalhavam com ele, e olhava para as pessoas como pessoas, nunca como peões de um jogo. Muitos cidadãos deste país puderam testemunhar isso. Eu testemunho-o aqui, com o pequeno episódio relatado: no mesmo ato, reúne grande visão política, um olhar atento e lúcido sobre o mundo na sua globalidade, coragem e desassombro para afirmar valores e ideias e, ao mesmo tempo, a atitude permanente de nunca esquecer as pessoas concretas que encontrava na sua vida. Por mais insignificantes que fossem no grande jogo, que era a minha posição.

Pelo significado político, e memorial, que possui este documento, damo-lo a conhecer no Portugal Socialista. Trata-se de uma reprodução do original (o qual guardo comigo) usado naquela intervenção parlamentar por Jorge Sampaio, com anotações, cortes, emendas da sua mão.

Esperamos, com esta publicação, entusiasmar outros socialistas a darem a conhecer, nas nossas páginas, outros documentos que deveríamos preservar como peças da história partilhada dos socialistas portugueses.

Dep. Jorge Sampaio

Senhor Presidente,

...

AS PROFUNDAS TRANSFORMAÇÕES QUE OCORRÊM NESTES DIAS EM PAÍSES DO CENTRO E DO LESTE DA EUROPA, A EXTRAORDINÁRIA CORRENTE DE ESPERANÇA QUE DESPERTAM POR TODO O MUNDO, O RITMO EXTRAORDINÁRIO A QUE AVANÇAM E AS PROFUNDAS IMPLICAÇÕES QUE DESENCADÉIAM - BEM MERECEM ESTE DEBATE.

ESTAMOS HOJE MAIS PERTO DE CHEGAR A CONSTRUIR UM ESPAÇO, NO CONTINENTE EUROPEU, ONDE OS ^{princípios} ~~valores~~ DE LIBERDADE, DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA SOCIAL, SE TORNEM PATRIMÓNIO COMÚM DE TODAS AS NAÇÕES E REALIDADE FRUÍDA POR TODOS OS CIDADÃOS.

E ESSE PROCESSO AVANÇA TODOS OS DIAS. A PALAVRA E O GESTO LIBERTAM-SE A CADA HORA. PELA MÃO DE POVOS QUE PERDERAM O MEDO; PORQUE, COMO DISSE RECENTEMENTE O PRESIDENTE MITTERRAND, "OS POVOS MOVEM-SE, E, QUANDO OS POVOS SE MOVEM, ELES DECIDEM".

QUANDO OS POVOS SE MOVEM, OS MUROS DA GUERRA FRIA DEIXAM DE SER BARREIRAS, PARA SE TORNAREM CATALIZADORES DA ACÇÃO.

PARA TODOS AQUELES QUE, COMO OS SOCIALISTAS, SEMPRE TIVERAM UMA POSIÇÃO CLARAMENTE A FAVOR DA DEMOCRATIZAÇÃO DE TODO O ESPAÇO EUROPEU, O MOVIMENTO ACTUAL É APAIXONANTE, É OCASIÃO DE ENORMES ESPERANÇAS CONCRETAS - E TAMBÉM OCASIÃO DE DEBATES OPORTUNOS E POLÊMICAS NECESSÁRIAS.

PELA SUA DIMENSÃO, OS FENÓMENOS QUE SE REGISTAM A LESTE VÊM SUSCITAR TRÊS ORDENS DE POLÊMICAS.

UMA, TRADUZIDA EM EPISÓDIOS FACTUAIS E INTERNOS, ENVOVENDO PESSOAS OU ÓRGÃOS - ESSA É UMA QUESTÃO DO PCP, QUE ELE RESOLVERÁ SE QUISER ^{e poder} ~~o poder~~. NÃO NOS METEMOS NELA, TAL COMO NÃO O FAZEMOS COM OS DEMAIS PARTIDOS.

OUTRA, QUE SE REFLECTE NA ANTIQUISSIMA DISCUSSÃO DA ESQUERDA, E ESSA INTERESSA-NOS. E ENTENDEMOS QUE A EVOLUÇÃO QUE SE ESTÁ A DAR VEM CONSAGRANDO A MELHOR RAZÃO HISTÓRICA DO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO OCIDENTAL E DA INTERNACIONAL SOCIALISTA SOBRE O COMUNISMO ~~o comunismo~~ E A III INTERNACIONAL. É UM DEBATE

OS FINS NÃO JUSTIFICAM OS MEIOS E, POR ISSO, A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA É O NOSSO VALOR MAIS SAGRADO. É APRENDEMOS COM A HISTÓRIA QUE OS GRANDES MALES SE PRATICAM EM NOME DOS IDEAIS MAIS SUBLIMES.

NÃO ESTAMOS AMPUTADOS DE UTOPIA, TEMOS AS NOSSAS. E SÃO GALVANIZANTES. MAS PORQUE NENHUMA UTOPIA MERECE SER PROSEGUIDA CONTRA A VONTADE POPULAR, É ESTA, SEMPRE, PELO SUFRÁGIO, QUE NOS DIRÁ ATÉ ONDE PODEREMOS IR. E ENTÃO IREMOS. MAS SEMPRE REVERSIVELMENTE. PORQUE UM POVO TEM DIREITO A MUDAR DE IDEIAS E ISSO TEM DE SER PERIODICAMENTE SUFRAGADO.

NÃO TEMOS COMPLEXOS. NO MUNDO, COMO NO PAÍS, SEMPRE OS SOCIALISTAS SE BATERAM PELOS VALORES DEMOCRÁTICOS. QUANDO ISSO FOI NECESSÁRIO, FIZERAM-NO CONTRA OS COMUNISTAS. [REDACTED]
[REDACTED]. E, EM COERÊNCIA COM ISSO, BATEMOS-NOS CONTRA A DITADURA DE SALAZAR. NO DESERTO DA SOLIDARIEDADE DE TANTOS QUE OCUPAM A BANCADA DO PSD, ESTIVEMOS TAMBÉM MUITAS VEZES AO LADO DOS COMUNISTAS. TAMBÉM SEM COMPLEXOS. NÃO HÁ QUE TER PROBLEMAS DE CONSCIÊNCIA QUANDO SE É FIEL A VALORES.

ENTRETANTO, O MUNDO EVOLUIU. E TODOS NÓS COM ELE. E OS SOCIALISTAS DEMOCRÁTICOS EUROPEUS TAMBÉM. ESSA EVOLUÇÃO DO MUNDO RECEBEMO-LA COM APAIXONADA EXPECTATIVA, MAS SERENOS DE ALMA E DE RAZÃO. PORQUE ELA TEM VINDO A PROCESSAR-SE GLOBALMENTE PELA APROXIMAÇÃO DOS OUTROS AOS NOSSOS VALORES E ÀS NOSSAS BANDEIRAS.

É ASSIM QUE DIZEMOS AOS COMUNISTAS QUE ACEITAR O PLURALISMO E AS LIBERDADES POLÍTICAS E ECONÓMICAS E OS DIREITOS INDIVIDUAIS, IMPLICA DEIXAR DE ADJECTIVAR A DEMOCRACIA COMO BURGUESA, DEIXAR DE A VER COMO ETAPA INSTRUMENTAL, E ADERIR À DEMOCRACIA REPRESENTATIVA VISTA COMO VALOR FUNDAMENTAL DA LEGITIMIDADE DE RAZÃO E PODER POLÍTICOS. QUE ACEITAR O ESTADO DE DIREITO É RENEGAR A DITADURA DO PROLETARIADO E A SOCIEDADE TERMINAL, SEM CLASSES E SEM ESTADO. ~~_____~~
~~_____~~

MAS A TERCEIRA QUESTÃO, E A MAIS PRÓPRIA DO ÓRGÃO QUE ESTA ASSEMBLEIA É, RESIDE EM NOS QUESTIONARMOS SOBRE O QUE ESTÁ A SUCEDER NO LESTE EUROPEU, DE QUE MODO O ESTADO PORTUGUÊS ENCARA ESSES PROCESSOS, E QUE POSTURA OU QUE INICIATIVAS DEVE TOMAR EM CONFORMIDADE.

OS SOCIALISTAS NÃO DESCOBRIRAM O LESTE ONTEM, NÃO FORAM
APANHADOS DE SURPRESA PELOS ACONTECIMENTOS. SEMPRE ESTIVERAM, COM
CLAREZA, DO LADO DA REIVINDICAÇÃO PELA LIBERDADE, PELOS DIREITOS
HUMANOS E DE PARTICIPAÇÃO CÍVICA, PELA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA
DEMOCRÁTICA REPRESENTATIVA.

COMO EM NENHUM MOMENTO, PARA O PS, O NOSSO PROJECTO FOI
CONCEBÍVEL SEM DEMOCRACIA. NUNCA FIZÉMOS NENHUMA CONFUSÃO ENTRE
SOCIALISMO DEMOCRÁTICO E O AUTO-APELIDADO "SOCIALISMO REAL". SÓ
PODE CONFUNDIR ESSAS DUAS REALIDADES E PROJECTOS TÃO ANTAGÓNICOS,
QUEM CAREÇA ABSOLUTAMENTE DA FORMAÇÃO CULTURAL E IDEOLÓGICA
NECESSÁRIA A UM DIRIGENTE POLÍTICO. QUANDO
ALGUNS IDENTIFICAM SOCIALISMO E COMUNISMO, EXIBINDO UMA
CONFRANGEDORA AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO HISTÓRICA, MOSTRAM PERCEBER
TÃO POUCO DE GEOGRAFIA POLÍTICA QUE TALVEZ SEJAM CAPAZES DE
CONFUNDIR, POR EXEMPLO, A SUÉCIA COM A ROMÊNIA.

COMO PARTICIPAMOS DESTA BATALHA HÁ MUITO TEMPO, CONTINUAMOS
FIRMES NA MESMA IDENTIFICAÇÃO ENTRE LIBERDADE E JUSTIÇA SOCIAL.
PODEMOS, POR ISSO, AVALIAR OS ACONTECIMENTOS COM JUSTEZA E
LUCIDEZ:

 [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

6/15
[REDACTED]

Sim
PELA NOSSA PARTE, SEMPRE TIVÉMOS CAPACIDADE PARA ENTENDER O QUE ESTAVA EM CAUSA. E MAIS: NÃO PERDEMOS O SENTIDO CRÍTICO, NEM O RIGOR DO CRITÉRIO, COM AS PRIMEIRAS MOVIMENTAÇÕES. / NUMA DAS VÁRIAS OCASIÕES EM QUE EQUACIONEI SEM AMBIGUIDADES ESSE PROBLEMA, AFIRMEI (NO PASSADO MÊS DE MARÇO):

"NÃO HAVERÁ 'CASA COMUM EUROPEIA' SE, NESSA CASA, SE MANTIVER UMA DISTRIBUIÇÃO MARCADAMENTE DESIGUAL DE AUTODETERMINAÇÃO E DE DIREITOS HUMANOS INDIVIDUAIS E SOCIAIS. DIZER ISTO SIGNIFICA QUE APOIAMOS TUDO O QUE CAMINHE NO SENTIDO DO PLURALISMO POLÍTICO RECONHECIDO E PROTEGIDO, DA LIBERDADE SINDICAL E DA LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO EM GERAL, DA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E DE EXPRESSÃO. DIZER ISTO NÃO CONSTITUI UM ATAQUE A ESSA CASA COMUM, SENDO ANTES UMA REIVINDICAÇÃO DE UMA CASA COMUM

DE QUALIDADE, ONDE TODOS SINTAM QUE ELA É DESEJÁVEL E HABITÁVEL."

DESTACAMOS, ENTRETANTO, O FACTO DE OS ACONTECIMENTOS RECENTES NO LESTE VIREM CONTRIBUIR PODEROSAMENTE PARA AVANÇARMOS NO SENTIDO DE UM OBJECTIVO QUE REPETIDAS VEZES ENUNCIÁMOS: O DE DIMINUIR O PESO DA FORÇA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. SEMPRE DEFENDEMOS A NECESSIDADE DE REDUZIR O ESFORÇO ESPECIFICAMENTE MILITAR NECESSÁRIO À MANUTENÇÃO E REFORÇO DA SEGURANÇA. POR ISSO NOS EMPENHAMOS COERENTEMENTE NUM PROCESSO DE DESARMAMENTO MÚTUO, CONTROLADO, SIMULTÂNEO E ASSIMÉTRICO, COMO CONTRIBUTO PARA UM REFORÇO DA SEGURANÇA DE TODAS AS PARTES.

NO CONTEXTO DA PERTENÇA DO NOSSO PAÍS À ALIANÇA ATLÂNTICA, SEMPRE ENTENDEMOS QUE ESSE ERA UM FÓRUM ADEQUADO A UMA INTERVENÇÃO CONCERTADA DAS DEMOCRACIAS OCIDENTAIS PELA MELHORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. NO ACTUAL MOMENTO, ESSE INSTRUMENTO CONTINUA A SER ÚTIL E NECESSÁRIO À GESTÃO DA CENA MUNDIAL, CONTINUA A PROPORCIONAR UM QUADRO POSITIVO DE CONCERTAÇÃO ENTRE ALIADOS E DE NEGOCIAÇÃO ENTRE BLOCOS.

ESTA ALIANÇA, QUE CONTINUA A SER NECESSÁRIA A UM EQUILÍBRIO PRODUTIVO ENTRE ESTABILIDADE E MUDANÇA, TEM INEVITAVELMENTE QUE OPERAR UMA TRANSFORMAÇÃO DO SEU PAPEL, ALARGANDO A SUA FUNÇÃO DE CONCERTAÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA E DIMINUINDO O PESO RELATIVO DA

SUA COMPONENTE MILITAR. ESSES DESAFIOS TORNAM AINDA MAIS DECISIVA A QUESTÃO DE SABER QUE CONTRIBUTO ESTÁ PORTUGAL EM CONDIÇÕES DE DAR A ESSE PROCESSO.

Sim
ESSE CAMINHO PASSA, POR OUTRO LADO, POR UMA MAIOR CAPACIDADE DA EUROPA DEMOCRÁTICA A QUE PERTENCEMOS PARA ORGANIZAR UMA FORMA PRÓPRIA DE EXPRESSAR OS SEUS INTERESSES EM MATÉRIA DE SEGURANÇA

Sim
- POR UM APROFUNDAMENTO DA CAPACIDADE DAS DIVERSAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS PARA SE PRONUNCIAREM SOBRE AS QUESTÕES CONCERNENTES AO CONTINENTE;

- POR UM REFORÇO DA CAPACIDADE DOS PAÍSES EUROPEUS PARA DEFINIREM POSIÇÕES PRÓPRIAS, DE CONJUNTO;

- PELA CONSAGRAÇÃO DE UM INSTRUMENTO INSTITUCIONAL ESPECÍFICO PARA A COOPERAÇÃO EUROPEIA EM MATÉRIA DE SEGURANÇA, QUE GARANTA O CONCURSO DE TODOS OS INTERESSADOS E DEMONSTRE CONDIÇÕES DE EFICÁCIA PRÁTICA E POLÍTICA.

ESTE PONTO COLOCA A QUESTÃO DE SABER QUE PAPEL TEM DESEMPENHADO E PRETENDE DESEMPENHAR O NOSSO PAÍS NA UNIÃO EUROPEIA OCIDENTAL, E, ALÉM DISSO, QUE DEFENDE O NOSSO PAÍS COMO FUNDADOR DESSA ORGANIZAÇÃO NO FUTURO SISTEMA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO NOSSO CONTINENTE.

~~ALIÁS, AS PROFUNDAS MUDANÇAS A QUE ASSISTIMOS HOJE NA EUROPA CENTRAL E DE LESTE COLOCAM INTERROGAÇÕES DE FUNDO SOBRE A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO SISTEMA INTERNACIONAL NESTE ESPAÇO.~~



NÃO PODEMOS, APRESSADAMENTE, TER PRETENSÕES A UMA ORGANIZAÇÃO UNITÁRIA DO NOSSO CONTINENTE, A UMA SOLUÇÃO ÚNICA QUE DISSOLVA TODAS AS DIFERENÇAS E CONTRADIÇÕES EXISTENTES. MAS A COMUNIDADE EUROPEIA PODE FUNCIONAR COMO PÓLO ESTRUTURANTE DE UMA MALHA DE ORGANIZAÇÃO EUROPEIA PLURAL, ONDE CONVIRJAM VÁRIOS CONTRIBUTOS E VÁRIOS PROCESSOS, VALORIZANDO TODAS AS EXPERIÊNCIAS DE COOPERAÇÃO INTRA-EUROPEIA QUE ASSEMTEM NA AFIRMAÇÃO SOBERANA E NO EXERCÍCIO PLENO DA AUTODETERMINAÇÃO DE TODOS OS PAÍSES ENVOLVIDOS.

NESSA PERSPECTIVA, É RESPONSABILIDADE DOS DOZE ENCONTRAR RESPOSTAS ADEQUADAS À SITUAÇÃO NOVA DE PAÍSES COMO A POLÓNIA OU A HUNGRIA, QUE SE LANÇAM DETERMINADAMENTE POR CAMINHOS DEMOCRATIZANTES. PENSAMOS QUE É NECESSÁRIO LANÇAR MÃO DE MECANISMOS (COMO OS ACORDOS DE ASSOCIAÇÃO), QUE PERMITAM A ADOÇÃO DE CLÁUSULAS ESPECÍFICAS ADEQUADAS ÀS CONDIÇÕES DE CADA UM DESSES PAÍSES E ÀS RELAÇÕES JÁ EXISTENTES;

QUE DEIXEM A CADA UMA DESSAS NAÇÕES TODA A LIBERDADE EM

MATÉRIA POLÍTICA E TODA A AUTONOMIA NA PROSECUÇÃO DOS OBJECTIVOS ACORDADOS;

QUE GARANTAM UM QUADRO FLEXÍVEL DE ESTRUTURAÇÃO DO CONJUNTO DESSAS RELAÇÕES E DA SUA EVOLUÇÃO;

QUE ESTEJAM ABERTOS à COORDENAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS DE CADA UM DESSES PAÍSES COM AS NORMAS COMUNITÁRIAS, FACILITANDO AVANÇOS NA COMPATIBILIZAÇÃO DE CONCEITOS COMO OS DE QUALIDADE MÍNIMA DOS PRODUTOS.

O ESPAÇO DAS RELAÇÕES CEE-EFTA é, DESSE PONTO DE VISTA, UMA IMPORTANTE FONTE INSPIRADORA, PERMITINDO APLICAR AO LESTE E CENTRO EUROPEU, SALVAGUARDADAS AS DIFERENÇAS, SOLUÇÕES DE COOPERAÇÃO QUE TÊM VINDO A SER EXPERIMENTADAS E MELHORADAS AO LONGO DE VÁRIOS ANOS.

É, ALIÁS, PRECISAMENTE ESSE O DESAFIO: IR ALÉM DE UMA RELAÇÃO DOMINADA PELO MOVIMENTO DE AJUDA, QUE COMPORTA SEMPRE UM ELEMENTO DE DEPENDÊNCIA, PARA ALCANÇAR UMA RELAÇÃO DE COOPERAÇÃO.

NESSE PONTO DECISIVO, O CONTRIBUTO DOS SOCIALISTAS é INDISPENSÁVEL. UMA VIRAGEM DE NATUREZA PURAMENTE LIBERAL NAS DEBILITADAS ECONOMIAS DO LESTE EUROPEU, NUMA PERSPECTIVA LIMITADA à ABERTURA DE NOVOS MERCADOS PARA O OCIDENTE, SEM PREOCUPAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E DE PRESERVAÇÃO DE CONDIÇÕES DIGNAS DE VIDA,

CONDUZIRIA A DELICADOS PROCESSOS DE INFLAÇÃO DESCONTROLADA, DE DESEMPREGO MASSIVO E CONSEQUENTE AGITAÇÃO SOCIAL. NESSAS CIRCUNSTÂNCIAS SE REVELA O VALOR DO PENSAMENTO E DA EXPERIÊNCIA DO SOCIALISMO E DA SOCIAL-DEMOCRACIA EUROPEIA, DOS QUE DE FORMA CONSISTENTE PROCURAM CAMINHOS QUE, SENDO ECONOMICAMENTE VIÁVEIS, SEJAM TAMBÉM SOCIALMENTE JUSTOS. ESSA CONTRIBUIÇÃO É DECISIVA PARA QUE OS PROCESSOS DEMOCRATIZANTES NÃO SEJAM CONDENADOS AO FRACASSO, NÃO SE AFOGUEM NO IMEDIATISMO.

CHAMEI RECENTEMENTE A ATENÇÃO PARA ISSO QUANDO, EM MILÃO, NO INÍCIO DO PASSADO MÊS DE NOVEMBRO, DECLAREI EM CIMEIRA DE LÍDERES EUROPEUS DA IS, INTEIRAMENTE DEDICADA AOS ACONTECIMENTOS NO LESTE:

"NÃO TEMOS NADA A GANHAR SE ALGUNS QUISEREM COLOCAR PAÍSES COMO A POLÓNIA OU A HUNGRIA PERANTE A FRACA ALTERNATIVA ENTRE UMA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO DESIGUAL EM PROVEITO DE MOSCOVO OU UMA DEPENDÊNCIA DOS NOVOS AMIGOS OCIDENTAIS. É PRECISO PENSAR NOS ELEMENTOS ESTRATÉGICOS QUE ALICERCEM UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DESSES PAÍSES, QUE FAVOREÇA OS QUE, TENDO PAGO OS CUSTOS DA PLANIFICAÇÃO CENTRAL, NÃO PODEM AGORA SUPORTAR SÓZINHOS OS CUSTOS DA ABERTURA."

UM PONTO FUNDAMENTAL TEM, ENTRETANTO, QUE SER REAFIRMADO: A PRIORIDADE AO REFORÇO DA COMUNIDADE EUROPEIA, PELA MANUTENÇÃO DO RITMO EM direcção AO OBJECTIVO DO MERCADO ÚNICO; DA DEVIDA ATENÇÃO À COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL, PROSEGUIDA ATRAVÉS DE MECANISMOS ADEQUADOS DE POLÍTICA SOCIAL; À ADOÇÃO DE INSTRUMENTOS EFECTIVOS DE COOPERAÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA.

SE NÃO DERMOS PRIORIDADE AO REFORÇO DA COMUNIDADE, ELA NÃO PODERÁ CUMPRIR O SEU PAPEL FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES QUE ESTÃO DESENCADEADAS.

FORAM OS PROGRESSOS DA INTEGRAÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA DA COMUNIDADE QUE ^{Também} TIVERAM O IMPORTANTE PAPEL DE DESPOLETAR, NO LESTE, A CONSCIÊNCIA DA IMPOSSIBILIDADE DE SE MANTER AÍ UMA POLÍTICA DE RUPTURA COM UM MUNDO CADA VEZ MAIS INTERDEPENDENTE.

A EUROPA COMUNITÁRIA, TENDO DESEMPENHADO ESSE PAPEL FULCRAL, NÃO PODE ABRANDAR A MARCHA NO SENTIDO DO REFORÇO E APROFUNDAMENTO DO SEU PROCESSO DE INTEGRAÇÃO. ESSE É, ALIÁS, O MAIS IMPORTANTE ELEMENTO DE RESPOSTA QUE TEM A DAR A ESTA VIRAGEM NA CENA EUROPEIA.

NESTA MATÉRIA, TEM O GOVERNO DE DIZER COM CLAREZA A ESTA ASSEMBLEIA QUAL É A SUA ATITUDE FACE À REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA

INTER-GOVERNAMENTAL DO PRÓXIMO ANO, COM QUE ESTRATÉGIA SE PREPARA PARA ELA; SE PRETENDE, ^{e sobretudo em que termos} ~~se~~ APOIAR O APROFUNDAMENTO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO MONETÁRIA. *A ausência de qualquer menção pelo nome da próxima Com. de Estruturação é significativa.*

SE A RESPOSTA É POSITIVA, HÁ-DE O GOVERNO APRESENTAR A ESTA ASSEMBLEIA O SEU PLANO PARA ENFRENTAR AS CONSEQUÊNCIAS ~~consequências~~ DA VERIFICADA EVOLUÇÃO DESFAVORÁVEL DA INFLAÇÃO.

SE A RESPOSTA É FRANCAMENTE POSITIVA, TERÁ O GOVERNO DE DIZER AQUI COMO SE EXPLICAM DECLARAÇÕES RECENTES, SEGUNDO AS QUAIS SÓ EM 1992 TERÁ QUE SE PREOCUPAR COM O CONTROLO DA INFLAÇÃO.

→ SE O GOVERNO ESTÁ, EFECTIVAMENTE, EMPENHADO NESSE APROFUNDAMENTO DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA;

SE COMPREENDE AS IMPLICAÇÕES A PRAZO DAS TRANSFORMAÇÕES QUE OCORREM NA EUROPA;

SE SE APERCEBE DE QUE A PAR DO APROFUNDAMENTO DOS PROCESSOS CONCORRENCIAIS, ESSAS TRANSFORMAÇÕES VÃO TAMBÉM ABRIR NOVAS POSSIBILIDADES DE CRESCIMENTO ECONÓMICO;

SE ESTÁ CONSCIENTE DAS CONDIÇÕES QUE TÊM DE SER CRIADAS PARA QUE O NOSSO PAÍS PARTICIPE EM CONDIÇÕES FAVORÁVEIS NESSE PROCESSO,

HÁ-DE O GOVERNO DIZER A ESTA ASSEMBLEIA QUAL A ESTRATÉGIA QUE PENSA DEVER O NOSSO PAÍS ADOPTAR PARA GARANTIR MECANISMOS DE SALVAGUARDA DA BALANÇA DE PAGAMENTOS, QUE PERMITAM SUSTENTAR CONJUNTURAS DE CRESCIMENTO SUPERIOR À MÉDIA EUROPEIA.

A PERGUNTA TEM, POIS, DE SER TAMBÉM: COM QUE PROPOSTAS VAI O GOVERNO APRESENTAR-SE AO PRÓXIMO CONSELHO EUROPEU?

SEM UMA RESPOSTA CLARA A ESTAS QUESTÕES, NÃO PODEMOS ESTAR CERTOS DE QUE O GOVERNO COMPREENDA QUE AS MUDANÇAS PROFUNDAS QUE SE AVIZINHAM SÕ PODEM TER UMA RESPOSTA POSITIVA ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO, SEM DESFALECIMENTOS, DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA.

SEM UMA RESPOSTA CONCRETA A ESTES PROBLEMAS, NÃO PODEREMOS FICAR CONVICTOS DE QUE O GOVERNO SE APERCEBA ~~DE~~ DE QUANTO ESTE DEBATE É CONCRETO, DE QUANTA INFLUÊNCIA ELE TERÁ NO FUTURO DO PAÍS.

ESSE SERÁ, SEGURAMENTE, UM BOM CRITÉRIO PARA AJUIZAR DA SÉRIEIDADE COM QUE AFRONTOU ESTE DEBATE.

TAL COMO A ABERTURA A LESTE E A CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO COMUNITÁRIO SÃO DOIS PROCESSOS QUE TÊM DE CAMINHAR PAR A PAR, TAMBÉM, EM QUALQUER DELES, A ECONOMIA NÃO CAMINHA DE COSTAS VOLTADAS PARA A SOCIEDADE. COMO JÁ DISSE J. DELORS: "PROGRESSO

SOCIAL SEM CRESCIMENTO ECONÓMICO É IMPOSSÍVEL. MAS TAMBÉM NÃO TEREMOS RIQUEZA ECONÓMICA SEM COESÃO SOCIAL."

TEMOS, PORTANTO, DE SABER DAR RESPOSTAS ADEQUADAS AO MOMENTO QUE VIVEM AQUELES PAÍSES DO LESTE EUROPEU QUE PROCURAM O CAMINHO DA DEMOCRATIZAÇÃO. POR ISSO CONSIDERAMOS POSITIVAS, E APOIAMOS, AS GRANDES ^{LINHAS} DE ACÇÃO TRAÇADAS PELAS CONCLUSÕES DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO EUROPEU, DO PASSADO DIA 18 DE NOVEMBRO.

É NECESSÁRIA AJUDA DE EMERGÊNCIA, DESIGNADAMENTE ALIMENTAR. É NECESSÁRIO TRABALHAR PARA A RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA E PARA A ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA, SEM O QUE NÃO HAVERÁ VERDADEIRAS REFORMAS ESTRUTURAIS DESSAS ECONOMIAS. APOIAMOS A RESPOSTA POSITIVA À CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE REEQUILÍBRIO, NO VALOR DE 1 BILHÃO DE DÓLARES, A CUJA CONSTITUIÇÃO A POLÓNIA APELOU - BEM COMO DA LINHA DE CRÉDITO DO MESMO MONTANTE DE QUE CARECE A HUNGRIA.

HÁ QUE ORGANIZAR A ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS BÁSICAS, ENCONTRAR CRÉDITO PARA INVESTIMENTO NA

INDÚSTRIA E NO COMÉRCIO; CRIAR CONDIÇÕES DE LANÇAMENTO DE EMPRESAS MISTAS QUE PERMITAM A TRANSFERÊNCIA DE KNOW-HOW TECNOLÓGICO E ORGANIZACIONAL. APOIAMOS, POR ISSO, A CONTRIBUIÇÃO DO NOSSO PAÍS PARA A CRIAÇÃO DE UM BANCO EUROPEU PARA O DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA EUROPA DO LESTE.

PONTO FULCRAL NA TRANSFORMAÇÃO POSITIVA DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE DESSES PAÍSES É A APOSTA NA EDUCAÇÃO E NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL. ISSO É PARTICULARMENTE CERTO QUANTO À FORMAÇÃO DE QUADROS E GESTORES, CAPAZES DE AGIR NUM CONTEXTO DE INCERTEZA, DE RISCO E DE INICIATIVA NUNCA ANTES EXPERIMENTADA, DE MANIPULAÇÃO DE FACTORES MAIS COMPLEXOS E APELANDO A MAIOR RESPONSABILIDADE PESSOAL. APOIAMOS, POR ISSO, A ABERTURA AO LESTE DOS PROGRAMAS COMUNITÁRIOS RELATIVOS À EDUCAÇÃO E À FORMAÇÃO.

DEFENDEMOS O ACESSO DESSES PAÍSES AO GATT, INICIALMENTE COMO OBSERVADORES; A NECESSIDADE DE ALCANÇAR ACORDOS RAZOÁVEIS DA POLÓNIA E DA HUNGRIA COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL; O ACORDO DE COMÉRCIO COM A RDA; O INDISPENSÁVEL APOIO À JUGOSLÁVIA; A COOPERAÇÃO ALARGADA NO DOMÍNIO DA PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

DEVEMOS, EM TODO O CASO, REALIZAR UM PONTO: NÃO DEFENDEMOS UMA COOPERAÇÃO EXCLUSIVA ENTRE ESTADOS, CUJOS ÚNICOS ACTORES

SEJAM OS RESPECTIVOS GOVERNOS, SOMOS A FAVOR DE UMA COOPERAÇÃO ENTRE POVOS, PELO DESENVOLVIMENTO DE CONTACTOS DE NÍVEL NÃO GOVERNAMENTAL, NOMEADAMENTE ENTRE EMPRESAS. PARA ISSO TEMOS, POR UM LADO, QUE APOIAR A CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE SECTORES PRIVADOS E DE SECTORES DE ECONOMIA SOCIAL NESSES PAÍSES. DEVEMOS, POR OUTRO LADO, CRIAR CONDIÇÕES PARA A COOPERAÇÃO DIRECTA DE EMPRESAS PORTUGUESAS COM EMPRESAS DESSES PAÍSES.

NESSE SENTIDO, HÁ QUE PRODUIR E DIVULGAR INFORMAÇÃO ADEQUADA SOBRE OS MECANISMOS A QUE PODEM RECORRER E OS SECTORES ONDE PODEM AGIR AS EMPRESAS PORTUGUESAS. NÃO PODEMOS ESPERAR MAIS TEMPO PARA ORGANIZAR O ENVIO DE MISSÕES EMPRESARIAIS A ESSES PAÍSES, QUE RECOLHAM A INFORMAÇÃO DIRECTA E ESTABELEÇAM OS CONTACTOS AJUSTADOS À ACÇÃO QUE POSSAM DESENVOLVER.

TAMBÉM AQUI CABE PERGUNTAR: QUANDO PENSA O GOVERNO COMEÇAR A AGIR DE FORMA APROPRIADA ÀS CIRCUNSTÂNCIAS, ASSOCIANDO A ESTE ENORME DESAFIO OS EMPRESÁRIOS E TODOS OS QUE PODEM CONTRIBUIR PARA UMA RESPOSTA POSITIVA A ESTA OPORTUNIDADE DE TODOS OS EUROPEUS, SEJAM DO LESTE OU DO OESTE?

A EXTENSÃO E PROFUNDIDADE DOS ACONTECIMENTOS QUE OCORREM ACTUALMENTE NO LESTE EUROPEU DEIXAM, NATURALMENTE, MUITAS

QUESTÕES À PROCURA DE RESPOSTA; MUITOS PROBLEMAS COMPLEXOS A CUJA ANÁLISE É NECESSÁRIO PROCEDER EM TEMPO ÚTIL.

A ESTRUTURAÇÃO DO CENÁRIO EUROPEU, A PARTIR DOS DADOS NOVOS QUE TODOS OS DIAS NOS CHEGAM;

AS CONVERSAS RELATIVAS À SEGURANÇA, QUE EVOLUEM NUM QUADRO DE MUDANÇAS ACELERADAS, SEJAM AS RELATIVAS ÀS FORÇAS CONVENCIONAIS NA EUROPA OU ÀS MEDIDAS DE REFORÇO DA CONFIANÇA, SEJAM AS RELATIVAS AO NUCLEAR ESTRATÉGICO OU ÀS ARMAS QUÍMICAS;

A TRANSFORMAÇÃO DO PAPEL DAS ALIANÇAS E BLOCOS POLÍTICO-MILITARES;

OS NOVOS PROJECTOS DE HARMONIZAÇÃO ECONÓMICA, COMO O DO E.E.E. - ESPAÇO ECONÓMICO EUROPEU;

AS RELAÇÕES COM OS NOSSOS ALIADOS ALÉM-ATLÂNTICO, MARCADAS SIMULTANEAMENTE POR DIFERENCIAÇÃO E CONFLUÊNCIA DE INTERESSES;

A EXIGÊNCIA DE UMA ADEQUADA REESTRUTURAÇÃO DO NOSSO APARELHO DIPLOMÁTICO A LESTE;

SÃO ELEMENTOS ^{para o} ~~em~~ UM DEBATE SÉRIO QUE O GOVERNO TEM PROCURADO ESCAMOTEAR, UMA VEZ QUE DELE SÓ CONSEGUE VER AQUILO QUE PENSA, ERRADAMENTE, PODER SER MOTE ELEITORALISTA.

SÃO PONTOS DE UMA GRANDE REFLEXÃO QUE A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NÃO PODE DEIXAR POR FAZER.

É PARA ENFRENTAR ESSA NECESSIDADE, COM A RESPONSABILIDADE QUE NOS É EXIGÍVEL, QUE TOMAMOS A INICIATIVA DO PROJECTO DE RESOLUÇÃO QUE ORA APRESENTAMOS.

LIVRO

José Neves, *Partido Socialista – Da Génese à Refundação 1875-1973, Âncora Editora, 2023*

José Neves, fundador do Partido Socialista tal como o conhecemos – fundado em 1973, numa cidade alemã, porque a repressão em Portugal não deixava opções melhores – junta à sua longa e dedicada militância, bem conhecida, desde os tempos da ditadura, um outro contributo para o património coletivo dos socialistas portugueses. Trata-se do livro que hoje o Portugal Socialista destaca: *Partido Socialista – Da Génese à Refundação 1875-1973* (Âncora Editora, 2023).

Do ponto de vista historiográfico, a tese que José Neves defende nesta obra pode não ser consensual, já que nem todos os estudiosos concordarão que o atual Partido Socialista tenha uma continuidade com formas orgânicas surgidas ainda no século XIX. De qualquer modo, o trabalho que José Neves deu à estampa, em mais um momento da sua dedicação de toda uma vida aos ideais do socialismo democrático, colige valiosa informação relativa ao percurso das ideias e das lutas que precederam no tempo e enformaram na concretude da vida coletiva as raízes políticas, sociais, culturais e ideológicas da nossa ação presente – algo que todo o socialista ganha em conhecer, a favor do aprofundamento da sua consciência cívica, política e militante.

O que José Neves procura, nesta obra, dizer-nos, é que a história do Partido Socialista é longa, vem de longe, e remonta ao século XIX. Os primórdios

do movimento socialista têm profundas ligações à ala esquerda do liberalismo, onde os pioneiros socialistas se enquadravam. Em 1850 nasce o primeiro jornal socialista, Eco dos Operários, e em 1875 é constituído o Partido Socialista Português (PSP).

O PSP lutou contra poderosos adversários durante a monarquia e a Primeira República, mas não subsistiu perante a repressão da ditadura do Governo de Salazar. Por volta dos anos 50 do século XX, depois de muitas tentativas para reconstituir o partido dos socialistas, inicia-se uma nova orientação política sob a liderança de Mário Soares, que durou 20 anos a ser implementada, e conduziu à refundação do PSP pela transformação da Acção Socialista Portuguesa em Partido Socialista.

Um partido com a longevidade do PS deixa um amplo património histórico e marca o movimento socialista em Portugal. Pela narrativa deste livro conhecemos como os socialistas estão na origem dos sindicatos, como as cooperativas também têm o cunho dos socialistas, e como a evocação do Primeiro de Maio em Portugal está igualmente registada como iniciativa dos socialistas.

Os socialistas foram também precursores da igualdade de género nas condições laborais, das regras sobre o dia normal de trabalho e sua duração, além da obrigatoriedade de seguros sociais.

São, assim, muitos os motivos para uma leitura atenta desta obra.

9 missões para o Futuro de Portugal na Europa
Marta Temido

Virar a Europa do avesso – uma epopeia
Miguel Costa Matos

Mulheres de Abril na União Europeia
Edite Estrela

Transformar as crises em avanços da Europa Social
Ana Paula Bernardo

O Custo da União Europeia
Margarida Marques

Transição Verde: a diversidade europeia num puzzle ainda incompleto
N. A.

O Pacto Europeu sobre Migrações
e Asilo na perspetiva das eleições europeias
António Vitorino

O populismo e a popularidade da extrema-direita
Pedro Silva Pereira

Europa, ator da governação mundial?
É imperativo, parece impossível, mas há uma oportunidade
Maria João Rodrigues



ISSN 2976-0585



00237

9 772976 058002